REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Ano XLIV • Nº 2 • Julho - Dezembro de 2008

Revista do Arquivo Público Mineiro
História e arquivística
Ano XLIV • Nº 2 • julho-dezembro de 2008

Av. João Pinheiro, 372 Belo Horizonte MG Brasil
CEP 30.130-180 Tel. +55 (31) 3269-1167
apm@cultura.mg.gov.br

Governador do Estado de Minas Gerais
Aécio Neves da Cunha

Vice-governador do Estado de Minas Gerais
Antônio Augusto Anastasia

Secretária de Estado de Cultura
Paulo Eduardo Rocha Brant

Secretária Adjunta de Estado de Cultura
Sylvana de Castro Pessoa

Superintendente do Arquivo Público Mineiro
Renato Pinto Venâncio

Diretora de Acesso à Informação e Pesquisa
Alice Oliveira de Siqueira

Coordenação editorial
Renato Pinto Venâncio
Maria Marta Araújo

Editor de texto
Regis Gonçalves

Projeto gráfico e direção de arte
Márcia Larica

Produção executiva
Roseli Raquel de Aguiar

Pesquisa e seleção iconográfica
Luís Augusto de Lima

Assistente de pesquisa iconográfica
Márcia Alkmim

Revisão e normalização de texto
Lílian de Oliveira

Fotografia
Daniel Mansur

Editoração eletrônica
Túlio Linhares

Conselho Editorial
Affonso Ávila | Affonso Romano de Sant'Anna
Caio César Boschi | Heloísa Maria Murgel Starling
Jaime Antunes da Silva | Júlio Castañon Guimarães
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo | Maria Efigênia Lage de Resende | Paulo Augusto Castagna

Edição, distribuição e vendas: Arquivo Público Mineiro
Tiragem: 1.000 exemplares. Impressão: Rona Editora Ltda.

Revista do Arquivo Público Mineiro.
ano 1, n.1 (jan./mar.1896) - . Ouro Preto:
Imprensa Official de Minas Gerais,
1896 - . v. : il.; 26 cm.

Semestral
Irregular entre 1896 – 2005.
De 1896 a 1898 editada em Ouro Preto.
De 1930 em diante: Revista do Arquivo Público Mineiro.

ISSN 0104-8368

1. História – Periódicos. 2. Arquivologia – Periódicos.
3. Memória – Periódicos. 4. Minas Gerais – Periódicos.
5. Republicamismo – Brasil. I. Secretaria de Estado
de Cultura de Minas Gerais. II. Arquivo Público Mineiro.

CDD 905

DOBRAZIL
AL DE ESTATISTICA
me do Ministio
m os artigos 2º e 11
de 1920 confere ao
Minas Geraes"
ZE
de valiosos serviços
de 1920
ICA.
14.058.751
(1889)
30.635.605
(1920)

SUMÁRIO

EDITORIAL | **Perspectivas republicanas** | Renato Pinto Venâncio 7
Registros documentais referentes à experiência republicana mineira que estão sendo integralmente disponibilizados pelo APM dão substrato a esta edição

ENTREVISTA | Heloisa Liberalli Bellotto 8
Pesquisadora renomada em história e arquivologia, a entrevistada evoca sua experiência pregressa e traz à baila reflexões sobre os temas que marcam uma apaixonante trajetória intelectual

DOSSIÊ |

República e modernidade em Minas | Heloisa Maria Murgel Starling 18
O presente Dossiê é fruto de mais uma aproximação entre duas instituições que, com orgulho, têm contribuído para o desenvolvimento científico e cultural do Brasil

Trajetórias republicanas | José Murilo de Carvalho 22
A Inconfidência continha vários traços de modernidade e republicanismo, que também se manifestaram na atuação de algumas personalidades da história política mineira, de Tiradentes a JK

O lugar não-comum e a república das letras | Sérgio Alcides 36
A poesia de Cláudio Manoel da Costa é vista aqui como expressão acabada da incompatibilidade entre a república como ideal estético e o contrastante ambiente colonial

A instrumentalização da linguagem | Valdei Lopes de Araujo 50
O caminho percorrido pela idéia de república é mapeado no discurso de Teófilo Ottoni, intérprete e personagem desse projeto no Brasil imperial

Vestígios de uma utopia urbana | Carlos Antônio Leite Brandão 62
Da prancheta ordenadora de Aarão Reis à metrópole contemporânea da pós-modernidade, mantêm-se visíveis no espaço urbano de Belo Horizonte os sinais de um almejado republicanismo

Lucas Lopes, o visionário do desenvolvimentismo | Clélio Campolina Diniz 80
Precursor do planejamento econômico, Lucas Lopes foi também professor e pesquisador, facetas de sua atividade que este artigo, com justiça, resgata

As Minas de João Guimarães Rosa | Heloisa Maria Murgel Starling 96
Garimpando num metafórico Grande Sertão os elementos marginalizados pela modernidade e pela república, a imaginação literária rosiana elabora um discurso a um só tempo revelador e utópico sobre o Brasil enquanto nação.

Proezas de um quixote republicano | Helena Maria Bousquet Bomeny 106
A personalidade apaixonada e polêmica de Darcy Ribeiro é interpretada à luz de sua obsessiva crença na educação como fermento de transformação da sociedade brasileira

A canção amiga nas ruas da cidade | Bruno Viveiros Martins 120
Valores que se esgarçavam na dura realidade política das décadas de 1960 e 1970 encontraram expressão musical e poética nas canções do Clube da Esquina

ARQUIVÍSTICA |

Um arranjo arquivístico | Caio César Boschi, Ana Maria de Souza 136
A chancela da colaboração interinstitucional está visível no âmbito de iniciativas como o projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e acesso do acervo documental (1889-1945)*

ESTANTE | Renovação historiográfica 142
A historiografia mineira dá mostras de sua vitalidade com a publicação sistemática da produção acadêmica nesse campo

ESTANTE ANTIGA |

Meninos cidadãos e cidadãos meninos | Rosana Areal de Carvalho, Lívia Carolina Vieira 144
Relatório de José Ignácio de Souza, diretor do Grupo Escolar de Mariana, datado de 1911, sumaria o repertório de valores que o regime republicano pretendia tornar hegemônicos

E.
MINAS

Perspectivas republicanas

A história é reescrita a cada nova geração, de acordo com os questionamentos e perspectivas da época. Essa frase ficaria incompleta se nela não incluíssemos o fato de que essa reescrita é fortemente influenciada pelas condições da produção do conhecimento histórico. Em outras palavras, o surgimento de novos conceitos, de novas metodologias e de novas fontes documentais permite a descoberta ou a releitura de aspectos negligenciados do passado.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Cultura, por meio do Arquivo Público Mineiro, tem colaborado para essa renovação, sempre trabalhando para disponibilizar acervos inéditos, uma vez que, fazendo uso de avançadas técnicas de tratamento documental, contribui para a elaboração de novos instrumentos de pesquisa. O presente volume da **Revista do Arquivo Público Mineiro** registra e comemora uma dessas iniciativas.

Trata-se do projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e acesso ao acervo documental (1889-1945)*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Ainda em sua fase inicial, essa iniciativa permitiu que 80 metros lineares de documentos (algo em torno de 360 mil páginas), referentes ao período de 1889 a 1945, fossem disponibilizados à pesquisa. Nos próximos anos, serão higienizados e descritos mais 320 metros lineares, facultando aos estudiosos milhões de registros documentais referentes à experiência republicana mineira.

Daí a preocupação, expressa na seção *Dossiê* desta edição, de reunir alguns dos melhores conhecedores da temática republicana, para dar início a um debate intelectual que prosseguirá à medida que mais e mais documentos forem disponibilizados à pesquisa – preocupação que se desdobra em uma apresentação detalhada do projeto *Memória da Administração,* na seção *Arquivística*.

Esta edição registra também lançamentos de novos livros e ressalta fontes documentais importantes para a pesquisa histórica. Em razão do grande número de páginas destinadas à seção *Dossiê*, excepcionalmente não consta deste volume a seção *Ensaio*. Da mesma forma que as edições anteriores, esta contou com o patrocínio do *Programa Cemig Cultural* e o aval da Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro – ACAPM.

Por fim, mas não menos importante, este volume é um tributo à gestão de Eleonora Santa Rosa, à frente da Secretaria de Estado de Cultura de 2005 a julho de 2008 e responsável pela proposta de relançamento da **Revista do Arquivo Público Mineiro.**

Renato Pinto Venâncio
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

Entrevista

Heloisa Liberalli Bellotto

O discreto fascínio da arquivologia

Nesta entrevista, concedida via Internet, de Lisboa, Heloisa Liberalli Bellotto comenta aspectos de sua experiência nas áreas da pesquisa histórica, do magistério e da organização de arquivos no mundo luso-brasileiro, atividades que fizeram dela referência intelectual aqui e além-mar.

> *Todos aqueles familiarizados com arquivologia ou história colonial conhecem e admiram o trabalho de Heloisa Liberalli Bellotto. Trata-se de intelectual marcada por trajetória em que esses dois campos do saber mutuamente se enriquecem. Desde o tempo da sua formação universitária, a professora Bellotto procurou integrar a pesquisa histórica ao conhecimento documental. Graduada em biblioteconomia e documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1956) e em história pela Universidade de São Paulo (1959), especializou-se em organização e administração de arquivos pela Escuela de Documentalistas de Madrid (1977), aperfeiçoando-se também nos Archives Nationales de France (1979) e no National Archives and Records Administration dos EUA (1987). Leciona na Universidade de São Paulo (USP).*

No campo da pesquisa histórica, é doutora pela USP (1976) e pós-doutora pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (1999). De seu extenso currículo, constam ainda os títulos de professora visitante da Universidad Internacional de Andalusia, consultora do Ministério da Cultura e de várias fundações de amparo à pesquisa. Como pesquisadora, publicou dezenas de artigos e livros, entre os quais se destacam Arquivos Permanentes: tratamento documental[1] e Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo,[2] *obras recentemente reeditadas.*

Nesta entrevista, concedida via Internet, de Lisboa, Heloisa Liberalli Bellotto comenta aspectos de sua experiência de vida, entre pesquisa histórica, magistério e organização de arquivos no mundo luso-brasileiro.

RAPM – Como historiadora e arquivologista, sua experiência intelectual é múltipla. De que maneira surgiu seu interesse por esses temas e como a senhora avalia essa diversidade de atuação?

Heloisa Liberalli Bellotto – Por circunstâncias fortuitas, que não vêm ao caso, acabei fazendo o curso de biblioteconomia e documentação na Fundação Escola de Sociologia e Política, então o único em São Paulo, concomitantemente com o de história, na Faculdade de Filosofia da USP, um pela manhã, outro à tarde. A história, sim, era minha vocação desde o curso secundário, vocação muito incentivada por meu pai, que, embora fosse um cientista, diretor de um grande laboratório e professor da USP na área de farmácia, era pesquisador apaixonado pela história da ciência. A verdade é que acabei fazendo entusiasmadamente os dois cursos, procurando extrair o máximo deles, naquilo que se completavam. Essa formação dupla levou-me, quase que instintivamente, para uma carreira voltada para o documento em geral: questões de identificação, classificação, teorias da informação, isto é, o conhecimento do "lado de fora" do documento – que eu trazia da biblioteconomia – aliou-se ao estudo dele como fonte para a história, a busca do "lado de dentro" do documento, digamos. Daí para a arquivística foi um passo natural e necessário: só ela foi capaz de me fazer conhecer a abissal diferença entre um documento bibliográfico e um documento arquivístico. E, dentro da arquivística, acabei me especializando em diplomática, que é, justamente, o estudo da estrutura do documento e suas relações com as razões jurídicas e administrativas que lhe deram origem.

RAPM – Seu trabalho como pesquisadora foi pioneiro. Como foi pesquisar a história do Morgado de Mateus e qual é a importância do tema?

Heloisa – O meu trabalho de pesquisadora, muito concentrado no estudo de São Paulo nos meados do século XVIII, enquanto instrumento geopolítico da administração da América portuguesa, não foi pioneiro no sentido da procura exaustiva das fontes, sua análise e estudos, as ilações, reflexões e deduções sacadas dessa procura, achado e estudo. Trabalhei exatamente como aprendera e praticara nos anos da minha formação na USP, no meu tempo de professora da Unesp e como pesquisadora do setor de História do Brasil do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), cargo que eu exercia nos anos da elaboração do meu doutorado (1972-1976) e que continuei a exercer até a minha aposentadoria, em 1990, quando então fui para a Universidade de Brasília, para implantar o curso de arquivologia. Pioneira, se assim podemos considerar, pode ter sido a minha tese, no sentido do esforço de tirar o Morgado de Mateus e o século XVIII paulista da sombra da historiografia a que estava relegado pelo excesso de pesquisas sobre o século XVII (os bandeirantes) e o século XIX (a chegada do café e a conseqüente leva da imigração estrangeira). Pesquisas realizadas em bibliotecas e arquivos em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Lisboa e outras cidades portuguesas possibilitaram trazer à tona o encadeamento de fatos pouco conhecidos, como a extinção da capitania de São Paulo em 1748 ("não tem homens nem comércio que justifique a presença de um capitão general", dizia o respectivo decreto), a sua sobrevivência econômica por meio das tropas e das monções, até as razões da sua restauração e o porquê da escolha do "restaurador" D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus (um título de pequena nobreza aliado à possessão de terras). Seu governo, de excepcional vigor e dinamismo, suas medidas administrativas que acabaram abortadas no emaranhar das intricadas redes de tráfico de poder na corte e na frágil intra-estrutura da capitania que governou por dez anos.

> [...] o conhecimento do "lado de fora" do documento – que eu trazia da biblioteconomia – aliou-se ao estudo dele como fonte para a história, a busca do "lado de dentro" do documento.

RAPM – Desde a década de 1970, a senhora tem freqüentado arquivos portugueses e espanhóis. Quais foram as transformações mais marcantes que desde então ocorreram nessas instituições?

Heloisa – Em estágios integrantes dos cursos de especialização em arquivística que fiz na Espanha e na França, ou como pesquisadora, não só nesses países, mas em outros também, verifico o desenvolvimento da dita "ciência arquivística" nos últimos quase 40 anos como notável, seja do ponto de vista da teoria, metodologia e prática, seja do seu uso administrativo, jurídico, científico e cultural, tudo eivado dos recursos

enriquecedores da informática. Hoje os países podem ter em pleno funcionamento seus sistemas de arquivos, racionalizando o uso administrativo e jurídico da informação, bem como facilitando o acesso e a pesquisa nos arquivos permanentes.

RAPM – Tendo em vista sua experiência em arquivos ibéricos, franceses e norte-americanos, quais são as principais características dessas instituições se comparadas aos arquivos ibero-americanos?

Pioneira, se assim podemos considerar, pode ter sido a minha tese, no sentido do esforço de tirar o Morgado de Mateus e o século XVIII paulista da sombra da historiografia a que estava relegado.

Heloisa – Os arquivos franceses e norte-americanos, assim como os de muitos dos países chamados de Primeiro Mundo, levam a vantagem de estarem inseridos em políticas arquivísticas públicas adequadas e de contarem com maior disponibilidade financeira para seus recursos humanos e técnicos. Os arquivos ibéricos, se aí considerarmos Portugal e Espanha, têm hoje também uma relativa posição de modernidade e bom desempenho, sobretudo os espanhóis. Já os arquivos ibero-americanos – embora não desconhecendo as teorias e metodologias disseminadas universalmente a partir da consolidação de uma moderna arquivística, que se desenvolveu muito depois da instalação do Conselho Internacional de Arquivos, em 1951, em Paris, assim como as disciplinas e programação adequadas à boa formação profissional – não estão no mesmo patamar de progresso. Sabemos tudo o que "deveríamos" ser, mesmo porque hoje em dia as "novidades" são sempre de conhecimento instantâneo por toda parte. Mas estamos longe de poder acompanhar aquele ritmo internacional de organização e de prestação de serviços arquivísticos dos países do Primeiro Mundo. O problema é sobretudo de ordem econômica e de "vontade política". A diferença nossa com aqueles países está centrada nos ínfimos recursos alocados para as instalações, os equipamentos e para a formação do pessoal de arquivo: eles são realmente diminutos ou não existentes nos nossos países. Uma política nacional e as políticas estaduais (ou provinciais) consistentes e de longa duração são necessárias, assim como uma conscientização da sociedade a respeito do que são, para que servem e a importância dos arquivos, sejam os administrativos ou correntes, sejam os permanentes ou históricos.

RAPM – O curso de especialização em organização de arquivos do IEB goza de merecido prestígio e formou gerações de profissionais. Como a senhora avalia o ensino da arquivologia no Brasil?

Heloisa – A criação do curso de especialização do IEB foi o recurso possível, naquele momento – inícios da década de 1980 –, em São Paulo,

quando tentamos, sem êxito, a criação de uma graduação em arquivologia na USP. Já tendo concluído 21 turmas, o curso continua capacitando graduados, em geral em biblioteconomia ou em história, para trabalharem na área, embora sem o direito ao título de arquivista e sem direito aos concursos públicos, reservados aos titulados da graduação. Hoje já são mais de dez os cursos universitários de arquivologia no país, inclusive um no nosso Estado, em Marília, da Universidade Estadual Paulista (Unesp). O último a ser criado é justamente o da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O ensino tem progredido consideravelmente em cuidados com uma formação adequada e em consonância com o mercado de trabalho, desde a criação desses cursos, no início da década de 1970. Ainda nos ressentimos da falta de um corpo de professores especializados e possuidores de graus acadêmicos elevados, pois somos ainda muito poucos.

> [...] verifico o desenvolvimento da dita "ciência arquivística" nos últimos quase 40 anos como notável, seja do ponto de vista da teoria, metodologia e prática, seja do seu uso administrativo, jurídico, científico e cultural.

RAPM – Como a senhora avalia a importância da Internet no atual campo de pesquisas históricas e qual o impacto dessa tecnologia na organização dos arquivos?

Heloisa – Não há campo da atividade humana, hoje em dia, no qual não haja a presença não só da Internet, mas da informática como um todo. A Internet permite o acesso às informações contidas nos documentos, seja pela obtenção deles na íntegra, seja por seus resumos em catálogos e inventários apresentados de forma digital. Essa prática facilita e agiliza enormemente a pesquisa histórica, pois, em muitos casos, são evitados os largos deslocamentos e seus conseqüentes custos e dificuldades. Quanto à organização dos arquivos, mais do que a Internet, a informática veio facilitar a elaboração dos planos de classificação, das tabelas de temporalidade, dos levantamentos estatísticos, a localização e disponibilização de informações de forma quase imediata.

RAPM – Como se encontra atualmente o *Projeto Resgate*? Quais são as próximas etapas? Quais acervos ou novos instrumentos de pesquisas serão disponibilizados?

Heloisa – O *Projeto Resgate*, neste seu 11º ano de funcionamento, apresenta o saldo impressionante de mais de 300 mil documentos lidos, analisados, descritos e divulgados em forma de catálogos impressos, digitais e em reprodução na íntegra em microfilmes e em CD-ROMs, documentos que se acham em acervos de Portugal, Espanha, Itália, Holanda, França e Inglaterra, sendo o percentual de 80%

custodiado pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Tudo isso já está disponível em forma impressa, microfilmada ou digitalizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ou parcialmente, nos arquivos estaduais e nas grandes bibliotecas universitárias dos diferentes Estados. Finalizados, pois, os documentos referentes aos vários Estados do Brasil – assim denominados desde quando eram capitanias no século XVIII – a equipe atual, da qual sou consultora e pesquisadora, trabalha em um núcleo que o Arquivo denomina *Série Reino*. Nela são encontrados documentos do século XVI ao XIX, relativos às atividades do Conselho Ultramarino e, sobretudo, da Secretaria de Marinha e Ultramar, dentro não só do território metropolitano, mas também referentes ao império, abrangendo, portanto, também o Brasil. Nossa sistemática de trabalho, agora, diferentemente do que foi feito com a *Série Brasil*, não é a elaboração de catálogos, isto é, a descrição em verbetes e a indexação de documento por documento. Agora, o instrumento de pesquisa que estamos construindo é um inventário, ou seja, a descrição corresponde a conjuntos lógicos, em geral de mesma tipologia documental. São cerca de 150 mil documentos, dos quais já lemos e descrevemos cerca de 36 mil. Ainda temos um largo trabalho pela frente.

[...] estamos longe de poder acompanhar aquele ritmo internacional de organização e de prestação de serviços arquivísticos dos países do Primeiro Mundo.

RAPM – De que maneira a senhora avalia a questão dos arquivos privados no Brasil? Qual é a importância deles e que medidas deveriam ser implementadas em seu favor?

Heloisa – Os arquivos privados, quando já na fase histórica, isto é, quando já disponíveis para a pesquisa, são de grande importância como elemento principal ou auxiliar, segundo o tema da pesquisa histórica que está sendo procedida. O Brasil tem uma boa tradição de guarda, tratamento e disponibilização desse tipo de arquivo e alguns centros que os custodiam e dispobilizam para a pesquisa são bastante conhecidos por sua excelente organização e riqueza de acervo: o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, a Casa de Rui Barbosa, o Centro de Documentação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), todos no Rio de Janeiro; o Instituto de Estudos Brasileiros da USP, em São Paulo; o Instituto Joaquim Nabuco, em Recife; além de muitos outros que vêm reunindo arquivos de estadistas, escritores, artistas, cientistas etc. A conscientização das famílias, quando da morte dos titulares dos arquivos cujos documentos podem ser relevantes para a sociedade, deve ser incrementada para que esses acervos sejam doados a arquivos e a institutos de pesquisa.

RAPM – Quais são atualmente suas áreas de interesse e seus respectivos temas de pesquisa?

Heloisa – Tenho trabalhado muito atualmente com a questão da diplomática e da tipologia documental dentro da arquivística, procurando demonstrar o quanto a identificação do tipo documental é básica para demonstrar a atividade jurídico-administrativa nele comprovada, e o quanto isso é importante tanto para a organização como para avaliação, classificação, arranjo, descrição e uso dos documentos. Tenho abordado esse tema tanto em cursos como em congressos e publicações. Paralelamente, tenho trabalhado na documentação existente no arquivo do Palácio de Mateus, em Trás-os-Montes, Portugal, explorando agora a correspondência da família. Publiquei no ano passado um livro da correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, intitulado *Nem o tempo nem a distância*,[3] e vou começar a explorar as cartas familiares de um neto dele, que foi diplomata e membro do governo português na primeira metade do século XIX – o primeiro conde de Vila Real. Continua, além disso, o meu trabalho de transcrição, introdução e notas do *Diário de Governo do Morgado de Mateus*, que tem cerca de 1.000 páginas, e que se acha parcialmente no Arquivo de Mateus, da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e outra parte no arquivo da família, supracitado. A publicação já está prevista pela nossa Biblioteca Nacional, talvez para o ano vindouro.

O *Projeto Resgate*, neste seu 11º ano de funcionamento, apresenta o saldo impressionante de mais de 300 mil documentos lidos, analisados, descritos e divulgados.

RAPM – Que sugestões a senhora daria aos novos pesquisadores?

Heloisa – Aos novos pesquisadores a palavra deve ser sempre a de incentivo, de não esmorecimento diante das dificuldades e dos percalços. A pesquisa histórica, por suas características intrínsecas, não é fácil nem fluida, nem evidente à primeira vista. Mas, talvez, aí resida o seu encanto: o descobrir, o negar, o confirmar, as idas e vindas das hipóteses, o instigante "chamamento" do documento. O elo que se estabelece entre o historiador e o seu tema de trabalho, corporificado nos documentos, gera um sentimento único, que caracteriza todo o fascínio dessa profissão.

Notas |

1. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes:* tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

2. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial:* o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775. 2. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2007.

3. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Nem o tempo nem a distância*: correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98). Lisboa: Alitheia Editores, 2007.

CONSTITUIÇÃO

DO

ESTADO DE MINAS GERAES

ANNO DE 1891

República e modernidade em Minas

Heloisa Maria Murgel Starling

O presente Dossiê é fruto de mais uma aproximação entre duas instituições que, com orgulho, têm contribuído para o desenvolvimento científico e cultural do Brasil. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde 2001, implementa o *Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória*. O Arquivo Público Mineiro (APM), responsável pelo mais importante acervo documental referente à história mineira, desenvolve, desde 2005, o *Projeto Memória da Administração do Estado de Minas Gerais (1889-1945)*.

São empreendimentos de fôlego e que vêm inovando a pesquisa a respeito do tema. O *Projeto República* tem constituído acervos e desenvolvido várias atividades de pesquisa integradas, relacionadas às teorias do republicanismo e da sensibilidade republicana. Seus frutos são múltiplos. Além de livros, artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado, a iniciativa também é responsável pela curadoria de exposições, promoção de eventos científicos e produção de vídeos e CD-ROMs.

O *Projeto Memória da Administração*, por sua vez, comemora, com o lançamento deste volume, a disponibilização, para pesquisa, de centenas de milhares de documentos inéditos das secretarias de Estado de Minas Gerais, referentes aos primeiros 50 anos da experiência republicana brasileira. Outros milhões de documentos estão em fase de higienização e descrição, podendo-se prever que, nos próximos anos, serão progressivamente disponibilizados à pesquisa.

Embora com objetos e abordagens próprios, há vários pontos em comum entre o *Projeto República* e o *Projeto Memória da Administração*, daí advindo nova aproximação entre a UFMG e o APM, relação mutuamente enriquecedora e que tem raízes antigas, confundido-se com a história das duas instituições não só na forma de projetos de pesquisa como também de estágios técnicos,

bolsas de iniciação científica etc. De fato, em Minas Gerais, a existência de cursos de graduação e pós-graduação, nas várias áreas de ciências humanas, muito deve ao competente trabalho desenvolvido pelo APM.

Os artigos que compõem este *Dossiê* cobrem mais de dois séculos de história mineira, do período colonial a nossos dias, tratando de personagens que encarnaram os limites e as várias dimensões que o republicanismo assumiu no Brasil. Na realidade, o ponto de partida da sensibilidade republicana desses homens estava no ideal de independência e autogoverno.

José Murilo de Carvalho, em texto de abertura, identifica e rastreia ao longo da trajetória histórica de Minas uma linguagem moderna e republicana sedimentada a partir de uma tradição que se reinventou ao longo dos séculos, desde a Inconfidência – movimento fundador e epifania dessa mesma linguagem política.

Incontestável, para José Murilo, é a presença do tema da liberdade nas agitações do século XVIII: "A consciência da liberdade individual não demorou a produzir rebeldia política contra a metrópole, sonhos republicanos de participação política e de autogoverno" – afirma o autor.

Modernidade e republicanismo reaparecem no século XIX, por meio de uma das suas mais típicas instituições: a Escola de Minas de Ouro Preto, responsável por introduzir em Minas e no Brasil o que se conheceu depois como *mentalidade desenvolvimentista*. No século XX, o fio dessa tradição é recuperado por Juscelino Kubitschek, talvez o mais autêntico republicano, que – na condição de presidente –, sem a pose majestática de seus antecessores, portou-se como homem comum, avesso à pompa do poder.

Para além dessas trajetórias individuais, José Murilo de Carvalho desvenda as continuidades subjacentes à modernidade e à república

no Brasil: continuidades, porém, frágeis e contaminadas, seja pela desigualdade social, seja pela corrupção e ineficácia do sistema representativo ou, ainda, pela violência que deteriora a vida urbana.

Sérgio Alcides, no texto seguinte, investiga os dois *topói* contraditórios – o do desterro ovidiano e o do amor pátrio – presentes na poesia de Cláudio Manoel da Costa. Aprofundando a análise dos limites e contradições da república das letras em Minas colonial, o autor conclui: "[...] o letrado moderno traz o exílio em si – e mais ainda nele se aprofunda quanto mais à margem da cultura letrada se situa, ou pelo berço ou pelo destino de servidor dos desígnios reais".

Nesse mesmo cenário de longa duração, Valdei Lopes de Araujo busca em Teófilo Ottoni, mais precisamente em dois de seus escritos mais conhecidos, a *Circular aos eleitores mineiros*, publicada em 1860, e *A estátua eqüestre de D. Pedro I*, de 1862, os contornos de uma linguagem política que poderia ser denominada de *liberalismo republicano mineiro*. Para Ottoni, a instrumentalização do conceito de república não implicava necessariamente a mudança do regime. A idéia de "republicanizar" a monarquia – percebida a partir de uma perspectiva filosófica – pressupunha a noção de "uma evolução gradual e necessária para melhor [...]. Como conceito de movimento, república, em Ottoni, tinha a dimensão do futuro reforçada, servindo para legitimar a própria ação política partidária".

Em *Vestígios de uma utopia republicana*, Carlos Antônio Leite Brandão investiga, na materialidade construtiva e visível de Belo Horizonte, os artifícios – no sentido mesmo da construção do artefato, de feito realizado com habilidade e perspicácia – da cidade símbolo da república e da modernidade brasileira, já que possibilitou, dentre outras coisas, "pavimentar o caminho para o advento da Pampulha, de Brasília, e o de artistas e intelectuais modernistas capazes de dar relevância ao contexto local e nacional e conectá-lo com o resto do mundo".

Expoente dessa face moderna e desenvolvimentista de Minas Gerais, a trajetória do engenheiro Lucas Lopes tem sido abordada na maior parte das vezes na perspectiva de sua atuação enquanto administrador e dirigente público. Nesse sentido, o texto biográfico de Clélio Campolina Diniz oferece aos leitores um novo olhar sobre esse importante protagonista do desenvolvimento econômico e industrial do Estado nas décadas de 1940 e 1950, destacando sua experiência enquanto pesquisador e professor universitário na Faculdade de Ciências Econômicas da então Universidade de Minas Gerais. Pesquisador atípico, autodidata e orientado pela busca constante da solução dos problemas e desafios que o exercício administrativo lhe impunha, Lucas Lopes foi um professor obcecado pela geografia econômica e sua inter-relação com as diferentes áreas do saber. Atuando nos bastidores da grande política, ao lado de Juscelino Kubitschek, Lucas Lopes pode ser considerado, conforme destaca Clélio Campolina, um grande tecnocrata, na melhor acepção da palavra.

Em texto de minha autoria, procuro revelar, a partir da noção de *sertão* em Guimarães Rosa, o melhor modo para entender a paradoxal metáfora de uma república construída longe da *dóxa*, distante daquilo que é comum: um país sem lugar, permanentemente suspenso entre universalismo e particularismo, entre cidade e

interior, entre modernidade e arcaísmo, entre autonomia e dependência, entre miséria e abundância, entre república e corrupção, entre desigualdade e democracia, entre Primeiro e Quarto mundos.

A perspectiva biográfica reaparece no texto de Helena Maria Bousquet Bomeny, que busca, por meio desse viés, ressaltar o projeto republicano de Darcy Ribeiro, aproximando-o, inclusive, de João Pinheiro, principalmente no que diz respeito ao pragmatismo e à aversão à burocracia que marcam a personalidade e a trajetória de ambos. Pesquisadora constante desse universo de valores freqüentemente atribuídos aos mineiros, Bomeny destaca em Darcy Ribeiro, a partir da análise de seu itinerário intelectual e político, duas percepções que de certa forma traduzem o próprio dilema desse republicanismo: a constatação pouco otimista da existência de uma sociedade herdeira de uma tradição que dificulta sua inserção no mundo moderno e a utopia ou crença na capacidade do povo de fazer valer seus interesses ou de assumir seu próprio destino. Conforme a autora, a "combinação de uma sociologia engajada, universalista e militante, com uma antropologia compreensiva, voltada ao singular e à interpretação fincada em seus próprios termos, fez de Darcy um intelectual controvertido, ao menos pouco comum. A ousadia da combinação nem sempre foi bem-sucedida, mas permaneceu como ousadia".

Ousadia que também caracteriza o texto de Bruno Viveiros Martins – *Clube da esquina: a canção amiga nas ruas da cidade* –, revelador da modernidade de Belo Horizonte através das canções populares; uma cidade que se reinventa enquanto espaço de poesia e liberdade – espaços possíveis da cidadania.

Enfim, a proposta deste *Dossiê* e os textos que o compõem revelam o êxito de um feliz diálogo entre perspectivas e abordagens distintas, bem como a necessidade de se enfrentar um tema importante, controverso e, de certa forma, incontornável. Como afirmou Drummond, o espírito de Minas é o lugar do encontro de coisas aparentemente irreconciliáveis:

> *Vi claramente visto, com estes olhos*
> *que a terra há de comer se os não cremarem,*
> *o carro de bois subir, insofismável,*
> *esta soberba Rua da Bahia,*
> *sofridamente puxado*
> *por sete juntas de bois.*
> *Vi claramente visto o cupê de João Luís Alves,*
> *Secretário de Estado de Bernardes,*
> *descer esta rua soberba da Bahia, cruzar o carro de bois,*
> *no dia claro, e o espírito de Minas*
> *fundindo sabiamente*
> *a dupla imagem.*

Heloisa Maria Murgel Starling é professora de história das idéias do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); coordenadora do *Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória* da UFMG; pesquisadora do Centro de Referência do Interesse Público (UFMG); e vice-reitora da instituição. Autora, entre outros livros, de *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande sertão: veredas.*

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

José Murilo de Carvalho

Trajetórias republicanas

Ao rastrear as significações semânticas das expressões modernidade e república, o autor examina sua vigência em momentos decisivos da história de Minas Gerais e na trajetória de alguns de seus principais protagonistas.

> República e modernidade são temas que possuem longa e respeitável tradição em Minas. Pode-se dizer que existe uma linguagem moderna e republicana nesta terra que tem tido porta-vozes privilegiados ao longo de sua história, desde os inconfidentes até o mais completo de todos, Juscelino Kubitschek. Este texto pretende, em caráter meramente exploratório, caracterizar essa linguagem, apontar os momentos de sua mais intensa vigência e imaginar seu futuro.

Modernidade e república

Modernidade e república são termos difíceis de se definir devido aos deslizamentos semânticos que têm sofrido ao longo da história. Aqui, serão apontadas apenas algumas de suas dimensões mais comuns. Em parte os dois conceitos se superpõem, razão pela qual às vezes falarei de uma linguagem. Mas eles também guardam especificidades que serão apontadas sempre que for o caso.

Qualquer definição de modernidade ocidental incluirá a ênfase na liberdade do indivíduo, em sua independência do Estado (cidadania) e da Igreja (secularismo), no espírito de iniciativa, no desejo de mudança ou progresso. O ambiente histórico que a gestou e que ela ajudou a gestar foi o do crescimento das cidades pós-medievais, da ciência, da indústria e da sociedade de mercado. Modernidade é característica da sociedade.[1]

O conceito de república é mais controverso. República também se relaciona com liberdade, mas no sentido clássico, cunhado por Montesquieu, de liberdade dos antigos, baseada em visão holística da sociedade.[2] Nesse sentido clássico, ela valoriza a virtude cívica antes do interesse individual. Mas a república moderna, inaugurada pela revolução norte-americana, aquela que marcou Minas Gerais, já incorporava a liberdade dos modernos.[3] Além disso, qualquer idéia de república exige o autogoverno e a participação política dos cidadãos, direta ou por via da representação. República é, assim, característica de governo.

É complexa a relação da modernidade e da república com a igualdade. Ambas, modernidade e república, requerem a igualdade perante a lei, mas não necessariamente a igualdade real. Igualdade é antes uma característica da democracia antiga, retomada modernamente por Rousseau. Mas, pode-se dizer que uma república, certamente a república moderna, não convive bem com estamentos, nobrezas ou qualquer outra sorte de privilégios. Os próprios pais da pátria norte-americanos viam no crescimento da desigualdade social o princípio da corrupção republicana.[4]

Epifanias da linguagem

Anote-se, antes de tudo, que a linguagem republicana e moderna não é a única a se fazer ouvir nas Minas.[5] Não há apenas uma voz de Minas, como queria Alceu Amoroso Lima.[6] Há uma polifonia, nem sempre eufônica.[7] A principal concorrente da linguagem republicana e moderna é a linguagem da tradição, que por muito tempo foi a única existente no Estado e se tornou o estereótipo quase caricato da mentalidade mineira. A linguagem da tradição está profundamente ligada à Minas da terra que se gestou ao longo do século XIX e atingiu o apogeu na primeira metade do século XX. É a linguagem da Minas, "do lume e do pão", que encantou Oliveira Viana.[8] A linguagem republicana e moderna, ao contrário, corresponde às Minas mineradoras, do ouro e do ferro, típicas do século XVIII e segunda metade do século XX.[9]

A primeira, e fundadora, epifania da linguagem moderna e republicana é a da Inconfidência. A história é conhecida. A corrida do ouro e do diamante produziu uma sociedade instável, caótica, rebelde. A mineração do ouro aluvionário e do diamante era atividade de resultado incerto e inseguro. Fortunas criavam-se e desapareciam de um dia para outro. Um córrego aurífero, um veio de ouro, uma pedra de diamante na ganga bruta, era a riqueza instantânea. O esgotamento do córrego e do veio, uma jogatina, um assalto, era a volta, também instantânea, à pobreza. Nesse contexto, a estratificação social era volátil, a mobilidade, muito grande. Escravos acumulavam pecúlio, organizavam irmandades, construíam igrejas, participavam, armados, das revoltas de senhores, fundavam quilombos. Mestiços ascendiam socialmente graças a suas habilidades mecânicas e artísticas.

Englobando todas essas características, e criando condições para a existência delas, estava o caráter urbano da capitania.[10] Exagerando, mas marcando bem o fenômeno, o autor, ou autores, do *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720* falou na "Democracia das Minas", onde o maior cortesão era plebe, "sendo pois todos povo". Minas tinha características únicas dentro do império português.[11]

A escassez de mulheres brancas dificultava a formação de famílias regulares. A norma era o concubinato com índias e africanas, escravas, libertas, ou livres.[12] A tradicional família mineira, grande, morigerada, conservadora, vista como uma instituição típica do Estado, simplesmente não existia. Para agravar a situação, a proibição da entrada de membros de ordens religiosas na capitania reduzia o efeito disciplinador da Igreja no campo dos costumes. O clero secular, presente, não era exemplo de virtudes, como se pode verificar na biografia do inconfidente padre Rolim, mulherengo, amasiado com filha de Chica da Silva, contrabandista, acusado de assassinato. Nas Minas, "os que menos cuidam do serviço de Deus são os eclesiásticos".[13]

Se a essas condições acrescentarmos a forte presença da máquina repressora e fiscal da metrópole, pode-se entender por que o clima político era de permanente insegurança e de freqüentes revoltas, para desespero dos governantes. Revoltavam-se os poderosos contra o governo da capitania e da metrópole, revoltavam-se escravos contra senhores, agitavam-se os índios no interior. Recorro de novo ao *Discurso histórico*: "hemos de confessar que os motins são naturais das Minas, e que é propriedade e virtude do ouro tornar inquietos e buliçosos os ânimos dos que habitam as terras onde ele se cria".[14] O ouro, continua o *Discurso*, corrompe o ar que se mete "por olhos, narizes, e bocas e por outros poros até o mais interior", desassossegando as pessoas. Na República das Minas, andava "tudo às avessas, e fora de seu lugar".[15] A guerra dos emboabas, os motins de Pitangui, a revolta de Felipe dos Santos, a sedição de São Romão, os quilombos, a inconfidência do Curvelo, a Inconfidência de 1789 são concretizações do espírito rebelde que grassava na capitania.[16]

A Inconfidência continha vários traços de modernidade e republicanismo. Ninguém contestará que todas as agitações do século XVIII giravam, de uma maneira ou de outra, em torno do tema da liberdade, fosse ela a liberdade política da capitania em relação ao domínio metropolitano, fosse a liberdade civil dos indivíduos em relação ao Estado, fosse mesmo a liberdade algo selvagem dos potentados em relação à lei. Não por acaso, todas as três legendas propostas pelos inconfidentes para a bandeira de sua república incluíam a palavra liberdade: *libertas aequo spiritus*, *aut libertas aut nihil*, sugeridas por Cláudio Manoel da Costa, e *libertas quae sera tamen*, a vencedora, de Alvarenga Peixoto.

A consciência da liberdade individual não demorou a produzir rebeldia política contra a metrópole, sonhos republicanos de participação política e de autogoverno. A sociedade das Minas também colocava a prêmio a iniciativa individual, a ousadia, a disposição de correr risco. A vontade de mudança estava presente na aspiração do progresso, do desenvolvimento da ciência e da indústria, corporificadas nas propostas de criação de uma universidade e de estabelecimento de fábricas de ferro. José Álvares Maciel, o desenvolvimentista do grupo, acabou fundando, quando exilado em Angola, sua fábrica de ferro.

Eram os inconfidentes igualitários? A resposta não é fácil. É verdade que na República Florente sonhada por Tiradentes todos poderiam trajar roupa de cetim. Mas é duvidoso até onde iriam os inconfidentes nesse campo. Eles não tinham posição clara, por exemplo, diante da escravidão. Admitiam a libertação de escravos, caso o exigisse a necessidade da luta, mas a abolição da escravidão não parece ter sido um de seus projetos.

Tanto a modernidade quanto o republicanismo dos inconfidentes tinham como principal inspiração o movimento de libertação das 13 colônias da América do Norte. São abundantes nos autos, sobretudo nos depoimentos de Tiradentes e José Álvares Maciel, as referências ao exemplo norte-americano. Maciel trouxe da Europa livros sobre a independência dos Estados Unidos que entusiasmaram Tiradentes. Sua preocupação com o desenvolvimento industrial, no entanto, parece ter vindo antes da observação da experiência inglesa. A conjunção de liberdade, independência e progresso industrial, do ouro e do ferro, permite que se caracterize a Inconfidência como exemplo de americanismo, no sentido que a palavra ganhou entre nós, de contraste com o iberismo.[17]

Intermezzo oitocentista

A modernidade e o republicanismo inconfidente perderam visibilidade com a decadência da mineração e a ruralização da província. Mas não desapareceram. Ao longo do século XIX, eles ressurgiram, encarnados em algumas pessoas paradigmáticas. Seu mais típico porta-voz foi sem dúvida Teófilo Benedito Ottoni. Descendente de imigrantes estabelecidos no Serro, Ottoni foi ajudante do pai na condução de tropas. Transferiu-se depois para o Rio de Janeiro, já capital do Império, onde estudou engenharia mecânica na Academia da Marinha com Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí. O futuro saquarema ensinava mecânica, mas também mandava ler Thomas Jefferson. Desde essa época, Ottoni tornou-se entusiasta da democracia norte-americana. Em 1830, fundou em sua cidade natal a *Sentinella do Serro*, com o fim de fazer oposição a Pedro I.

No jornal, escreveu que seu partido era o daqueles que desejavam que o Brasil imitasse a terra de Washington, que nosso povo fosse em tudo como o dos Estados Unidos. E acrescentava: "O nosso Norte é a Liberdade Americana, a liberdade da Pátria de Franklin, única que nos agrada; e pela qual sacrificaremos a própria vida, se preciso for".[18] Seria difícil encontrar mais enfática manifestação de adesão aos valores da liberdade em sua matriz norte-americana.

O percurso político de Ottoni seguiu lógica impecável. De início, ele se envolveu nas lutas liberais da Regência. Quando da abdicação de D. Pedro I, levantou a população do Serro em ação que lembrava um *town meeting* da Nova Inglaterra. Apoiou a abdicação e, em 1840, a aclamação de D. Pedro II como imperador. Em 1842, pegou em armas contra o que os liberais de Minas e de São Paulo imaginavam ser o perigo de um monopólio do poder pelos conservadores. Anistiados, os liberais voltaram ao poder em 1844. Ottoni, no entanto, desencantou-se com o governo

Virgílio Cestari. *Projeto para o monumento comemorativo ao proto-mártir Tiradentes*. Desenho aquarelado, 1891. 106 x 70 cm. APM – 092.

dos correligionários, que em nada alterava a política anterior. Afastou-se da política e dedicou-se aos negócios. Em 1847, criou, em parceria com um irmão e por concessão do governo mineiro, a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri. Tropeiro na juventude, conhecia as enormes dificuldades de transporte enfrentadas pelos mineiros no escoamento de seus produtos. A companhia pretendia ajudar a resolver o problema estabelecendo comunicação entre Minas e o litoral através do rio Mucuri.

Foi nesse sertão que, em 1852, às margens do rio de Todos os Santos, em gesto de forte simbolismo, fincou o marco de futura cidade a que deu o nome de Nova Filadélfia. O terreno lhe foi doado por dois caciques indígenas. Familiarizado com a história dos Estados Unidos, o gesto dos caciques despertou nele lembranças daquele país: "Assim começou nos Estados Unidos a ocupação da Pensilvânia. Sorriu-me a analogia, e aceitando o auspicioso fausto, tomei posse de minha Filadélfia".[19] Na Filadélfia norte-americana realizara-se também o Congresso Continental que votou a Constituição do país. Falida a empresa, Ottoni voltou à política. Aí também exibiu sua admiração pelos ianques: foi o primeiro entre nós a fazer campanha eleitoral ao estilo norte-americano, promovendo *meetings* nas ruas do Rio de Janeiro ou liderando a multidão em protestos contra a Inglaterra durante a Questão Christie.

Mais ainda do que os inconfidentes, Teófilo Ottoni exibiu traços do moderno e do republicano na vertente norte-americana: liberdade, espírito empresarial, participação política, desejo de mudança, tudo simbolizado no gesto fundador da Nova Filadélfia.

A Escola de Minas de Ouro Preto

Enquanto os mineiros abandonavam as faisqueiras esgotadas e deixavam as cidades em busca de alternativa econômica na agricultura, enquanto aos poucos se elevava a voz da Minas da terra e se recolhia a voz da Minas do ouro, uma instituição veio lançar as raízes de nova modernidade, a do progresso pela industrialização. A Escola de Minas, embora de iniciativa do imperador, atendia à aspiração dos inconfidentes de criar fábricas de ferro na capitania. O espírito de Gorceix consistia em enfatizar o ensino técnico e a pesquisa como reação ao bacharelismo predominante, em orientar a ciência para responder às necessidades do desenvolvimento econômico, sobretudo pela exploração dos recursos minerais abundantes na província. A modernidade do ensino da Escola, na visão do próprio Gorceix, contrastava com o ensino adotado no Caraça.[20]

A Escola introduziu em Minas e no Brasil o que mais tarde veio a ser conhecido como mentalidade desenvolvimentista. Treinados para estudar a natureza em vez de livros, a se preocuparem com as aplicações práticas de seus estudos, os ex-alunos espalharam-se por outras províncias e Estados, de onde muitos eram originários, penetraram na burocracia técnica estadual e federal, envolveram-se na criação e administração de indústrias, influenciaram a definição da política mineral do país e o desenvolvimento da exploração mineral e das indústrias de base. Em Minas, sua ação foi decisiva na reorientação da política econômica na década de 1940. Por ela passaram os modernizadores mineiros do fim do século XIX e do XX, como João Pinheiro, Israel Pinheiro, Lucas Lopes, Américo Renné Gianetti, Amaro Lanari.

Virada do século

Ao final do século XIX, já em pleno regime republicano, a bandeira da modernidade passou às mãos de João Pinheiro da Silva. Nascido no Serro, João Pinheiro mudou-se depois para Caeté, onde

montou uma olaria. Na política, foi, aos 29 anos, presidente da Minas republicana em 1889, voltou ao governo do Estado em 1906 e tinha grande probabilidade de chegar à Presidência da República não fosse a morte aos 47 anos, em 1908, quando exercia a Presidência de Minas. Antes de se formar em Direito em São Paulo, estudou dois anos na Escola de Minas, período que o marcou profundamente.

João Pinheiro foi o primeiro modernizante mineiro a chegar ao governo. Para a formação de sua mentalidade progressista, contribuiu também a formação positivista, que o levara não só a aderir à república, mas a ver o novo regime não tanto como liberdade, mas, sobretudo, como o domínio da ciência, da indústria e do progresso. Deixou sua marca em várias iniciativas. A primeira foi promover a transferência da capital de Minas para o arraial de Curral del-Rei. Foi o principal promotor da idéia quando presidente do Estado em 1890, embora não tivesse presidido a execução da transferência. A mudança alterou a composição do núcleo dirigente de Minas. O primeiro nome da capital, Cidade de Minas, teve como propósito indicar a união das várias regiões do Estado, do "mosaico mineiro", na feliz expressão de John D. Wirth.

João Pinheiro via a nova capital como instrumento da renovação econômica de Minas Gerais. Era adepto fervoroso do progresso, a ser atingido, sobretudo, pela educação técnica, a modernização agrícola e a difusão da pequena propriedade rural. Outro marco de modernidade foi a presidência do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, organizado pelo governo mineiro em 1903. O congresso teve por finalidade discutir as alternativas econômicas do Estado frente à perda de dinamismo que se verificava desde 1897.[21]

Como Filadélfia, a Cidade de Minas foi concepção de pioneiros e tornou-se símbolo de modernidade nas linhas geométricas de seu traçado urbano, na forma de tabuleiro de xadrez, no cartesianismo de sua concepção, à maneira do barão de Haussmann, reformador de Paris, e de l´Enfant, planejador de Washington, e na designação de áreas específicas para indústrias. O engenheiro convidado para planejá-la e dirigir sua construção, Aarão Reis, fora aluno da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e era um positivista não-religioso, o que significa ter absorvido da doutrina de Comte sobretudo a dimensão cientificista e a crença no progresso da humanidade.[22]

Os efeitos mais visíveis da renovação trazida pela nova capital surgiram no campo intelectual, mais de vinte anos após sua fundação. Como demonstrou Helena Bomeny, o grupo de modernistas mineiros, acompanhando à sua maneira o dos paulistas, ajudou a marcar a própria modernidade literária brasileira, ao mesmo tempo que aderia a valores universais, muito distantes do paroquialismo da Minas agrária.[23]

Século XX

O último, e maior, porta-voz da linguagem moderna e republicana em Minas foi Juscelino Kubitschek. Vinha de família pobre de Diamantina, originária, pelo lado materno, de um imigrante da Boêmia. Seu tio-avô, João Nepomuceno Kubitschek, era americanófilo e republicano. Falava-se em seu ianquismo, denunciado inclusive por ter dado a dois filhos os nomes de Lincoln e Jefferson. Fundou o Clube Republicano de Diamantina, em gesto que lembrava o de Ottoni em 1831, na vizinha Serro. Foi companheiro de João Pinheiro nos anos iniciais da república, chegando a ser vice-presidente do Estado. O pai de Juscelino morreu tuberculoso aos 33 anos e a mãe teve de sustentar

Fotografia de João Pinheiro da Silva (Serro, MG, 1860 – Belo Horizonte, MG, 1908). Autoria e local desconhecidos, *circa* 1890. APM – JP - 3 - 026.

sozinha os dois filhos. O futuro presidente precisou trabalhar como telegrafista em Belo Horizonte para custear os estudos de medicina.[24]

Na prefeitura da capital, revelou o espírito inquieto, inovador, aventureiro, que levaria ao extremo na Presidência da República.[25] Ganhou o apelido de prefeito-furacão. Abriu ruas, asfaltou, construiu prédios, promoveu as artes, sacudiu a modorra da cidade. Sobretudo, construiu a Pampulha, vitrine de modernidade, com a ajuda dos melhores arquitetos, pintores e escultores da época, enfrentando a resistência da velha Minas, encarnada, sobretudo, na figura do arcebispo D. Cabral.

A construção da Pampulha a partir do nada lembrava o gesto fundador de Teófilo Ottoni no Vale do Mucuri e o de João Pinheiro lutando pela nova capital. Afonso Arinos de Melo Franco, em depoimento registrado por Cláudio Bojunga, anota a propósito de visita que fez às obras de construção da Pampulha ciceroneado por Juscelino: "Senti, de repente, naquele homem, uma força incontida de criação. Pensei em Teófilo Ottoni e na sua aventura de Nova Filadélfia".[26]

Por ser história recente, não é preciso acompanhar a ação de Juscelino nos governos de Minas e do país. Note-se apenas que o estilo mineiro de introduzir o moderno pelo urbano, de utilizar o urbano como caminho para o novo e o inovador, foi levado por Juscelino para o plano nacional na aventura um tanto tresloucada da construção de Brasília, com a ajuda do ex-aluno da Escola de Minas Israel Pinheiro. Misto de sonho, utopia e temeridade, mas não sem uma boa dose de visão estratégica do desenvolvimento nacional, Brasília foi a culminação do pioneirismo que presidiu à fundação da Nova Filadélfia, da Cidade de Minas e da Pampulha.[27]

Brasília foi complementada pelo ambicioso plano de 30 metas que abrangia praticamente todos os setores da economia nacional. O plano foi particularmente exitoso nas obras de infra-estrutura, como a construção de estradas e usinas hidrelétricas, e no desenvolvimento da indústria de base e de bens de consumo durável, sobretudo a automobilística.[28] Juscelino foi capaz de criar no país uma atmosfera de mudança e de crença no futuro, mais tarde registrada na memória nacional como os "Anos Dourados".

Mais do que seus antecessores, Juscelino encarnou em Minas, e no Brasil, a linguagem da modernidade e da república. Em suas palavras e ações, podem ser encontrados todos os ingredientes das duas linguagens, a liberdade, a participação, a iniciativa individual, a valorização da mudança, do progresso, da industrialização. Indo além de João Pinheiro, ele acrescentou a tudo isso a valorização da democracia política. Respeitou o Congresso, os partidos e a imprensa, anistiou militares amotinados, lutou contra militares e políticos golpistas, recusou sugestões de prorrogação de mandato. Não admitiu o uso do autoritarismo para promover o desenvolvimento, como tinham feito Vargas no Brasil e Benedito Valadares em Minas no melhor estilo prussiano. Foi além de Milton Campos, o melhor dos udenistas, que se distinguia pela adesão à liberdade, mas tinha pouca sensibilidade para o desenvolvimento econômico.

Não se distinguiu, na linha de seus predecessores americanistas, pela ênfase na promoção da igualdade e da justiça social. Mas em seu favor deve-se dizer que foi um autêntico republicano ao se comportar sempre como um homem comum, avesso à pompa do poder. E a todas as características de modernidade e republicanismo, acrescentou uma inovação: levou o riso para os palácios, quebrou a pose majestática de seus antecessores, civis e militares, aproximou o povo do poder.

Perfil dos modernos e republicanos

Há algumas características comuns a esses modernizantes e republicanos. De início, todos são originários de cidades, mais ainda, de cidades mineradoras. É o caso de vários inconfidentes; de Ottoni, que era do Serro; de João Pinheiro, outro serrano que se mudou para Caeté; de Juscelino, que era de Diamantina. Eram de origem urbana e foram fundadores de cidades. Pioneirismo, espírito empresarial, modernidade, valorização da mudança e do progresso não podiam manifestar-se de forma mais contundente do que na criação de cidades. Nova Filadélfia, Belo Horizonte, Brasília são marcos indeléveis da Minas moderna.

Outra marca comum é que provinham todos de famílias modestas, alguns, como Ottoni e Juscelino, de famílias de imigrantes. Nenhum pertencia à oligarquia rural. Além disso, alguns ficaram órfãos prematuramente. Tiradentes perdeu a mãe quando era um menino de oito anos, perdeu o pai aos 15. Juscelino ficou órfão de pai aos três anos de idade. Órfãos ou não, todos tiveram de ganhar a vida com o próprio trabalho. A experiência de se fazer por si mesmos, sem depender da proteção de famílias abastadas ou de benesses governamentais, reforçou em todos eles a valorização da iniciativa individual. Eram pobres e ganharam a vida com o esforço próprio, no melhor estilo ianque dos *self-made men.*

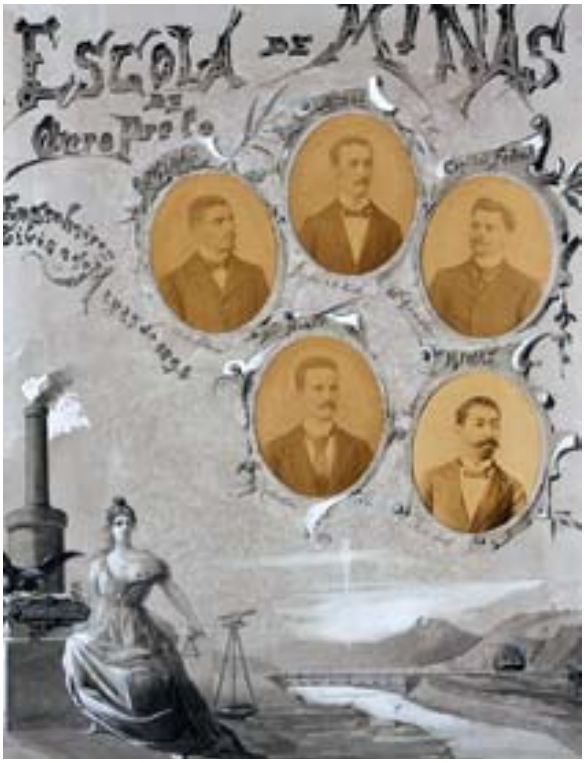
Uma terceira característica comum é que quase todos tinham formação técnica. Álvares Maciel estudou química e mineralogia na Inglaterra, Ottoni estudou mecânica e matemática, João Pinheiro formou-se em Direito, mas passou antes pela Escola de Minas, Juscelino era médico. Nenhum deles, à exceção parcial de João Pinheiro, integrou a tradição de formação jurídica da elite política, tanto mineira como brasileira. Nenhum deles era um bacharel preocupado em enquadrar a realidade nas leis. Queriam mudar a realidade pela ação da política e da técnica e dentro da lei.

Um último ponto em comum é que todos foram empresários. Tiradentes foi tropeiro antes de assentar praça na Companhia de Cavalaria da Guarda dos Vice-Reis. Sabe-se também que, no Rio de Janeiro, apresentou planos ao vice-rei Luís de Vasconcelos para a canalização das águas dos rios Andaraí e Maracanã. Ottoni foi tropeiro e depois criou sua própria empresa, assim como o fizeram João Pinheiro e seu filho Israel. Juscelino, fora do governo, tornou-se também empresário. Não apenas acreditavam no esforço próprio, como o dirigiam para a atividade produtiva na iniciativa privada, longe da vocação brasileira para o funcionalismo público e para a dependência do Estado.

Minas além do moderno

Uma pergunta a se fazer ao final deste percurso é se Juscelino teria sido o último dos modernos e dos republicanos, se a utopia americana teria esgotado seu potencial inovador e inspirador de novas mudanças. A primeira reação seria responder que sim, que a modernidade se esgotou. Vários dos sonhos dos modernizantes foram realizados, mesmo que de maneira precária. Já são patrimônio de Minas e do Brasil a liberdade, a república, o regime democrático, a industrialização, o desenvolvimento. Acrescente-se a isso que o impacto da globalização no mundo dos valores, das idéias e dos comportamentos também conspira contra a probabilidade da emergência de novos sonhos.

No entanto, tão certa como a realização da modernidade e da república é a consciência de sua incompletude, sobretudo da república, e o surgimento de problemas antes insuspeitados. A incompletude



O mais antigo quadro de formandos da Escola de Minas de Ouro Preto. Técnica mista, 1894. 116 x 86 cm.
Acervo do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Ufop, Ouro Preto, MG.

Retrato de Claude-Henri Gorceix (Saint Denis des Murs, França, 1842 – França, 1919), fundador da Escola de Minas de Ouro Preto. Óleo sobre tela de José Pio, artista de Ouro Preto, 1993. 85 x 69 cm.
Acervo do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Ufop, Ouro Preto, MG.

verifica-se, sobretudo, em quatro elos fracos de nossa modernidade e de nossa república: a desigualdade social, a ineficácia do sistema representativo, a corrupção na vida pública e a deterioração da vida urbana pela violência. Os novos desafios consistem em enfrentar com eficácia esses problemas dentro da democracia e da liberdade. Nesse nada admirável mundo novo, em que a política parece perder cada vez mais sua força transformadora, mais do que nunca é necessário que surjam novas idéias e novas soluções.

Talvez não seja o caso de esperar pela gestação de novas linguagens, nem de novas utopias. Mas, sem dúvida, haverá necessidade de se ouvirem muitas vozes, de se abrirem muitas veredas atravessando nosso grande sertão. As novas vozes talvez surjam da incorporação à sociedade política de milhões de mineiros, e de brasileiros, anteriormente excluídos. O resultado dessa mistura de vozes talvez seja cacofônico no início. Mas pode-se, quem sabe, esperar que as antigas linguagens mineiras, tanto a moderna como a da tradição, prestem ainda sua contribuição no sentido de tornar possível que da cacofonia surjam novas propostas para Minas e para o Brasil. É o desafio que se coloca perante seus cidadãos e suas lideranças.

Del Pino (Barbacena, MG, 1904 – Belo Horizonte, MG, 1976). *Retrato de Juscelino Kubitschek*. Pintura a óleo sobre tela, 1951. 69 x 54,5 cm. Projeto Segredo de Estado/Superintendência de Museus – Coleção Loteria do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Notas |

1. É muito vasta a literatura sobre o tema. Ver, por exemplo, NISBET, Robert. *History of the idea of progress*. New York: Basic Books, 1980; e BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1990. Sobre liberdade, ver CONSTANT, Benjamin. *De la liberte chez les modernes*: écrits politiques. Textes présentés par Marcel Gauchet. Paris: Livre de Poche, 1980.

2. Sobre república, ver: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002; e CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

3. A relação entre os dois tipos de liberdade e república no Brasil foi discutida por mim em "Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil". In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 83-106. Sobre os Estados Unidos, ver APPLEBY, J. *Liberalism and republicanism in the historical imagination*. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1992.

4. Sobre a relação entre liberdade e igualdade, ver ainda BOBBIO. *Liberalismo e democracia*.

5. Sobre o conceito de linguagem política, ver POCOCK, J. G. *Linguagens do ideário político*. Edição organizada por Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 2003, especialmente p. 63-82.

6. LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

7. Para ênfase na diversidade de Minas e na discriminação que sofre o "mineiro da periferia", ver a intervenção de Antonio Candido, originário do Sul de Minas, em 20 anos do SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA (1982-2002): coletânea de trabalhos. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002, p. 43-51.

8. OLIVEIRA VIANA. Minas do lume e do pão. *Revista do Brasil*, n. 56, p. 289-300, 1920.

9. Essa caracterização foi desenvolvida em "Ouro, terra e ferro: vozes de Minas". In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 55-78.

10. Para uma visão da modernidade mineira vinculada ao caráter urbano da capitania, ver PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

11. *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p. 102.

12. Sobre a demografia da Minas colonial, ver LUNA Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero. *Minas colonial*: economia e sociedade. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.

13. *Discurso histórico e político*..., p. 102.

14. *Discurso histórico e político*..., p. 60.

15. *Discurso histórico e político*..., p. 64.

16. Ver, por exemplo, MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes*: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998; SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999; GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista*: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Ícone, 1988.

17. Sobre iberismo e americanismo, ver VIANNA, Luis Werneck. *A revolução passiva*: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

18. Desapareceram misteriosamente de bibliotecas e arquivos todos os exemplares da Sentinella do Serro. A citação foi tirada de NEVES, José Teixeira. Periódicos mineiros na Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 117, p. 305, 1997.

19. OTTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Organização de Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 63. Ver também ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.). *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri*: a modernidade possível. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público Mineiro, 2007.

20. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*: o peso da glória. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

21. Sobre o pioneirismo desenvolvimentista de João Pinheiro, ver DULCI, Otávio. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*, p. 109-136.

22. Sobre Aarão Reis, ver SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis*: o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

23. Ver BOMENY, Helena. *Guardiães da razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994, especialmente cap. 2.

24. Sobre a vida de Juscelino, ver BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek*: uma revisão na política brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988; e BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

25. Sobre a ação modernizante de Juscelino na prefeitura, ver *Juscelino, prefeito, 1940-1945*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Museu Histórico Abílio Barreto, 2002, sobretudo a análise de Heloisa Maria Murgel Starling, p. 31-61.

26. BOJUNGA. *JK: o artista do impossível*, p. 158.

27. Para uma crônica recente sobre a aventura da construção de Brasília, ver COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

28. Para um exame das metas, ver LAFER, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. Sobre as administrações de Juscelino na prefeitura, nos governos do Estado e do país, ver BOJUNGA. *JK: o artista do impossível*.

José Murilo de Carvalho é professor titular de história do Brasil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor, entre outros, de *Os bestializados* (Companhia das Letras, 1987), *A construção da ordem – Teatro das sombras* (Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996), *A formação das almas: o imaginário da república* (Companhia das Letras, 1990), *Pontos e bordados* (Editora UFMG, 1999) e *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (Civilização Brasileira, 2001). É membro da Academia Brasileira de Letras.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

O lugar não-comum e a república das letras

Sérgio Alcides

Oscilando entre a vassalagem a um monarca e a "cidadania" imaginária de uma "coisa pública" existente só nas letras, Cláudio Manuel da Costa constrói uma obra paradigmática para a compreensão dos limites da cultura letrada no ambiente colonial.

> “Não são estas as venturosas praias da Arcádia”, escreveu Cláudio Manuel da Costa no “Prólogo ao leitor” de suas *Obras*, publicadas em 1768.[1] “Vivemos só da vil necessidade”, diz o pastor Glauceste, numa écloga recitada no mesmo ano, em homenagem a um mandatário português.[2]

É artificial a aproximação, aqui, das duas citações. Cada uma delas só encontra um significado pleno em seus respectivos contextos. Estes, aliás, obedecem a regras discursivas diferentes, por manifestarem gêneros distintos: a prosa exordial inclinada à modéstia afetada, no primeiro caso; a poesia pastoril com função encomiástica, no segundo.

Feita a ressalva, pode-se construir um paralelismo revelador entre as praias do “Prólogo” e o meio de vida vil da écloga. O espaço que vai de um paralelo a outro constitui uma espécie de grande *topos* matricial da poesia de Cláudio Manuel. É um lugar além da tópica clássica, estranho a esse vasto e imemorial acervo de lugares-comuns que emanava da Antigüidade e nos tempos modernos era reivindicado pela cultura letrada. Trata-se de um tópico à margem, estranho ao catálogo. Não é que as autoridades antigas tivessem deixado escapar a caracterização da rusticidade ou a do exílio. Nem seria o caso de ignorar o contraste entre o real e a representação para identificar afoitamente esse *topos* com a Capitania das Minas Gerais, sem mediações. O lugar não-comum do pastor Glauceste Satúrnio não é o desterro de Ovídio nem a terra natal do letrado Cláudio Manuel da Costa. Pode-se descrevê-lo como a pátria que não deixa de ser exílio, onde a tópica clássica encontra a resistência dos sertões, como negatividade constitutiva oposta às suas aspirações cosmológicas, e resulta, na sua própria aplicabilidade, estrangeira e descomposta – uma tópica “desgrenhada” (para usarmos uma palavra da preferência do poeta).

Neste caso, é difícil dizer se alguma vez a cultura letrada saiu desse lugar, entre nós. Como organismo da utensilagem mental dos literatos, a tópica foi posta em ostracismo, com a emergência de outras retóricas menos codificadas do que a clássica, a partir da onda romântica. Mas, sob os nossos pés, debaixo do calçamento precário, ainda é possível sentir o *topos* movediço de Cláudio Manuel. Em 1768, o poeta mineiro se disfarçava de pastor para chorar “na própria terra peregrino”.[3] Em 1912, era Augusto dos Anjos quem vinha lamentar a sina de um índio “desterrado na sua própria terra, / diminuído na crônica do mundo”.[4] E, em 1936, Sérgio Buarque de Holanda escreveu no primeiro parágrafo de *Raízes do Brasil* que “somos ainda uns desterrados em nossa terra”.[5] Resta em aberto a discussão sobre o que terá mudado nas últimas décadas, se é que algo mudou, acerca de um paradoxo tão arraigado.

No mesmo “Prólogo” de Cláudio Manuel, uma frase lhe bastou para enunciar o problema na sua inteireza:

> A desconsolação de não poder substabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego me fez entorpecer o engenho dentro do meu berço, mas nada bastou para deixar de confessar a seu respeito a maior paixão.[6]

Todo o texto é perpassado por alusões à obra epistolar de Ovídio, “o Poeta desterrado”, as quais seriam facilmente reconhecíveis para o leitor coevo.[7] No trecho citado, o vínculo entre o mineiro e o latino surge indicado pelo verbo “entorpecer”. “Deve-se acrescentar que meu engenho [...] *entorpeceu-se*” – escreveu Ovídio entre os povos bárbaros do Mar Negro.[8] No lugar destes, Cláudio Manuel mencionara algumas linhas antes seus conterrâneos; depois de ir estudar em Coimbra, ele estava “destinado a buscar a Pátria” e a viver “aqui entre a grossaria dos seus gênios”.[9] Na mesma frase, o poeta mineiro maneja dois *topói* contraditórios – o do desterro ovidiano e o do amor pátrio.[10] Dá-se o transtorno tópico: é quando

os lugares-comuns falham diante do assunto a ser elaborado, com uma considerável perda de legitimidade, trazendo para a superfície do discurso uma inesperada consciência dos limites da cultura em face da esquivez da experiência.

O tema da civilidade

É nessa falha tópica que se insere todo o problema da civilidade na poesia de Cláudio Manuel, constituindo nela um dos mais obsessivamente elaborados, seja nas *Obras*, de 1768, no drama e nos números encomiásticos do *Parnaso obsequioso*, do mesmo ano, seja no poema heróico *Vila Rica*, concluído em 1773. Mas há uma inflexão dupla, alinhavando a questão de maneira só aparentemente contraditória. O pólo negativo insiste na iconografia de um *locus horribilis* enquadrando a paisagem mineira, de correntes "turvas e feias" descendo pelo perfil escabroso dos penhascos. O cenário é recoberto pelo influxo da bile negra – a "fatal melancolia" mais de uma vez reconhecida.[11] Deste modo, o exílio na própria terra termina associado ao tema neoplatônico do exílio da alma no mundo, apartada da contemplação do Ser, o qual aparece figurado na perfeição da amada inacessível.

No entanto, também atua um pólo positivo, que em Cláudio Manuel pode se manifestar de dois modos diferentes, mas de jeito nenhum antagônicos: (1) por meio da ação política; ou (2) por meio da própria ação letrada. "Leia a posteridade, ó pátrio Rio, / Em meus versos teu nome celebrado" – diz o segundo texto da centúria de sonetos que abre as *Obras*, como um modo de frisar um prestígio local só conferido pela poesia, que é mais forte do que o esquecimento e a morte.[12] Também vai neste sentido o desfecho do poema heróico sobre a fundação das vilas mineiras:

> Enfim serás cantada, Vila Rica,
> Teu nome impresso nas memórias fica;
> Terás a glória de ter dado o berço
> A quem te faz girar pelo Universo.[13]

É discutível se os dois versos finais se referem ao poema em si ou ao próprio poeta.[14] Seja como for (com menor ou maior imputação de indiscrição sobre sua pessoa), afirma-se o valor das letras e o quanto a ele pode dever um domínio público. Isso ressalta um aspecto do cultivo das letras que é intrinsecamente político (vale lembrar: relativo à *pólis*), o qual tem na obra de Cláudio Manuel tanta importância quanto toda a zona de sombra da melancolia e do exílio na própria terra. Por um outro lado, o pólo positivo da poesia do autor também se dá por meio de uma atuação mais especificamente política. O tratamento da paisagem, se pela negativa se opõe flagrantemente ao *locus amoenus* prescrito pelo Arcadismo em voga no século XVIII, pela via positiva sofre a metamorfose encomiástica na poesia de louvação.[15] O melhor exemplo se encontra entre as homenagens prestadas pelo poeta ao conde de Valadares, José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches, recém-empossado no governo da capitania das Minas Gerais. No drama do *Parnaso obsequioso*, as divindades celebram o governante:

> MERCÚRIO
> Ah, tudo cede!
> Já torna a paz dourada
> Ao mundo aflito, torna Ninfa bela,
> Que aos Elísios fugira; e quando torna
> O cheio vaso sobre nós entorna.
>
> APOLO
> Esta a idade em que o Lobo
> Pastava entre as Ovelhas; esta a idade,
> Em que a Terra sem próvida fadiga
> Brotava a rama, e produzia a espiga.
>
> MERCÚRIO
> Esta a idade em que os rios
> Eram de mel, e eram de leite os lagos,

Em que desconhecia o peito humano
Tudo o que era traição, perfídia, engano.[16]

Note-se que também a poesia encomiástica está sujeita ao transtorno tópico. O lugar-comum aqui é o retorno político da Idade de Ouro, cujo referencial clássico mais conhecido é a quarta bucólica de Virgílio, em homenagem ao cônsul Polião. Esta se associa ao ciclo das Quatro Idades, descrito no primeiro canto das *Metamorfoses*, de Ovídio.[17] Ora, a mineração e o anseio pelas riquezas é aí frisada como uma característica da pior idade, a do ferro, e não da áurea: só então, segundo o mito, o ser humano passou a se entranhar pela terra, "para arrancar-lhe aqueles seus tesouros / que ela escondera nos umbrais da Estígia".[18] Na louvação do conde de Valadares, dá-se uma nova Idade de Ouro aurífera:

Apolo
Enfim tudo é delícia
Na opulenta Região das áureas Minas;
E tu, ó bom Menezes,
Desses troncos incultos, dos Penhascos
Mais hórridos, mais feios,
Dos queimados Tapuias
Fazes polir a bárbara rudeza,
Fazes domar a natural fereza.[19]

É inequívoca a origem mineral da opulência celebrada. Mas, independentemente da torção do lugar-comum virgiliano, ela não deixa de estar ligada também a outro benefício: o resultado da aplicação política é descrito em termos civilizatórios. Não só pela menção aos indígenas agora reduzidos à ordem colonial, mas pelo campo simbólico mais vasto da "natural fereza" e, sobretudo, pela ocorrência do verbo "polir", evocação da "polidez". Esta, para Jean Starobinski, era uma das noções interligadas – a *politesse*, junto com a *honnêteté*, a *délicatesse* e a *police*, por exemplo – que em meados do século XVIII gerariam em francês o neologismo *civilisation*, como "um vocábulo sintético para um conceito preexistente".[20]

Contrasta com o ideal de um estado civil o tema da "vil necessidade", que o pastor Glauceste pretende ver solucionado (ou bem provido) por um governante capaz, a quem louva. O oposto complementar da idéia de necessidade, como ensina Hannah Arendt, é um conceito especificamente político: a liberdade, base daquilo que os pensadores gregos denominavam "felicidade" (*eudaimonía*).[21] O contraste entre o estado pré-político do *locus horribilis* e a amena contemplação da Arcádia imaginária revela, nesta, um caráter eminentemente político que não devemos negligenciar. Da mesma forma, no ambiente muito impregnado de erudição jurídica dos letrados setecentistas, a evocação da "necessidade" não poderia deixa de fazer eco à sentença latina segundo a qual "a necessidade não tem lei" ("necessitas legem non habet").

Giorgio Agamben nos lembra que ela pertence ao corpo do direito romano, sendo elaborada no *Decretum*, de Graciano. Na sua teoria do "estado de exceção", o filósofo italiano explora em profundidade as facetas obscuras do ditado, mostrando como esse caso pré-político também contém em si um fundamento excepcional da política.[22] Para o pastor Glauceste, declarar-se presa da "vil necessidade" era um modo de se dizer exposto aos riscos de um viver apartado de qualquer ordem legal (iludindo-se, diria Agamben, de que a vigência desta tornaria a sua vida menos "nua").

Ainda no *Parnaso obsequioso*, a apoteose do homenageado evidencia todo um vocabulário muito próprio do Antigo Regime. Basicamente, os deuses cedem o poder ao conde "em voluntário feudo", como diz Mercúrio.[23] "Eu lhe cedo o meu Trono, o Louro, o Raio"[24] – continua Apolo. A importância deste no drama se reveste de ambigüidades: por um lado, essa divindade pagã estava relacionada ao poder

Página de rosto do manuscrito de *O Parnaso Obsequioso – drama para se recitar em música no dia 5 de dezembro de 1768 em que faz anos o Ilmo. Exmo. Sr. D. José Luiz de Menezes, Conde de Valadares, governador e capitão-general da Capitania de Minas Gerais*, de Cláudio Manoel da Costa. Acervo Museu da Inconfidência/Casa do Pilar, Ouro Preto, MG.

O Parnaso obsequioso

Drama

Para se recitar em Muzica no dia 5 de Dezembro de 1768; em que faz annos

O

Ill.mo e Ex.mo Snor D. José Luiz de Menezes Conde de Valladares, Gov.r e Capp.m Gen.l da Cappitania de Minas Geraes &c.

Por

Claudio Manoel da Costa Bacharel Formado na Faculdade de Canones; Academico da Academia Lyturgica de Coimbra, e Creado pela Arcadia Romana Vice Custode da Colonia Ultramarina com o nome de Glaucesto Saturnio &c.

monárquico, como figura solar, e tinha sido cultuada na Antigüidade também como deus da colonização.[25] Mas ele não deixava de ser ainda o deus da harmonia e da beleza, da música e da poesia. Talvez não tenha passado despercebida para a audiência coeva, nem para o governador, a sutileza deste trecho:

> Apolo
> [...] Tudo, ó Musas, já cede; o vosso canto,
> A minha Lira (oh Lira em vão buscada!)[26]

De repente, entre parênteses, o deus assume as feições de Cláudio Manuel, o letrado ansioso pelas condições propícias ao seu ofício. Como colonizador e fundador de cidades, Apolo está mais próximo do conde de Valadares. Mas, como deus das musas, sua imagem podia ser reivindicada pela cultura letrada.

Uma tentativa de Arcádia

A passagem exemplifica bem como, em grande parte da poesia encomiástica de Cláudio Manuel (sobretudo no drama do *Parnaso obsequioso* e nas obras poéticas que foram depois recitadas em louvor do mesmo governador), verifica-se uma convergência entre o modo político e o modo letrado de atuação civilizatória. Mais ainda, há um insistente predomínio do modo letrado, se considerarmos que o modo político se efetiva freqüentemente só por privilegiar ou proteger o cultivo das letras. Isso fica bem claro no "roteiro" da sessão acadêmica organizada por Cláudio Manuel a fim de – para todos os efeitos – comemorar a posse do conde, ao qual se deu a designação pastoril de Daliso;[27] o discurso "Para terminar a academia" revela o verdadeiro objetivo do ato:

> Ah, se o nome de Daliso [...] se colocara na fronte desta Sociedade amabilíssima com o Soberano Título de Protetor da Nascente Colônia Ultramarina, quanto igualaremos na felicidade àqueles Pastores da Romana Arcádia? Talvez ela não se envergonhara então de haver repartido para tão remotos climas o esplendor luminoso da sua República.
>
> Seríamos, Exmo. Sr., seríamos muitas vezes felizes, se V. Exa. honrasse com a sua proteção uma Sociedade que se deseja polir, para melhor louvar o soberano nome de V. Exa. Deveremos mais a V. Exa. do que à natureza temos devido: ela nos produziu; nos criou, e nos conserva entre ásperos e intratáveis rochedos; no meio da barbaridade, no seio da rudeza, do desalinho, e da incultura.
>
> Se agora por V. Exa. se vêem amparadas as Musas, converter-se-ão com maravilhosa metamorfose a barbaridade em polícia, a incultura em asseio, e o desalinho em gala.[28]

O encomiasta esperava que Valadares apoiasse a instalação, em Minas, de uma academia literária estável, vinculada institucionalmente à prestigiosa Arcádia de Roma. Esta já havia, para isto, atribuído a um letrado luso-brasileiro um diploma de árcade romano, com a nota manuscrita: "Per la fondazione della Colonia Oltremarina".[29] Não há nenhum sinal de que o projeto tenha vingado, exceto a inscrição de "árcade ultramarino, chamado Glauceste Satúrnio" no frontispício das *Obras* de Cláudio Manuel, ou dizeres semelhantes em publicações de Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

No malogrado discurso do poeta, a louvação retoma o vocabulário civilizatório do polimento, em contraste com a "natural fereza", mas ela agora está subordinada à expectativa de apoio político à empreitada acadêmica. Nesse contexto, sobressai a palavra "república". Não é a única vez em que ela

ocorre na obra do autor. Entre as notas que ele próprio acrescentou ao *Vila Rica*, seguindo uma prática muito corrente no seu tempo, lemos o que se diz acerca dos "emboabas" insurgentes:

> Haviam consultado os rebeldes, que por oito ou nove anos desfrutassem as Minas, não consentindo Governadores e Justiças nelas, e sustentando-se como uma república a seu arbítrio [...].[30]

Nas duas ocorrências, o vocábulo tem acepções diferentes, e em nenhuma o contexto é suficiente para defini-las com precisão, senão aproximadamente. O contraste mais flagrante é que, se a segunda tem conotação política em sentido estrito, a primeira enfoca o território mais vago das letras. A "república" dos rebeldes tem no *Vila Rica* um papel inequivocamente negativo, associada à desordem dos descaminhos e do sertão, como forma de resistência ilícita à soberania lusitana sobre as Minas. A nota citada é aposta à fala de um frade sedicioso – incluída no Canto V, que representa o próprio "centro dos sertões" na estrutura de um poema descrito por seu melhor leitor como labiríntico.[31] Diz o padre, insuflando o ânimo dos conjurados:

> Já vos não lembra o meditado empenho
> De evitar as Justiças [...]?[32]

É justamente essa expressão – "evitar as Justiças" – que o poeta frisa pela nota, explicitando melhor que a proposta era repelir o domínio colonial e a administração no território rebelde das chamadas "justiças seculares" da metrópole. O aspecto anticolonial que o poeta retrata entre os sediciosos fica ainda mais evidente na fala seguinte, de outro frade conjurado, sobretudo quando diz: "Vivemos no País que outro não manda".[33] Em suma, todo o mal representado pelos rebeldes – "A traição, a vingança, o roubo, o insulto"[34] – fica nessa passagem (tal como ela se associa à nota do autor) ligado ao republicanismo e à hipótese de autogoverno ou de emancipação frente à metrópole. Contra ambas as coisas se mostram os verdadeiros heróis da épica de Cláudio Manuel, que são os paulistas, os quais dão apoio à ação repressiva de Albuquerque, o governador português.

Mas, antes de simplificarmos essa relação, acusando o futuro "inconfidente" de subserviência aos interesses metropolitanos, é necessário frisar bem algo crucial: todo o poema, ou seja, toda a visão que ele exprime acerca da fundação das vilas mineiras e da civilidade das Minas Gerais, dispõe-se a partir de uma ótica específica, que não é a do colonizador, e sim a do colono.[35] Mesmo no plano do maravilhoso, a entidade benfazeja que favorece os intuitos heróicos de Albuquerque e dos paulistas é expressamente autóctone: "o Gênio que guarda as Pátrias Minas".[36] Por fim, na resolução do entrecho, a redução do território à soberania do rei de Portugal aparece no Canto X como indissociável do estabelecimento de leis, por um lado, e da corporificação delas num instituto legislativo representante de um poder local:

> Da sala superior teto dourado
> Já se destina ao público Senado,
> Que o Governo econômico dispensa.[37]

Não demora o herói colonizador a ir reconhecer essa casa, paramentado como representante vicário do monarca:

> Trajando as galas da maior decência
> Na casa do Senado o Herói entrava;
> Da cor da tíria púrpura talhava
> A farda militar; cinge-lhe o lado
> A rica espada, que já tem provado
> Mil vezes o furor do irado Marte;
> E a mão, que os prêmios liberal reparte
> E dispõe os castigos, já sustenta
> O bastão que os poderes representa.[38]

Ali, na "Régia Sala", o governador celebra a vassalagem dos mineiros. Logo se prognostica a prosperidade econômica e civil das Minas, sob o influxo do "pátrio Gênio". Este é que inspira a suntuosidade do recinto, o qual ostenta obras lavradas em "mármores cavados" e pinturas "por mão de destro artífice pintadas", mostrando "nas paredes, as férteis, dilatadas / montanhas do País".[39] A reivindicação de fertilidade, depois da conversão civil, contrasta com a esterilidade anterior dos penhascos.

No encerramento, imediatamente antes dos dois dísticos finais, a celebração já está restrita ao âmbito local, para que não restem dúvidas sobre o foco do poema:

> Ansioso o Povo às portas esperava
> Pela alegre notícia, e já clamava
> *Viva o Senado... Viva!* Repetia
> Itamonte, que ao longe o eco ouvia.[40]

Nota-se uma interessante transformação no estatuto da paisagem, considerando-se que Itamonte personifica o Pico do Itacolomi, que em uma de suas fraldas acolhe os arraiais mineradores. Na afirmação civil e letrada de um prestígio próprio para as Minas, a própria natureza – até então hostil e análoga à "fereza" do homem selvagem – torna-se aquiescente e ecoa a nova ordem.

Nada disso basta para afastar definitivamente da paisagem o mau temperamento que, para Cláudio Manuel, lhe é constitutiva de um modo subterrâneo que chega a parecer incoercível, embora sujeito a polimento civil. O "pátrio Gênio", por exemplo, é personificado na figura de "um Índio já cansado, inútil resto / dos anos que contara a mocidade".[41] Seu retrato, a seguir, é praticamente uma alegoria da melancolia:

> Barba e cabeça lhe branqueja a idade;
> Dos fundos olhos inda mal se via
> O fogo cintilar, em que nutria
> Um espírito vivo e penetrante:
> De leito serve a pedra, e tem diante
> De si os secos ramos, onde acende
> A pequena fogueira; a ela estende
> As mãos mirradas, o calor buscando.[42]

Mesmo nos números encomiásticos mais festivos do *Parnaso*, consumada a metamorfose civil da paisagem, o tópico da modéstia afetada serve ao poeta para reiterar seu pessimismo de pastor exilado da Arcádia, como se lê no soneto com que Glauceste fecha a écloga já citada:

> Mas oh! quanto debalde a voz se ensaia,
> Se para ser com Títiro igualado
> Até me falta a sombra de uma faia?[43]

Nem mesmo no furor encomiástico pôde Cláudio Manuel vislumbrar uma resolução estável para os dilemas da condição civil na América portuguesa. Até mesmo a adoção do ponto de vista do colono instalava toda a sua empreitada épica num campo de contradições desde logo identificável com o lugar não-comum da pátria como exílio. Como escreve Ilmar Rohloff de Mattos, "se a colonização é, antes de tudo, a montagem de uma estrutura de produção, o colono aparece como o primeiro produto da produção colonial, o agente gerador de uma opulência".[44] É evidente que tal afirmação representa o resultado do trabalho historiográfico, e não o traslado documentalista de algo que estivesse à flor das consciências, no período de que se trata.

A condição colonial

Mas não foi por acaso que, precisamente no seio da cultura letrada, deram-se os momentos decisivos de tomada de consciência da condição colonial, citados por Mattos, tais como o dito famoso de Luís dos Santos Vilhena ("Não é das menores desgraças o viver

Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, Alemanha, 1802 – Weilheim, Alemanha, 1858). *Paisagem montanhosa em Minas Gerais* vendo-se a Serra do Caraça ou Mãe dos Homens, Capanema, córrego da Água Suja, Inficionado, arraial de Antônio Pereira. Lápis sobre papel, 1824. 23,2 x 34 cm. Biblioteca Guita e José Mindlin, São Paulo, SP.

em colônias") e a gélida constatação feita pelo autor anônimo do "Roteiro do Maranhão a Goiás" ("As colônias são estabelecidas em utilidade da Metrópole").[45] Sobretudo para o letrado setecentista, a finalidade da ordem civil deve ser a utilidade pública; só em função desta é que pode lhe parecer justo que ela almeje também, como condição prévia, enriquecer o erário régio. Ocorre que a consolidação de um âmbito público podia constituir um interesse dos colonos, mas isso não significava que a colonização pudesse dar lugar a ele.

A perspectiva adotada por Cláudio Manuel no *Vila Rica* não seria, portanto, isenta de conseqüências. Ela nos interessa aqui por dois motivos. Primeiro, porque contribui para compreendermos por que um poema tão bem-acabado – que em alguns manuscritos aparece praticamente pronto para ir ao prelo, com prólogo e até carta-dedicatória – permaneceu inédito até o século seguinte. Segundo, porque nos reconduz à outra ocorrência da palavra "república", que citamos acima, a qual recai de modo lato sobre a área das letras.

Notemos desde logo que a ocorrência política, conquanto negativa, esclarece a outra por meio de uma locução ("a seu arbítrio") que qualifica um pouco melhor o que para o autor seria mais próprio da idéia republicana. No discurso lido perante o conde de Valadares, Cláudio Manuel se refere à academia literária dos árcades de Roma como uma república, em sentido sem dúvida positivo. O letrado colonial demonstra a expectativa de poder compartilhar do "esplendor luminoso" dessa instituição estrangeira por meio da fundação de uma Arcádia associada a ela, em Vila Rica.

Embora previsível, a metáfora das "luzes" contrasta aqui mais intensamente com tudo o que de obscuro

tem o *locus horribilis* que o poeta pinta com tanta freqüência, a começar pelo aspecto reiteradamente "turvo e feio" das águas, incluindo "os sertões escuros",[46] "os queimados Tapuias" e "o Gentio adusto",[47] mais "uns mortais de negras cores / regando o aflito rosto de suores"[48] e – é claro – a própria bile negra. A palavra "república", nessa passagem, poderia ser definida com os termos usados por Jürgen Habermas acerca do que chama de "esfera pública": "a reunião de pessoas privadas em público".[49] Também nessa acepção se espera da república uma disposição "a seu arbítrio", uma reivindicação de autonomia frente à verticalidade do poder político mais estritamente considerado (embora, na sua horizontalidade – quer dizer, no "efeito de paridade" das relações acadêmicas[50] – ela também tenha uma inclinação política, a seu modo).

República das letras

A aspiração acadêmica de Cláudio Manuel, malograda na raiz (junto com outras "raízes" do Brasil), aponta para o antigo ideal da "república das letras", com o qual nasceu a própria cultura letrada na Idade Moderna.[51] Não poderia haver uma associação civil mais larga, nem mais cosmopolita, porque o pertencimento a ela não se subordinava nem à pátria, nem ao estamento, senão somente ao mérito, ou seja, à capacidade de acessar e articular a vasta herança textual e ética da cultura letrada. Essa visão era originária da Itália do século XV, tendo germinado num ambiente impregnado daquilo que Hans Baron chamou de "humanismo cívico", enquanto reivindicação dos tesouros culturais da Antigüidade como fontes para a reafirmação de valores específicos da *pólis* (como a liberdade cívica), das virtudes políticas clássicas, da construção do bem comum e da dignificação das atividades públicas.[52]

O estreitamento que esse ideal sofreu com a emergência e o fortalecimento das grandes monarquias territorializadas, a partir das primeiras décadas do século XVI, fica patente no curto espaço de três linhas que lhe reserva, no início do XVIII, um dos seus mais interessantes e prestantes cidadãos perdidos no Reino de Portugal, o padre Rafael Bluteau, no seu *Vocabulário*:

> República das letras se chamam coletivamente todas as pessoas doutas, & aplicadas ao estudo das ciências, de cujas obras se faz menção em uns livrinhos, que nos vêm de Holanda, também chamados *República das letras*.[53]

Por muitas vezes se manifestou, no Brasil colonial, o anseio de letrados pela criação e pela subsistência de academias literárias – anseio sempre frustrado por uma vigilante repressão que pode ser conseqüentemente caracterizada como colonizadora. Em praticamente todos os casos, mesmo quando a fundação de uma academia foi obra pessoalmente liderada por autoridades reinóis (como ocorreu na Bahia, com a Academia dos Esquecidos, de 1724, e a dos Renascidos, de 1759), afirmou-se como finalidade precípua da empreitada o benefício coletivo, em termos muito próprios da "república das letras" que aspira reger-se "a seu arbítrio". Os estatutos dos Renascidos são explícitos a esse respeito, inclusive com o recurso à palavra "república" na acepção literal de "coisa pública", "sendo certo que dos congressos literatos resultam à república inexplicáveis utilidades",[54] mas também com uma desabrida afirmação de prestígio local, favorecendo "a honra da Pátria, e a glória dos doutos portugueses americanos".[55]

Os estatutos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada em 1786, mencionavam um intuito semelhante, embora com interesses agora transitando da história política para a natural, em linguagem

mais próxima da chamada Geração de 1790.[56] Seu "primeiro alvo" era "repartirmos mutuamente as nossas luzes científicas", numa carreira "que o nosso amor pelas Ciências, e o bem de nosso País inspira[m]".[57] "Que outro objeto pois poderiam ter em vista espíritos que se alimentam do bem da humanidade, que não fosse a utilidade pública e a sua própria instrução?", indaga o presidente do instituto, Joaquim José de Ataíde.[58] Não é demais lembrar que o secretário foi Silva Alvarenga, que também esteve provavelmente envolvido no projeto da Arcádia Ultramarina, para o qual adotou o nome pastoril de Alcindo Palmireno. Tampouco é vão lembrar que ele, extinta a Sociedade Literária, ficou preso por mais de dois anos, a partir de 1794, sob suspeita de atividade sediciosa relacionada a essas mesmas práticas letradas. Assim como, algumas décadas antes, a Academia dos Renascidos se desfizera automaticamente após a prisão do seu diretor, o desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, acusado de espionagem.

É certo que Cláudio Manuel tinha uma boa noção, em 1768, da delicadeza de seus intuitos arcádicos. Ele certamente acompanhara com atenção a sina dos Renascidos, que também para ele terá sido um duro golpe. São conhecidas as cartas que escreveu a vários dirigentes da academia baiana, aceitando e agradecendo com o maior desvelo a indicação do seu nome para sócio supranumerário. "Em observância do preceito, tudo aprovo, tudo admiro e respeito tudo", escreveu ao secretário[59] – ele, que poucos anos depois diria aos leitores de suas *Obras* a frase terrível do solilóquio de Medéia, nas *Metamorfoses*, de Ovídio: "É infelicidade que haja de confessar que vejo, e aprovo o melhor, mas sigo o contrário na execução".[60] Na correspondência com os Renascidos, o poeta não economiza elogios ao diretor da academia:

> [...] eu tive a honra de admirar na Universidade os incomparáveis créditos que este senhor adquiria com os seus grandes estudos; e agora acabo de conhecer que ele dirigiu as ciências ao seu verdadeiro fim, que é a utilidade pública.
> Feliz a América, se, como se há de imortalizar nela a memória deste ilustre Mecenas, se perpetuasse também nessa cidade a sua assistência pessoal![61]

Imagine-se o susto do sócio supranumerário ao saber que, antes mesmo da chegada de sua carta a Salvador, o mecenas já estava reduzido a "preso de Estado", primeiro no Rio de Janeiro, depois na ilha de Santa Catarina, onde ficaria recluso por 14 anos.[62]

É bem razoável supor que o *Vila Rica* foi, indiretamente, um fruto da Academia dos Renascidos. Isso é válido especialmente quanto ao "Fundamento histórico" de que o poema vem acompanhado, como uma espécie de introdução e ao mesmo tempo moldura historiográfica para a ação épica e maravilhosa de heróis e entidades sobrenaturais, em verso heróico. Cláudio Manuel foi indicado como sócio supranumerário precisamente para que o pudessem incumbir de um relato sobre o descobrimento e a povoação das Minas, dentro do principal escopo acadêmico previsto nos estatutos da instituição:

> Para se escrever a história eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar, enfim uma História Universal de toda a América Portuguesa, com mais brevidade se dividirá este laborioso exercício pelos acadêmicos [...].[63]

Ao dispor sobre os supranumerários, o documento recomenda que haja "ao menos dous destes sócios em cada um dos bispados da América", não podendo recair tal honraria senão "àqueles que se julgar [que] são verdadeiramente aplicados, e que querem empregar-se deveras nas fadigas literárias, a que se sujeitam todos os colegas desta nobilíssima sociedade".[64] Mais importante ainda, o artigo estatutário que dispõe sobre os "Acadêmicos Supranumerários" determina

claramente que "poder-se-lhes-ão encarregar todas as obras que ordenar a Academia".[65]

A frustração de 1768 reeditou a de 1759. Em ambos os casos, constatava-se a inexistência de lugar na América portuguesa para a república das letras. Não era outra coisa, no fundo, o que Sérgio Buarque de Holanda quis dizer ao afirmar que "a Arcádia Ultramarina é Cláudio Manuel da Costa e é ele tão-somente".[66] Ser dual por excelência, oscilando entre a vassalagem a um monarca e a "cidadania" imaginária de uma "coisa pública" existente só nas letras, o letrado moderno traz o exílio em si – e mais ainda nele se aprofunda quanto mais à margem da cultura letrada se situa, ou pelo berço ou pelo destino de servidor dos desígnios reais.

Notas |

1. COSTA, Cláudio Manuel da. Prólogo ao leitor. *Obras*. In: PROENÇA FILHO, Domício (Org.). *A poesia dos inconfidentes*. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Edição preparada por Melânia Silva de Aguiar. Rio de Janeiro: Aguilar, 1996. p. 47.

2. COSTA. Saudade de Portugal e alegria de Minas. Écloga. O Parnaso obsequioso e Obras poéticas. In: PROENÇA FILHO (Org.). *A poesia dos inconfidentes*, p. 326.

3. COSTA. Epístola I. Alcino a Fileno. *Obras*, p. 245.

4. ANJOS, Augusto dos. Os doentes, IV. In: _____. *Eu e outras poesias*. Edição preparada por Sérgio Alcides. São Paulo: Ática, 2005. p. 101. (Série Bom Livro)

5. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. p. 3 (Col. Documentos Brasileiros). A frase foi ligeiramente alterada na edição definitiva, de 1967, com o acréscimo da palavra "hoje"; ver: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 31.

6. COSTA. Prólogo ao leitor. *Obras*, p. 47.

7. Cf. ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos*. Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas (1753-1773). São Paulo: Hucitec, 2003. p. 93-108 (Col. Estudos Históricos). Ver também LOPES, Hélio. Cláudio, Ovídio e Lucano. In: _____. *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 82-84. (Col. Ensaios de Cultura)

8. "Adde, quod ingenium [...] / *torpet*". OVÍDIO. Tristia V, 12, v. 21-2. In: _____. *Tristia. Ex Ponto*. Edição bilíngüe preparada e traduzida por G. P. Gould & A. L. Wheeler. Cambridge: Harvard UP, Loeb Classical Library, 1988. p. 252; grifo meu sobre o verbo *torpeo* (neste contexto, "entorpecer-se").

9. COSTA. Prólogo ao leitor. *Obras*, p. 47.

10. Veja-se, na própria obra de Ovídio, o verso: "o amor à pátria, mais forte do que toda razão [...]" ("amor patriae, ratione valentior omni [...])". OVÍDIO. Pôntica I, 3, v. 29. In: _____. *Tristia. Ex Ponto*, p. 282.

11. COSTA. Soneto LXXII. *Obras*, p. 83; Écloga XIII. Sílvio e Algano. *Obras*, p. 215.

12. COSTA. Soneto II. *Obras*, p. 51.

13. COSTA. Vila Rica. In: PROENÇA FILHO (Org.). *A poesia dos inconfidentes*, p. 446.

14. Péricles Eugênio da Silva Ramos argumenta pela primeira opção; citado por Melânia Silva de Aguiar em nota ao *Vila Rica*. In: PROENÇA FILHO (Org.). *A poesia dos inconfidentes*, p. 1.096.

15. Ver ALCIDES. *Estes penhascos*, p. 187-217.

16. COSTA. O Parnaso obsequioso. Drama, p. 318-319.

17. VIRGÍLIO. Bucólica IV. In: _____. *Eclogues. Georgics. Aeneid, books 1-6*. Edição bilíngüe preparada e traduzida por G. P. Goold e H. Rushton Fairclough. Cambridge: Harvard UP, Loeb Classical Library, 1916. p. 48; OVÍDIO. Canto I, v. 89-150. In: _____. *Metamorfosi*. Edição bilíngüe preparada e traduzida por Piero Bernardini Marzola. Prefácio de Italo Calvino. Turim: Einaudi. p. 8-11.

18. OVÍDIO. Canto I, v. 139-140, p. 11: "quasque recondiderat Stygiisque admoverat umbris / effodiuntur opes".

19. COSTA. O Parnaso obsequioso. Drama, p. 319.

20. STAROBINSKI, Jean. Le mot civilisation. In: _____. *Le Remède dans le mal. Critique et légitimation de l'artifice à l'âge des Lumières*. Paris: Gallimard, 1989. p. 15.

21. ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: Chicago UP, 1958. p. 31 *et seq*.

22. Cf. AGAMBEN, Giorgio. *Stato di eccezione*. Homo sacer, II, 1. Turim: Bollati Boringhieri, 2003. p. 34-37.

23. COSTA. O Parnaso obsequioso. Drama, p. 318.

24. COSTA. O Parnaso obsequioso. Drama, p. 319.

25. Ver: BONNEFOY, Yves (Org.). *Dictionnaire des mythologies et des religions des sociétés traditionelles et du monde antique*. Paris: Flammarion, 1994. p. 234.

26. COSTA. O Parnaso obsequioso. Drama, p. 319.

27. Ver LOPES, Hélio. Daliso, o pastor triste. In: _____. *Letras de Minas e outros ensaios*, p. 109-115.

28. COSTA. Para terminar a academia. O Parnaso obsequioso e Obras poéticas, p. 341.

29. "Per il gentilissimo, e valorosissimo Sig. Gioachino Ignacio de Seixas Brandaõ". Documento pertencente à coleção particular do Sr. José Mindlin. Ver: ALCIDES, Sérgio. Seixas Brandão e o malogro da Arcádia Ultramarina. *Oficina do Inconfidência. Revista de Trabalho*. Ouro Preto, n. 3, p. 81-103, 2004; CANDIDO, Antonio. Os ultramarinos. In: _____. *Vários escritos*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 215-231; e LAPA, Manuel Rodrigues. O enigma da Arcádia Ultramarina aclarado por uma ode de Seixas Brandão. *Suplemento literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 2, dezembro de 1969.

30. COSTA. Vila Rica, nota 41 (do autor), p. 1.085.

31. LOPES, Hélio. *Introdução ao poema 'Vila Rica'*. Muriaé, ed. do autor, 1985, p. 172-185.

32. COSTA. Vila Rica, p. 400.

33. COSTA. Vila Rica, p. 402. Ver, sobre esta passagem: LAPA, Manuel Rodrigues. Os versos anarquistas do "Vila Rica". *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 2, abril de 1968.

34. COSTA. Vila Rica, p. 402.

35. Sirvo-me aqui da distinção entre "colonizadores", "colonos" e "colonizados" proposta em MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987 (Col. Estudos Históricos), p. 18-32.

36. COSTA. Vila Rica, p. 403.

37. COSTA. Vila Rica, p. 442.

38. COSTA. Vila Rica, p. 443.

39. COSTA. Vila Rica, p. 42 e 44.

40. COSTA. Vila Rica, p. 446.

41. COSTA. Vila Rica, p. 404.

42. COSTA. Vila Rica, p. 404.

43. COSTA. Saudade de Portugal e alegria de Minas. Écloga, p. 331.

44. MATTOS. *O tempo saquarema*, p. 26.

45. MATTOS. *O tempo saquarema*, p. 19.

46. COSTA. Vila Rica, p. 379.

47. COSTA. Vila Rica, p. 380 e 405.

48. COSTA. Vila Rica, p. 405.

49. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 46.

50. Cf. KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos*. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 2004, p. 103.

51. Cf. FUMAROLI, Marc. L'Europe pré-moderne, république des lettres et des arts. Conferência promovida pela Académie des Sciences Morales et Politiques, 28 de junho de 2004. Disponível em: <http://www.canalacademie.com/L-Europe-pre-moderne-republique.html>. Ver também: ALCIDES, Sérgio. *Desavenças*: poder e melancolia na poesia de Sá de Miranda. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007, p. 67-77. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13032008-135134/>.

52. Ver: BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 13-31; e SKINNER, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge UP, 2002, vol. 1, p. 71-84.

53. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Colégio da Artes da Companhia de Jesus, Pascoal da Silva, vol. 7, p. 268.

54. Academia dos Renascidos da Bahia. Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de todos os Santos, Capital de toda a América Portuguesa, da qual há de escrever a história universal, § I, 5. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 45, p. 50, 1882.

55. Academia dos Renascidos da Bahia. Estatutos, § I, 6, p. 51. O termo "pátria" não tem conotação política estrita, no período, nem delimitação territorial fixa, referindo-se em geral ao lugar de nascimento. Neste contexto, trata-se de uma "pátria" vagamente identificada com a América, e de modo nenhum com o Reino de Portugal, nem com seu império.

56. Ver: SILVA DIAS, Maria Odila da. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170; e MAXWELL, Kenneth R. The Generation of the 1790's and the Idea of a Luso-Brazilian Empire. In: ALDEN, Dauril (Org.). *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley. Los Angeles e Londres: University of California Press, 1973. p. 107-146.

57. Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Estatutos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro estabelecida no ano do governo do Ilmo. e Exmo. Sr. Luís de Vasconcelos e Sousa, Vice-rei do Estado. In: CASTELLO, José Aderaldo (Org.). *O movimento academicista no Brasil. 1641—1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978, v. I, tomo 6, p. 240, art. 24º.

58. ATAÍDE, Joaquim José de. Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida a Sociedade Literária do Rio de Janeiro. In: CASTELLO (Org.). *O movimento academicista no Brasil*, p. 244.

59. COSTA. Carta ao Secretário da Academia Brasílica dos Renascidos da Bahia, Antônio Gomes Ferrão, de Vila Rica, 3 de novembro de 1759. In: LAMEGO, Alberto. *Autobiografia e inéditos de Cláudio Manuel da Costa*. Bruxelas: L'Édition d'Art, [s. d.], p. 16.

60 COSTA. Prólogo ao leitor, p. 48. Ver: OVÍDIO. Canto VII, v. 20-21: "Video meliora, proboque / Deteriora sequor". In: _____. *Metamorfosi*, p. 142-143.

61. COSTA. Carta, p. 16.

62. Cf. KANTOR. *Esquecidos e renascidos*, p. 153.

63. Academia dos Renascidos da Bahia. Estatutos, § I, 8, p. 51.

64. Academia dos Renascidos da Bahia. Estatutos, § IX, 43, p. 59.

65. Academia dos Renascidos da Bahia. Estatutos, § IX, 43, p. 59.

66. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Cláudio Manuel da Costa. In: _____. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 241.

Sérgio Alcides é doutor em história social pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em história social da cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Seu livro *Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas* recebeu em 1998 o Prêmio Minas de Cultura (categoria "Ensaio"). É professor convidado do Curso de Especialização em Cultura e Arte Barroca do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (Ifac) da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Valdei Lopes de Araujo

A instrumentalização da linguagem

Mais conspícuo representante do que se poderia chamar “liberalismo republicano mineiro”, Teófilo Benedito Ottoni dá testemunho, em seus escritos, de um discurso que contém elementos reveladores para o estudo da linguagem política liberal no Oitocentos.

O nome de Teófilo Ottoni tornou-se sinônimo de república em Minas Gerais. No entanto, pouco sabemos sobre o real significado da atuação do liberal mineiro na formação, senão de um ideário republicano, ao menos de uma variedade de linguagem política que certamente encontrou nele um dos seus principais articuladores. Um dos objetivos deste texto é dar maior concretude a essa relação, procurando caracterizar melhor a variedade de linguagem política na qual possamos contextualizar de modo mais preciso e seguro o significado do vocabulário republicano para Teófilo Ottoni e seus leitores.

Os pesquisadores do pensamento político da primeira metade do século XIX no Brasil são unânimes em apontar para o ecletismo e flexibilidade das idéias. Uma antiga história intelectual – preocupada em identificar idéias e influências e em enquadrar os autores e movimentos políticos em classificações da história do pensamento – sempre denunciou essa flexibilidade como falta de enraizamento ou superficialidade de entendimento das idéias importadas, quando não de um puro e simples pragmatismo político. Não é o caso de duvidarmos desses juízos, mas talvez possamos colocar aos textos "clássicos" de nossa tradição política novas perguntas. Neste ponto, parece-nos particularmente útil o deslocamento do objeto de estudo das idéias para as linguagens em sua dimensão performativa.[1] O que para a história do pensamento político pode parecer contraditório e incoerente forma, muitas vezes, a parte mais relevante da história dos discursos.

Portanto, gostaríamos de saber o que Ottoni estava fazendo ao publicar seus textos,[2] de que modo eles poderiam ser entendidos por seus contemporâneos naqueles momentos específicos de recepção, que tipo de linguagens políticas foram articuladas e de que modo esses textos contribuíram para a transformação dessas linguagens. Tentaremos demonstrar que a *Circular aos eleitores mineiros*, publicada 1860, e *A estátua eqüestre de D. Pedro I*, de 1862, são eventos privilegiados na formação e reconfiguração de uma variedade da linguagem política liberal, variedade essa particularmente relevante para o entendimento do vocabulário republicano em Minas Gerais e no Brasil.

A centralidade do liberalismo

Devemos levar a sério a afirmação feita por Teófilo Ottoni, nas páginas de abertura da *Circular*, de que as idéias fundamentais para alguém são aquelas fixadas na mais tenra idade. Essa afirmação serve como justificativa para que sua autobiografia política inicie com os anos da Independência, em uma espécie de relato altamente idealizado do ambiente patriótico em sua casa paterna. Nascido sob o clima e a expectativa da liberdade, esse desejo marcaria, segundo ele, toda a sua vida política: "Eu contava apenas com 13 anos de idade quando em 1821 ecoou pelo Brasil o grito da liberdade".[3]

Após esse momento quase mítico, no qual o nascimento pessoal e nacional coincidem, outra conjuntura será evocada pelo próprio Ottoni como fundamental na determinação de seu caráter político: o final dos anos de 1820, a luta contra o despotismo de Pedro I e os anos iniciais do período regencial. Uma análise do vocabulário político empregado por Ottoni ao longo de toda a sua trajetória mostrará que são nesses anos da Regência que seus temas centrais se cristalizam. Nem a Revolução de 1842, nem a experiência como empresário no Vale Mucuri parecem ter acrescentado matizes significativas a esse vocabulário. Em 1860, quando retomar a atividade política de forma mais intensa, será ainda à experiência da luta contra Pedro I em 1831 que Ottoni recorrerá, talvez com a diferença de poder dar a ela a dimensão de uma tradição política coerente. É nesse momento que Ottoni parece assumir o grau mais elevado de

consciência dos valores políticos que ele passava a representar, um herdeiro das lutas de 1831, entusiasta dos avanços obtidos nos primeiros anos do período regencial.

Tanto na *Circular* quanto n'*A estátua* Ottoni não se afastará da identidade produzida em torno da palavra "liberal". A adoção do termo de modo homogêneo não significava o desconhecimento das diferenças entre aqueles que se diziam liberais. Para Ottoni, ser verdadeiramente liberal significava ser herdeiro de um conjunto de valores muito claramente identificáveis na história política brasileira. A esse conjunto de valores, ou temas discursivos, tal como aparece de forma exemplar em Ottoni, propomos chamar *liberalismo republicano mineiro*. Ou seja, acreditamos que Ottoni tinha um grau razoável de consciência de que estava articulando argumentos de uma tradição política que ele sabia distinta de outras existentes e disponíveis no contexto do início da década de 1860.[4] Além disso, acreditamos que em seus textos ele procurou sistematizar essa tradição como projeto e propaganda política.

Por que propomos chamar essa tradição de "liberalismo republicano mineiro"? Acreditamos que essas três palavras descrevem de modo bastante preciso as características centrais da linguagem política articulada por Ottoni. Acreditamos ainda que a expressão faz jus à forma com que ele concebia sua identidade política por volta de 1860. O vocábulo de identificação política mais freqüente em seus textos e pelo qual Ottoni sentia-se confortavelmente representado era "liberal". Não só por seu papel na história da formação do Partido Liberal, mas também pela oposição clara aos valores que identificava como próprios do conservadorismo político, ou seja, o Regresso. Liberal é o termo central para essa tradição de linguagem, expressão que certamente tinha a condição de resumir e integrar as transformações no campo de experiência e no horizonte de expectativa de políticos que, como o próprio Teófilo Ottoni, iniciaram sua vida pública nos conturbados anos do período regencial.

Republicanizar a monarquia

O termo seguinte talvez seja mais controverso. O que significa e qual a centralidade de "republicano'" nessa designação? Aqui precisaremos recorrer a um evento central na genealogia dessa linguagem política, o artigo publicado no *Sentinela do Serro* em 1831 e transcrito por Ottoni na *Circular* de 1860:

> Somos de opinião que se deve lentamente republicanizar a Constituição do Brasil, cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em assembléias provinciais os Conselhos Gerais de Província, abolindo a vitaliciedade do Senado, e isto desde já. Mas se, contra a nossa humilde opinião, a Câmara dos Deputados se conservar estacionária, nem por isso apelaremos para golpes da Nação; mas, pelo contrário, continuaremos a reprovar altamente todos os meios violentos, que podem levar-nos à anarquia e depois ao despotismo militar, que oprime a quase todas as chamadas repúblicas da América ex-espanhola. Ainda assim, pois, recomendaremos obediência aos decretos legais da Assembléia geral; esperaremos pela próxima legislatura, e, fazendo ver aos nossos patrícios a necessidade de atenuar legalmente o demasiado vigor que a Constituição dá ao sempre funesto elemento monárquico, apontaremos pelo nome os deputados amigos das reformas constitucionais, para serem reeleitos, e os deputados estacionários ou retrógrados, não para os insultar, mas para que o povo os exclua da representação nacional.[5]

O vocábulo "republicano" define um projeto político no qual a mudança de regime não aparece como o elemento central ou essencial. Ao usar a forma "republicanizar" – talvez esteja entre os primeiros a fazê-lo –, Ottoni evidenciava que o conceito de república aparecia como horizonte normativo no interior de uma filosofia da história do Brasil que estabilizava a idéia de uma evolução gradual e necessária para melhor, mas que não comportava ou exigia saltos revolucionários, a não ser em situações-limite – para garantir o curso naturalmente progressivo da história. Como conceito de movimento, "república" em Ottoni tinha a dimensão do futuro reforçada, servindo para legitimar a própria ação política partidária.[6]

Essa visão gradualista aparece emoldurada por elementos de uma linguagem política que ainda estava em vários sentidos limitados por valores clássicos. No trecho citado, Ottoni, assim como muitos outros de sua geração, temia ainda um tipo de sucessão aristotélica das formas de governo, o risco de um excesso democrático levar à anarquia e essa, por sua vez, a um novo despotismo.[7] Essa permanência cíclica aliada a uma avaliação negativa do grau de civilidade da sociedade brasileira reforçavam a via gradualista da republicanização que não rompia, no médio prazo, com o horizonte monárquico. A grande ameaça passa então a ser identificada nos retrógrados e estacionários, interessados em se fortalecerem pelo reforço do papel do monarca no sistema político.

No trecho que antecede a passagem citada, Ottoni encaminhava a justificação de sua chamada à conciliação entre os "monarquistas liberais" e os que, como ele, se consideravam "democratas pacíficos":

> Trezentos anos de escravidão não podem bem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade. Um povo educado sob o despotismo, sem idéias algumas sobre a organização do corpo social, de mais imbuído pelos seus tiranos em princípios errôneos, fatores do despotismo, precisa de ótimos guias para senão desvairar e perder nas ignoradas veredas que devem conduzi-lo ao templo da divina liberdade. Maus guias podem levá-lo aos horrores da anarquia, ou entregá-lo de novo às garras do poder absoluto. *Estes os dois medonhos cachopos que ameaçaram a nau do Estado* desde os primeiros ensaios que fizemos para a nossa regeneração política. Ora a anarquia, ora o despotismo parecia tragar-nos, apesar da nobre resistência de alguns espíritos generosos; mas em 1824 definitivamente supôs-se não haver mais antídoto contra o despotismo. Esta terrível suposição e a fadiga produzida por uma luta infrutuosa germinaram a *apática indiferença política*, que como epidemicamente grassou em todo o Brasil nos anos de 1825 e 1826, e mesmo em 1827.[8]

Aqui vemos novamente temas clássicos e modernos convergirem de modo complementar. A boa república, sinônimo de bom governo, é o resultado de uma batalha constante para manter o equilíbrio entre as forças opostas da anarquia e do despotismo. Um excesso de liberdade na hora errada levaria exatamente ao seu contrário, o reforço também excessivo da autoridade. O tema da educação aparece igualmente sob certo hibridismo: embora indique um tipo de formação romântica e amadurecimento histórico, por outro lado está ainda envolto em tons da virtude clássica, o que explicaria a presença constante do tema da "apatia" e do "torpor" como causas da ascensão do despotismo. Assim, em um momento central dessa linguagem podemos identificar um de seus traços mais marcantes: *a presença de uma filosofia da história incapaz de romper de modo sistemático com os temas clássicos*, inclusive suas interpretações cíclicas. Esse componente clássico, que certamente tem inúmeras

Teófilo Benedito Ottoni (Vila do Príncipe, MG, 1807 – Rio de Janeiro, RJ, 1869). In: LIMA, Mário de (Org.). *Collectanea de Auctores Mineiros*: prosadores. Introdução Geral de Rodolpho Jacob. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. v. 1: História e Oratória.

origens e explicações, permeia o tipo de democracia projetada e delimita a imaginação política, dando textura "romana" a vocábulos como "povo", "cidadão", "plebe" e "república". Uma de suas conseqüências mais dramáticas é o fato de que, embora Ottoni fosse claramente contrário à escravidão, não a via como um impedimento fundamental ao avanço civilizacional na fase em que imaginava estar a nação brasileira.

No texto da *Circular* o discurso de 1831 serve como parâmetro a partir do qual Ottoni julga a sua própria trajetória política. O seu republicanismo passa a ser então o zelo pelo funcionamento adequado de uma monarquia parlamentar – por isso o inimigo central do discurso migra para a idéia de um "poder pessoal" usado de maneira ilegítima pelo imperador, bem como da existência de uma "facção áulica". Nos moldes clássicos nos quais ainda tramava os grandes fios de sua retórica política, não era difícil para Ottoni compreender o que estava em jogo, a defesa da república contra os avanços do despotismo imperial, não tanto ou apenas pela vontade do próprio monarca, mas pelas brechas que o sistema monárquico abria para a atuação de áulicos e validos, a versão atualizada do tema da influência dos libertos sob os imperadores romanos. O tema do despotismo, com o qual Pedro I foi constantemente combatido, evoluía ao longo da Regência e no Segundo Reinado para o argumento de um ilegítimo "poder pessoal" do imperador que comprometia o funcionamento regular do sistema constitucional.

Em 1860 Ottoni ainda conseguiria atualizar o tema da luta contra o despotismo, que no processo de Independência surgia como conseqüência lógica da reavaliação da presença portuguesa no Brasil como "trezentos anos de escravidão". A conseqüência era clara, a Independência ainda estava por ser feita, não era o processo encerrado que os conservadores procuravam descrever com o gesto generoso de João VI e o heroísmo de Pedro I. Republicanizar a monarquia significava completar o processo de Independência, recolocá-lo em sua verdadeira genealogia – esse era o programa do verdadeiro liberalismo para Ottoni. Por isso não era possível abdicar do tema da luta contra o despotismo, metamorfoseado agora em "poder pessoal". Por isso também a importância da luta para extirpar as permanências do passado: a irresponsabilidade dos ministros, as práticas orientalizantes da Corte como o beija-mão e a vitaliciedade do Senado.

Minas e a estátua de Pedro I

O terceiro elemento dessa tentativa de descrição da variedade de linguagem política articulada por Teófilo Ottoni é talvez o mais difícil e, ao mesmo tempo, o mais historicamente rico em conseqüências. O liberalismo republicano de Teófilo Ottoni é definido como "mineiro" não apenas pelo dado óbvio de nele convergir um conjunto bastante variado de elementos da experiência política produzida em Minas Gerais desde o século XVIII, ou, mais óbvio ainda, pelas origens e raízes mineiras do nosso protagonista. Essa variedade de linguagem pode ser definida como "mineira" pelo modo sistemático pelo qual ela instrumentalizou um suposto legado político mineiro.

Em nenhum outro texto essa ligação fica tão clara quanto no artigo/manifesto de 1862 intitulado *A estátua eqüestre de Pedro I*. Embora a idéia de um monumento à civilização que devesse ocupar o lugar de um dos antigos pelourinhos do Rio de Janeiro fosse bem antiga, foi só em 1862 que se conseguiu reunir as condições políticas e os recursos para a materialização desse monumento em uma obra comemorativa da Independência. Das várias idéias que circularam, a vencedora propunha uma reabilitação definitiva de Pedro I como o grande

Estátua eqüestre de D. Pedro I no Rio de Janeiro. Gravura (desenho) de Carvalho, impressão litográfica de Castro Silva, Rua do Parto, nº 99. 30 x 22,5 cm. Rio de Janeiro, s/ data. Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Lith. de Castro Silva Rua do Parto Nº 99

ESTATUA EQUESTRE DE D. PEDRO Iº

NO

RIO DE JANEIRO.

nome da Independência. A figura do monarca bélico e despótico que a geração de 1831 havia produzido seria substituída pela do herói romântico – aquele capaz de realizar os desígnios da história, mesmo que tenha de ser devorado por ela.[9]

Como um dos entusiastas de 1831, Ottoni não assistiria calado a essa tentativa de reabilitação. Na estátua que seria erguida, Pedro I aparece montado a cavalo, erguendo com uma das mãos a Constituição de 1824. Abaixo do Imperador, servindo como pedestal, elementos da natureza como os rios, a fauna e a flora, os povos indígenas e as províncias do Império formam uma espécie de síntese orgânica do Brasil.

Publicado na véspera da inauguração da estátua em 25 de março de 1862, o panfleto vinha sob o pretexto de justificativa perante as diversas câmaras municipais e assembléias provinciais que o haviam nomeado para representá-las na cerimônia de inauguração.[10] Recusando-se a participar do evento, Ottoni dizia-se no dever de declinar os motivos, pois, segundo ele, a estátua não era uma simples homenagem, mas a resposta conservadora a um conjunto de questões: a quem deve o Brasil a Independência e a Constituição? O que foi o 7 de abril de 1831? As respostas sugeridas pela estátua eram da seguinte forma resumidas por Ottoni:

> 1º. Que a independência de 1822 foi uma doação do monarca, cujos augustos descendentes imperam sobre os dois reinos em que se dividiu a família portuguesa.
>
> 2º. Que a Constituição foi, senão uma outorga do direito divino, ao menos espontânea concessão da filosofia do príncipe, e documento de sua adesão às idéias liberais.
>
> 3º. Que o Sete de Abril de 1831 foi um crime de rebelião, de que o Brasil contrito deve pedir anistia anulando, por injusta, a sentença que lavrou aquele dia contra o primeiro reinado.[11]

Em um contexto de confronto político, liberais e conservadores debateram exaustivamente pela impressa o papel de Pedro I na história do Brasil, sempre tendo como ponto central a celebração ou condenação do golpe que em 1831 levou à Abdicação e à Regência. Um dos pontos que singularizaram a posição de Ottoni frente aos demais liberais foi a *recuperação da figura de Tiradentes e dos inconfidentes*. O argumento central dos articulistas liberais tendia a valorizar a figura de José Bonifácio em detrimento de Pedro I e em resgatar a importância do 7 de abril como uma vitória dos cidadãos contra o despotismo. Assim como já explorado pelo Cônego Marinho em seu livro sobre a Revolução de 1842, também para Ottoni o processo de Independência havia iniciado na Inconfidência Mineira. A própria imprensa conservadora reconhecia a "originalidade" de Ottoni ao recuperar o "infeliz Tirandentes",[12] uma figura que a historiografia, ao menos desde Southey, tendia a menosprezar.

O debate em torno da estátua parecia reanimar e reavivar certas diferenças básicas entre os grupos políticos. Em outro artigo, este do dia 30 de março, o autor afirmava que em 1831 os republicanos aproveitaram-se do sentimento antilusitano para minar a popularidade de Pedro I e que a Abdicação foi um gesto generoso do monarca, que queria evitar a guerra civil. Como afirmava esse articulista:

> No dia sete de abril não houve revolução propriamente tal. Não a houve na ordem material; não a houve na ordem moral. Não houve luta, os partidos não vieram às mãos; não houve vencidos nem vencedores no campo de batalha. Princípio nenhum de novo conquistou ou perdeu o poder e a liberdade; as instituições de véspera permaneceram as mesmas; no dia

> seguinte a abdicação estava nos limites das faculdades do poder real; a coroa foi devolvida na ordem de sucessão conforme o direito constitucional do país; que não sofreu a menor alteração.[13]

Quanto à figura de Tiradentes, o articulista conservador repetia a avaliação de uma historiografia comprometida com a preservação da memória da dinastia bragantina:

> O fato de morrer um homem dando o grito de liberdade não o constitui um herói, porque a liberdade quando é estabelecida sem as condições materiais e intelectuais do país, é um mal, e aquele que se serve dela para revolver o país, ou é um louco, ou um ambicioso, que procura queimar o seu berço natal para assar o ovo de sua ambição.[14]

Já na visão de Ottoni, o Brasil teria sido a primeira colônia onde repercutiu a independência dos Estados Unidos, cabendo a Minas Gerais a vanguarda da luta pela liberdade e independência. Analisando os *Autos da devassa*, Ottoni conclui que o tribunal de exceção montado para punir os rebelados determinou a quem deveria caber o papel de herói de nossa Independência, pois destinava:

> [...] na lista dos proscritos, uma punição mais rigorosa, [ao] cabeça do crime de independência, que inconfidência se chamava.
>
> Esse chefe procurado com tamanho empenho, decidiu a alçada que era: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.
>
> Eis as palavras que fechavam a sentença de Tiradentes. Era condenado como: 'Sendo por esta descomedida ousadia reputado por um herói entre os conjurados [...].
>
> Foi assim que ficou juridicamente averiguado pelos magistrados portugueses quem era o patriarca da independência do Brasil. Em seguida foi a idéia generosa santificada pelo sacrifício do mártir.[15]

Para a historiografia monárquica,[16] a Independência era fruto de uma evolução quase natural nas relações entre metrópole e colônia, cujo marco fundador era o ano de 1808, encerrando-se em 1822 ou em 1825 com o reconhecimento da Independência brasileira por parte de Portugal. Para Ottoni, a Independência era o resultado da luta eterna entre despotismo e liberdade, luta que no Brasil começou em 1789, mas que continuou a ser travada em 1817 em Pernambuco, em 1822, sob a liderança de homens como Ledo e Bonifácio, em 1831, com a Abdicação, e em 1842 na revolução de Minas e São Paulo. Em 1862, quando escrevia seu panfleto e se denunciava na imprensa liberal uma tentativa de golpe conservador para cercear a liberdade de imprensa, Ottoni via mais um capítulo dessa luta constante: "[...] o martírio de Tiradentes não tinha sido inútil à causa porque ele havia se sacrificado. A árvore da liberdade regada com o sangue precioso do mártir frutificou".[17]

Sutilezas da escrita histórica

A fundação da Independência no episódio da Inconfidência será cuidadosamente cultivada no interior dessa linguagem política, e naturalmente combatida pela historiografia monarquista, em grande medida encastelada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Cristiano Ottoni, irmão de Teófilo, deixaria registrado em nota mais um documento dessa luta. Ao comentar a leitura do corpo de delito da morte de Cláudio Manuel da Costa, feita por Joaquim Norberto no IHGB em 1889, e que sugeria que o poeta teria realmente cometido suicídio, Cristiano

Ottoni denunciava que, sendo o imperador fundador e presidente honorário do IHGB, assistindo regularmente às sessões, "[...] perante S. M. I. os historiadores cortesãos não podiam reconhecer que, sob os auspícios da Augusta Bisavó, foi o ilustre inconfidente assassinado na prisão. *Assim se escreve a história"*[18]*,* concluía laconicamente o velho engenheiro.

A sensação de que o presente, limitado por uma conjuntura política que só o futuro poderia reverter positivamente, conferia uma centralidade à escrita da história contemporânea, a mesma centralidade que a historiografia do IHGB queria negar em nome da imparcialidade e do decoro com as coisas públicas. Ottoni foi o representante da geração de 1831 mais comprometido com a escrita da história contemporânea como gesto político: "[...] perante a história ninguém é irresponsável, inviolável e sagrado".[19]

Pelos jornais os conservadores já combatiam as posições de Ottoni desde a publicação de uma circular em que o político mineiro pedia assinaturas para o jornal *O Diário do Rio de Janeiro*. A vitória liberal de 1861, liderada por Ottoni e seu discurso de recuperação dos ideais do partido, fazia reviver os velhos temas e argumentos também das linguagens conservadoras, sempre tendo 1831 e a experiência regencial como um dos pontos centrais da disputa. O republicanismo democrático de Ottoni era um dos alvos prediletos desses articulistas:

> O Sr. Ottoni já naufragou duas vezes à frente de duas grandes especulações, em 1842 e em 1861; em Santa Luzia e no Mucuri. É caipora, todos o reconhecem como tal. O Sr. Ottoni quer ser liberal, e não é senão um demagogo.[20]

Outro articulista foi ainda mais incisivo na crítica ao denunciar os "aristocratas de uma presumida popularidade", os "fidalgos de brasões republicanos", que imaginam "ao mais leve aceno, ao simples carregar do sombrolho, fazer tremer pela base o edifício social [...]".[21]

Era esse suposto alargamento da popularidade, a presunção de Ottoni em acordar a nação da apatia cívica, que identificava essa linguagem política. Mesmo fiel à conciliação proposta em 1831, quando diagnosticava a imaturidade dos brasileiros, Ottoni nunca abdicou na teoria ou na prática do recurso à vontade da nação, à mobilização dos melhores instintos do povo. Claro, do povo bem entendido, da cidadania ainda em sentido clássico.

Esse empenho pelo entusiasmo político, pela participação mais direta do cidadão, da luta contra as razões de Estado e pelo alargamento da esfera pública, Ottoni sempre identificou como um aprendizado das Minas, ainda do tempo em que os vereadores das câmaras coloniais exibiam orgulhosos suas prerrogativas e liberdades. Talvez aqui esteja também um dos limites mais evidentes desse liberalismo republicano mineiro, a tolerância pragmática com a escravidão, o temor da plebe e da violência sem rumo que ela sugeria, a dificuldade em tornar projeto político uma concepção moderna de liberdade que se afastasse da herança, colonial e antiga, da liberdade como um privilégio.[22]

Mesmo em seus momentos de maior radicalidade, Teófilo Ottoni não esteve disposto a romper com o pacto de 1831, com a idéia de uma lenta republicanização da monarquia. Essa persistência talvez justifique a contextualização mais ampla dessa linguagem política nos quadros do liberalismo, e, ao mesmo tempo, a diferencie da linguagem republicana que emergirá com a fundação do novo partido. Assim como seu irmão Cristiano, Teófilo parece nunca ter perdido a crença de que o povo no Brasil ainda não estava preparado para um regime republicano.

Notas |

1. Sobre alguns aspectos teóricos e metodológicos desse deslocamento, ver ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica. *Almanack Braziliense*, n. 7, maio 2008.

2. A formulação desse tipo de questão como agenda de investigação historiográfica devemos a SKINNER, Quentin. *Visions of politics*: regarding method. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, *passim*; e POCOCK, John G. A. O estado da arte. In: _____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 23-62.

3. OTTONI, Teófilo Benedito. *Circular dedicada aos Srs. eleitores mineiros de senadores pela Província de Minas Gerais no quatriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º. Distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado...* 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil de M. Barreto Filho e Otaviano, 1860. p. 20.

4. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Brasília: Editora da UnB, 1981. p. 172; e FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994. p. 72-74. Ambos os autores, a partir de preocupações distintas das deste artigo, parecem apontar para o mesmo fenômeno de uma tradição política liberal especificamente mineira cujo nome central seria Teófilo Ottoni.

5. Teófilo Benedito Ottoni. *Circular dedicada aos Srs. eleitores mineiros*..., p. 20. Grifo nosso.

6. Sobre os conceitos histórico-sociais de movimento, ver KOSELLECK, Reinhart. Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: _____. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2006. p. 267-303.

7. Cf. KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: _____. *Futuro passado*, p. 63. Ver também o artigo de FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. O conceito de república nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das idéias políticas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 323-350, jan./dez. 2006.

8. Teófilo Benedito Ottoni. *Circular dedicada aos Srs. eleitores mineiros*..., p. 18. Grifos nossos.

9. Para uma análise mais detida desse episódio, ver ARAUJO, Valdei Lopes de. O tribuno do povo e a estátua do herói. *Revista Dia-logos*, ano 2, n. 2, p. 133-157, 1998.

10. Veiculado primeiramente como panfleto na Corte, o artigo foi rapidamente transcrito pelos jornais liberais *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Atualidade*, ligados, respectivamente, aos nomes de Francisco Otaviano, Saldanha Marinho, Lafaiete Rodrigues, Pedro Luís e Flávio Farnese. Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni*: ministro do povo. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978. p. 287.

11. OTTONI, Teófilo Benedito. *A estátua eqüestre.* Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862. p. 2.

12. *Jornal do Comércio*, 28 de março de 1862, p. 1. Comunicado, A estátua eqüestre I.

13. *Jornal do Comércio*, 30 de março de 1862, p. 1. Comunicado, A estátua eqüestre III.

14. *Jornal do Comércio*, 30 de março de 1862, p. 2. O protesto Ottoni.

15. OTTONI. *A estátua eqüestre*, p. 3.

16. Entendo aqui por "historiografia monárquica" aquela produzida em torno da idéia da centralidade da dinastia bragantina em nosso processo de emancipação, entre os seus principais nomes podemos citar Luís Gonçalves dos Santos, José da Silva Lisboa, estrangeiros como Alphonse de Beauchamps e Angliviel La Beaumelle, e, na conjuntura tratada, o mais influente, Francisco Adolfo de Varnhagen.

17. OTTONI. *A estátua eqüestre*, p. 3.

18. Cf. OTTONI, Cristiano Benedito. A*utobiografia*. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 255.

19. Teófilo Benedito Ottoni. *A estátua eqüestre*, p. 8. Na citada autobiografia, Cristiano Ottoni deixa registrado que "Teófilo Ottoni pai coligiu e comentou nos últimos 8 ou 9 anos de sua vida larga cópia de documentos e notas relativas ao segundo reinado; trabalho que continuou enquanto lhe permitiu o estado de sua saúde, e devia (era sua intenção) ser publicado postumamente por seu filho, que não sei se o fará". Em nota, o próprio Cristiano informa que o material nunca chegou a ser publicado. O episódio, no entanto, bem como a própria autobiografia escrita ao calor dos acontecimentos, documenta essa necessidade de registrar a história como uma espécie de legado e juízo do tempo presente. Cf. OTTONI. A*utobiografia*, p. 121.

20. Cf. *Jornal do Comércio*, 04 de fevereiro de 1862, p. 1. Publicações a pedido, Carta: MG – Mar de Hespanha 26/01/62.

21. Cf. *Jornal do Comércio*, 7 de fevereiro de 1862, p. 1. Publicações a pedido, Vanglórias tribunícias.

22. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*: a formação do estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 142.

Valdei Lopes de Araujo é professor de teoria da história na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Organizou, com Andréa Lisly Gonçalves, o livro *Estado, região e sociedade: contribuições sobre história social e política*. Além de vários artigos sobre a trajetória política de Teófilo Ottoni, recentemente editou uma coletânea de documentos intitulada *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucury: a modernidade possível*. Este artigo é fruto de sua participação no projeto *Dimensões da Cidadania*, financiado pelo Pronex/Faperj, sob a coordenação do professor José Murilo de Carvalho.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Carlos Antônio
Leite Brandão

Vestígios de uma utopia urbana

A construção de Belo Horizonte inspirou-se na idéia de ruptura com o passado e instauração da modernidade, princípio que se projetou no ordenamento urbanístico e arquitetônico da cidade e que ainda subsiste como promessa de uma *res publica* a ser conquistada.

E foi assim que, nos últimos anos da monarquia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito, trocado o antigo nome de Curral d'El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou ao rei se referisse.[1]

> Vestígios, e não ruínas, designam as marcas depositadas por um projeto de *res publica* que nunca conseguiu realizar-se plenamente em nosso país. Tais marcas confundem-se com as de uma modernidade nacional que encontrou no projeto da Cidade de Minas, futura Belo Horizonte, em fins do século XIX, condições favoráveis para se apresentar e, dentre outras coisas, pavimentar o caminho para o advento da Pampulha, de Brasília, e o de artistas e intelectuais modernistas capazes de dar relevância ao contexto local e nacional e conectá-lo com o resto do mundo. De modo tão orgânico, isso talvez só tenha ocorrido quando do movimento dos inconfidentes, na obra de Aleijadinho e em algumas iniciativas isoladas, como a de Teófilo Ottoni (1808-1869) no Vale do Mucuri.

O espaço da nova capital do Estado veio oferecer as condições para que as utopias vingassem. Ele é tanto o produto quanto o instrumento de invenção do modernismo em nosso país, de seu posterior desenvolvimento e reprodução. É Belo Horizonte que fará, por exemplo, o prefeito e o governador Juscelino Kubitschek, e não o contrário. Antes de JK construir a cidade, a cidade o forma.
A modernidade e a vanguarda do espaço físico e mental belo-horizontino geram Juscelino, antes que a ousadia de seu pensamento acrescentasse novos aspectos e perspectivas e reavivasse os valores embutidos na fundação de BH.

Os vestígios procurados nesta investigação são aqueles inscritos no plano material, construtivo e visível da cidade, pois uma das marcas da modernidade belo-horizontina é a imposição desse plano sobre o verbal e sobre a oralidade.[2] São vestígios de uma imaginação "utópica", ou seja, situada no prolongamento do real rumo ao que ainda não existe, mas que já imprime seu desenho sobre a matéria e introduz uma fissura na realidade e na tradição existentes. A utopia da república, como toda utopia, exige uma referência física e um sistema de coordenadas espaço-temporais para ser descrita e desenhada. Fruto dessa exigência, Belo Horizonte serviu para que esse imaginário republicano saísse de uma latência indefinida para adentrar-se na história, operasse o espaço físico e mental e ajustasse amplamente a *polis* à *res publica* pretendida. Ela tensionou todo o país, e não apenas Minas Gerais, para o futuro e erigiu-se como símbolo de uma idéia tanto de república quanto de modernidade:

> Mal raiou nos indecisos horizontes do Brasil o majestoso dilúculo de 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República, e a grande idéia de Minas seguiu-lhe as cintilações luminosas, [...] todos sabiam que havia soado a hora da nossa partida em ascensão para novos e mais belos destinos.[3]

Advertidos do vício de as elites mineiras só reconhecerem as utopias conservadoras do passado, agarrando-se a projetos de 100 ou 200 anos atrás, cumpre-nos identificar os vestígios ainda presentes dessa idéia para verificar em que medida eles nos servem para pautar a difícil construção, ainda em curso, de uma verdadeira república em nosso país[4] – mesmo que tenha passado o tempo das grandes sínteses, dos grandes planos e das utopias "fortes", como o do início de Belo Horizonte, e que costumam, hoje, deslizar para a incompreensão do Outro e para o totalitarismo.

Assim como Brasília, a escolha da localização da nova capital justifica-se pela necessidade de "tomar posse"

de um território e estruturar em torno de um centro as diversas regiões do país e do Estado, os vilarejos, os engenhos e as fazendas dispersas e isoladas na vasta província.[5] "Ao poder dispersivo da existência rural com sua falta absoluta de densidade demográfica, a nossa capital opõe a sua grande força de expansão urbana", já verificava Martins de Almeida quando de seus primórdios.[6] São muitas as razões pelas quais a nova capital veio a situar-se no lugar do antigo arraial do Curral d'El Rei. Uma delas é a de que seria impossível ela vingar neste sítio e que seu projeto se demonstrasse irrealizável – tal como o da Nova Filadélfia, de Teófilo Ottoni – mantendo-se o centro de poder nos lugares em que permaneciam referenciadas as elites familiares que vinham ditando os rumos da província:

> Segundo era voz corrente naqueles dias e ainda o é hoje, fora mesmo essa expectativa dos contrários à mudança que dera ganho de causa a Belo Horizonte, pois todos acreditavam que em um arraial tão pobre, sem estrada de ferro, desprovido de tudo, seria materialmente impossível realizar-se o gigantesco empreendimento dentro do angusto prazo estabelecido, o que não aconteceria se se houvesse escolhido Várzea do Marçal. E pensavam eles que, nessa emergência, esgotados os quatro anos sem que a capital estivesse construída, o governo teria que se render à evidência material dos fatos e os ouro-pretanos estariam vencedores [...] Afirma-se mesmo que fora essa a razão pela qual os congressistas partidários de Ouro Preto votaram por Belo Horizonte.[7]

Confirma-nos Salomão de Vasconcellos em suas lembranças de Belo Horizonte entre 1898 e 1901, que ela era "cidade indecisa, marasmática, sem vida própria, que ninguém acreditava fosse adiante".[8] Bastaria isso para já selar na fundação de Belo Horizonte o registro épico da utopia, da vanguarda, da promessa emancipatória, da vitória sobre o impossível, da transformação do real e da ficção, sobretudo a ficção de se alcançar uma sociedade mais avançada que a do tempo e do espaço do restante do país e condizente com as esperanças depositadas na república. Belo Horizonte é, menos que produto, o artifício da invenção de uma república brasileira.

Polis fragmentada

Hoje, é impossível um texto unificado sobre as metrópoles, pois nelas esgarçou-se a *polis* que conferia unidade à cidade e atava o destino dela ao de seus cidadãos. A metrópole fragmentou-se em vários subsistemas e centralidades móveis e dispersas que não admitem mais um texto e uma síntese: frente a esse sistema policêntrico, as letras experimentam sua precariedade para nomear um todo homogêneo e atingir sua totalidade. Assim como são várias as modernidades que constituem Belo Horizonte – a de Niemeyer na Pampulha (1942), a do ecletismo dos prédios da Praça da Liberdade, a do *art déco* futurista do Cine Brasil (1932), a da assimetria da sua prefeitura (1935) e a do agrupamento dos edifícios que circunscrevem a Praça Sete de Setembro, no coração da cidade, ou margeiam a avenida Afonso Pena[9] –, também são vários os níveis de utopia com a qual a república foi pensada entre nós: eles cortejam desde a república positivista e secular do projeto de Aarão Reis para a Cidade de Minas até a "república da amizade" configurada nos livros de Eduardo Frieiro, Cyro dos Anjos, Fernando Sabino e na música do Clube da Esquina. Há até a república de fantasmas que vieram a freqüentar seus espaços públicos – a exemplo dos bairros da Serra e da Lagoinha – como se fossem credores de cidades abandonadas, em troca do progresso e da importação de valores, pessoas e materiais: "Onde houver claridade, converta-se em

fraca luz de crepúsculo, para que as coisas se tornem indefinidas e possamos gerar nossos fantasmas. Seria uma fórmula para nos conciliarmos com o mundo", escreve Cyro dos Anjos.[10]

Além disso, se a república, a modernidade e o progresso compuseram a "voz do ferro", como José Murilo de Carvalho qualifica o século XX mineiro e, portanto, a utopia que conduziu o projeto da nova capital e sua ardorosa defesa pelo Clube Republicano belo-horizontino, essa voz teve a quebrantá-la as neblinas de um passado mítico e da nostalgia de cidades, terras e tempos deixados para trás. A positividade da república e do modernismo e a negatividade das lembranças e do devaneio compuseram a hóstia da qual ainda se alimenta a vida e a produção artística e cultural de Belo Horizonte, seu permanente caráter excêntrico e oblíquo – "A cidade oblíqua / Depois de dançar os trabalhos do dia / Faz muito que dormiu"[11] –, como se estivéssemos sempre a habitar um lugar provisório e entrincheirado entre o espanto e o tédio, entre a metrópole e o arraial, entre a modernidade do automóvel e a lírica do desejo e da saudade, sempre excessivos. Por isso, Belo Horizonte foi tanto a primeira cidade da república quanto também "a única e talvez derradeira poesia da República, cidade do azul, terra do firmamento, miradouro dos céus, abre-sol védico dos desejos espirituais [...]".[12] Entre nós, a aposta no modernismo sempre foi acompanhada da desconfiança, da consciência crítica quanto a ele e da sua transfiguração pelas recordações e fantasias. Aqui, portanto, o moderno e o pós-moderno, entendido este como a consciência crítica daquele, são inseparáveis.

A *polis* reconstituiu-se no século XII como promessa de emancipação e lugar da liberdade e do diálogo, opondo-se ao fechamento do feudo medieval. De modo análogo, também esta foi a promessa visada no sítio ao pé da Serra do Curral. Os vestígios que procuramos são os que podem nos servir para a constituição de uma república aberta e em que os valores da solidariedade, do respeito ao diferente e do bem comum se sobrepõem aos emanados da esfera privada. Não nos interessam os emblemas da república figurados em ornamentos, esculturas e estátuas, como os que vemos, ainda hoje, aplicados nas fachadas dos edifícios ao longo da rua dos Caetés, da rua Oiapoque, no Palácio do Governo na Praça da Liberdade, no prédio da Imprensa Oficial, nos grupos escolares e em monumentos que, hoje, passam despercebidos entre os arranha-céus e as formas reluzentes de aço, concreto e vidro.

Tais emblemas remontam a uma república entendida como regime de governo em substituição à monarquia, mas são por demais axiomáticos e oficiais para dar a ver uma *res publica* cívica, dotada de valores capazes de promover a vida pública, a liberdade, o convívio e as leis com que imantar uma comunidade; tampouco promover o encontro entre os diferentes e o compartilhamento de uma origem e de um destino comuns por meio dos quais uma sociedade distingue-se da massa e dá-se um projeto autônomo, refletido e assumido como algo a ser construído por ela e para ela. Esses emblemas conformam um cenário urbano atravessado por referências à república recém-implantada no país e servem para divulgá-la, o que é importante. Mas nosso estudo se volta para uma retórica antes profunda que superficial: reconhecer as formas dessa república nos modos de pensar, de construir e de usar a cidade e seus edifícios, e não nos pretextos decorativos e de propaganda por ela oferecidos.

O simples fato de ser desenhada, projetada e planejada faz de Belo Horizonte uma cidade lançada como ideal civilizatório e ordenador para a república e para a modernidade brasileiras. Projetar é o instrumento pelo qual desenhamos o nosso futuro e o colocamos em nossas próprias mãos, precavendo-nos contra as insídias do acaso, da falta de coesão e do

particularismo que dissolvem uma comunidade. No Rio de Janeiro, como se lê em Machado de Assis, a república era vista em continuidade com o espaço físico e social do período monárquico passado. Em Brasília, como emblematizado no plano de Lúcio Costa, a modernidade virá do futuro, com as imagens de um avião que pousa no Planalto Central para assinalar, como uma cruz, a posse desse novo território no coração do Brasil. Belo Horizonte estabelece uma terceira forma de fundar a república em nosso país: como negação do passado colonial representado pela antiga capital, Ouro Preto; como alternativa ao Brasil agrário e rural do século XIX e como contraposição ao contexto preexistente. Ouro Preto, diz Rui Barbosa,

> [...] representa o coração da terra, as entranhas do trabalho, da vida e do sofrimento. Belo Horizonte, os céus, a vitória, a conquista, a coroa da jornada humana, a alegria de viver na contemplação inenarrável do universo, o êxtase da admiração ante as maravilhas da obra divina, colhidas no relance de um olhar que se mergulha pela extensão sem plagas do azul.[13]

A metafísica que conduz o imaginário da Cidade de Minas e sua república é a do não, a do inconformismo, a do céu, a do horizonte e a da utopia crítica que tanto assombrou Olavo Bilac, João do Rio e Mário de Andrade. Eles sentiram o absurdo contraste surrealista estabelecido pelas largas avenidas por onde trafegavam os carros velozes e pelo andar lento de habitantes e carroças que salpicavam a paisagem composta entre as nuvens de pó das ruas e construções e o mar azul do céu: "Poeirópolis, Belo-Horizontem", termos de Salomão de Vasconcellos e de Rubem Braga para a nova cidade, na qual sensações desencontradas são capturadas na rede de uma sensibilidade primitiva, quase mítica. Em Belo Horizonte vai-se mancando: "[...] uma perna bate com dureza no piso presente; a outra procura um apoio nas pedras antigas".[14]

Dizer não ao passado colonial implicava recusar uma evolução natural e espontânea com a qual era pensado o progresso da urbe e da sociedade; significava desenhar a história, dar um salto frente ao passado e fazer do presente e do futuro algo que não poderia ser deduzido das condições preexistentes ou dos homens tais como eles eram. Delineado pela república, o projeto de Belo Horizonte nasce para lançar as novas condições dos cidadãos e do país, tais como eles deveriam ser, dentro de um ideal de nova civilidade, urbanidade, cosmopolitismo e ordem. Esse ideal de ordem e cosmopolitismo é o princípio da vanguarda local, tanto artística quanto política. Por isso, há extrema simpatia entre o positivismo de Aarão Reis e a revolução arquitetônica, cultural e econômica promovida depois por JK, por Niemeyer e pela intelectualidade da nova capital.

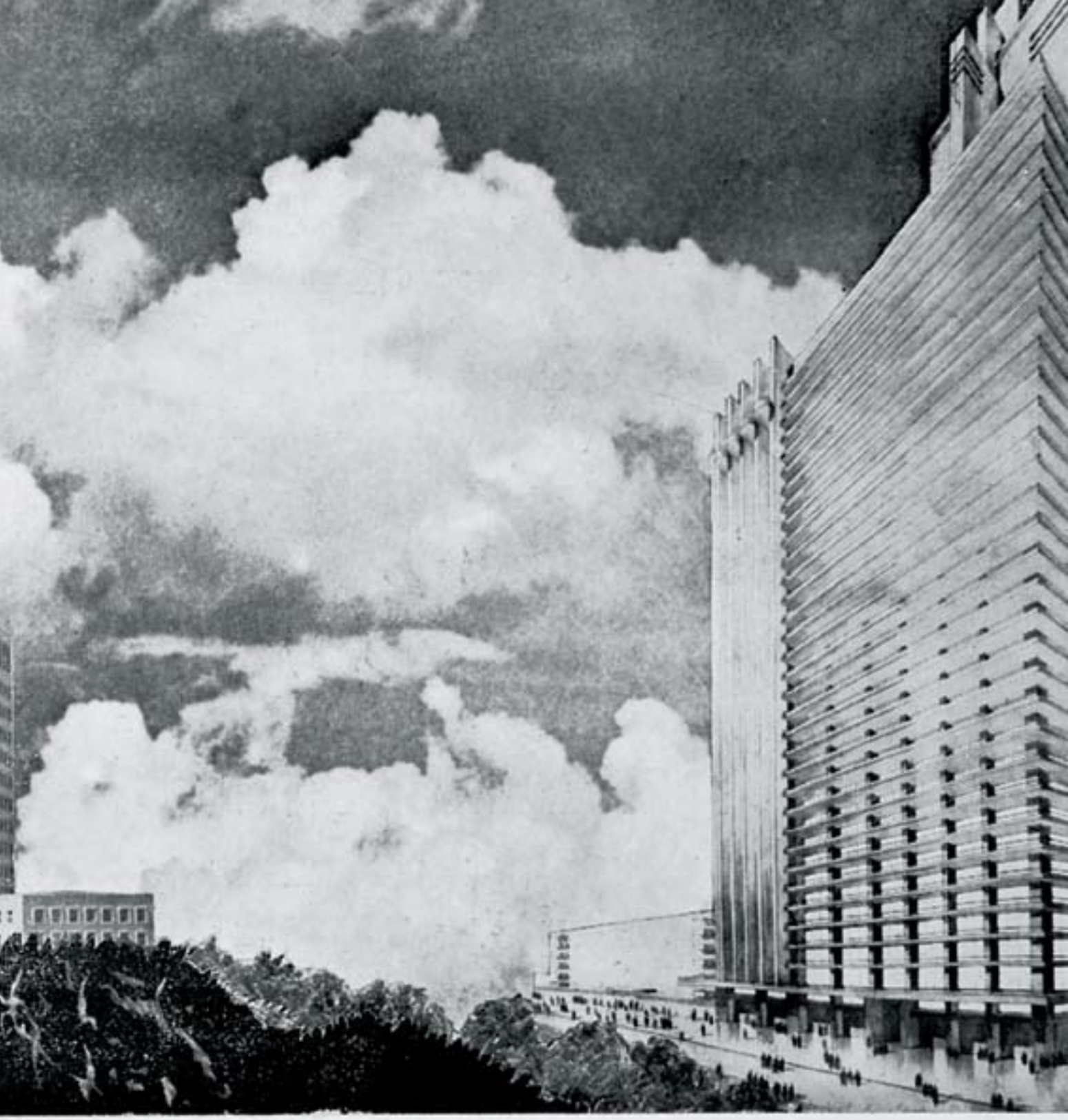
O público e o privado

Nuançar as condições topográficas para impor a ordem da razão e da geometria no traçado em xadrez projetado por Aarão Reis integra a retórica que alimenta aquele ideal. Se em Ouro Preto as igrejas e seus adros compassam a morfologia da cidade e imantam os centros simbólicos do poder, em Belo Horizonte essa proeminência é dada às ruas, aos edifícios públicos e às praças e parques cívicos, como a Praça Sete de Setembro, a Praça Raul Soares e o Parque Municipal. Não são os edifícios em si mesmos, mas o espaço entre eles, o que configurou o caráter da nova capital. A gênese de sua forma não se deixou resultar de forças aparentemente impessoais, casuísticas e privadas, contudo documenta como o poder coletivo e público serviu para gerar projetos e construir em função do todo e da permanência, ao contrário do que se verifica atualmente.

A república de Belo Horizonte se queria secular e laica, concebeu a natureza como objeto cultural e fez

BELO HORIZONTE
CRESCE PARA O ALTO

Nesta foto-m
Avenida Af
em construção
quasi já con



-montagem de Francisco Fernandes vemos um aspecto do que deverá ser em breve a
Afonso Pena, no coração de Belo Horizonte. A esquerda, vemos o edificio Acaiaca,
ão, projeto do arquiteto Luiz Pinto Coelho; ao centro, o edificio Sulacap-Sul America,
ncluido; e a direita o ante-projeto do arquiteto O. Roscoe para o edificio Portugal.

do porvir um projeto da razão e da vontade humanas, da utopia de se ordenar e projetar a sociedade, a cidade e o futuro – com régua e compasso. Como nas vanguardas da arte do início do século XX – Ozenfant, Le Corbusier e Mondrian, dentre outros –, Belo Horizonte se fez como artifício, produto do espírito – "erechteion da espiritualidade", dizia João do Rio – e da razão, e não da natureza e da emulação dos sentidos.[15]

O espírito ordena a natureza, o desenho substitui o destino, o planejamento enfrenta o acaso e a contingência, as forças da *virtú* e do engenho, ainda que brutas, se impõem frente às contingências da *fortuna*, o todo planejado no interior da avenida do Contorno disciplina as manifestações do privado e da oligarquia das famílias tradicionais, dentro do possível. O conjunto da nova capital, e não os casarões e palacetes, tem primazia, ao contrário do que preponderou no século XIX mineiro, onde as casas privadas acabavam determinando a disposição da malha urbana. Entre o público e o particular, busca-se estabelecer uma demarcação e uma medida justa, de forma a não inverter a hierarquia simbólica que tem na celebração do mundo público e do Estado, por meio dos seus edifícios e espaços, o vértice e o foco que polarizam visualmente a cidade, como o Palácio da Liberdade e a Praça da Estação Ferroviária (1922). Apresentando-se como convém a essa hierarquia republicana, as edificações carregam em si o decoro e a medida compatíveis com sua significação social. Daí emerge a dignidade "moderada das pompas republicanas",[16] da urbe pensada, medida e meditada, sua economia e concisão, a prescindir do excesso de ornamentos, tal como na escrita dos romances de Cyro dos Anjos, dos poemas de Drummond ou dos contos de Murilo Rubião:

> Podia-se notar ainda as tentativas de um estilo nítido – seria propriamente estilo ou a abolição consciente e útil dessa coisa? – linhas cruas e secas, [...] tudo geometricamente simples. Brotava uma nova literatura arquitetônica. Os revolucionários como Le Corbusier, da casa-máquina de morar, desprezavam a fachada pela fachada, tal a usada história da arte pela arte.[17]

A posição e a extensão do Parque Municipal, hoje reduzido a um quarto de seu tamanho original, também comprovam essa proeminência do público dentro do sistema geral regulador. A ordem do desenho traçado no projeto inaugural é metáfora de uma república onde a lei e o bem comum determinam o devir da cidade e dessa república pensadas para o país. O mesmo princípio comanda as tipologias das residências previstas pela Comissão Construtora da Nova Capital, ciosa de preservar uma unidade geral que não fosse aviltada pelos palacetes privados. Não se pode criticar essa objetividade técnica e funcional do pensamento positivista que regulou a nova capital: no seu tempo, quando as promessas emancipatórias eram depositadas na ciência e na razão, ela era revolucionária, uma vez que a retórica da técnica e da funcionalidade eram as estratégias para enfrentar a oligarquia, o passado e a simbólica que legitimava o poder e os privilégios de uma classe dominante e de um coronelismo ainda assentados na estrutura rural e agrária. A nova objetividade introduzia uma dimensão cívica e cosmopolita sobre a herança das famílias, das ordens e das associações religiosas e avalizava o sucesso de um futuro, ainda que utópico, de dimensões amplas e proporcionais às das largas avenidas, de até 50 metros, então desenhadas.

A cidade remanescente, mesmo a colonial, era gerada, basicamente, a partir dos edifícios. Não é que ela não tivesse qualquer planejamento, como costuma ser propalado. O decoro e a hierarquia visual com que são dispostos os prédios no assentamento urbano, como em Ouro Preto e Mariana, e o cuidado com as obras de infra-estrutura mostram como tais cidades iam bem mais além

do casuísmo que uma abordagem romântica costuma lhes conferir. Contudo, elas tinham, ao menos no Oitocentos, o privado como as células de sua vida pública, e é justamente com isso que a nova capital vem romper.[18]

Belo Horizonte é projetada a partir das ruas e do Parque Municipal, onde seu engenheiro-chefe tinha uma chácara. Aarão Reis desenha um sistema de ruas horizontais e verticais que se cruzam ortogonalmente e se equilibram, tal como horizontais e verticais equilibram-se na fachada do edifício Chagas Dória (1934). Duas grandes avenidas diagonais, lançadas a 45º sobre esse traçado, cortam e dinamizam o sistema, tal como o movimento do bispo sobre o tabuleiro de xadrez. Isso não apenas quebra a rigidez e a monotonia das quadras, como cria, no interior delas, mudanças de rotas, novas perspectivas, percursos e modos transversais de se viver e mover-se na cidade. Tais pontos de mudança materializam-se nas esquinas.

Lugares do encontro

Belo Horizonte é a cidade das esquinas. Edifícios tais como o da Chapelaria Londres (1921), o Aurélio Lobo (1928), o Colégio Arnaldo, o Lutetia (1939), o Minas Tênis Clube (1940), o Cine Brasil, o Chagas Dória e tantos outros exemplificam como essas esquinas foram valorizadas e entendidas enquanto marcos e focos urbanos a ritmar a paisagem da cidade e seu cotidiano. A própria Serra do Curral, ao demarcar o interior e o exterior da urbe na geografia local, funciona como a esquina de Belo Horizonte com o resto do mundo e é para ela que se dirige a perspectiva de sua maior avenida. A seus pés, Belo Horizonte continua a desenvolver-se como a esquina entre o litoral e o sertão, entre o cosmopolitismo do Rio de Janeiro e de São Paulo e a obscuridade do planalto e do cerrado, como a conciliar seus traços na face bifronte de nossa nação e nossa modernidade.

A esquina é o ponto de encontro, por excelência, das ruas e das pessoas. Nelas, uma nova perspectiva e um novo caminho são propostos como alternativas de percurso e como possibilidade de mudança, divergência e confluência de rotas. Nelas, nos deparamos com o outro, repentinamente. Nelas, detém-se, conversa-se e se bebe, como ocorria no Café Maciel (esquina das ruas Bahia com Goitacazes, ponto predileto de estudantes e políticos) ou no Bar do Ponto (esquina da Afonso Pena com Bahia). Nelas, o movimento horizontal cotidiano interrompe-se, verticaliza-se e insinua um rito, que a arquitetura a ele atento tende a celebrar através de uma cúpula, de um detalhe decorativo ou de um agudo senso de composição, como nos prédios citados anteriormente. Tal como praças e parques, essas esquinas servem como espaços em miniatura do congraçamento cívico. Com os prédios nelas situados aprendemos lições de um pensamento republicano onde as partes e os edifícios são desenhados não apenas para abrigar as necessidades intrínsecas que os motivam, mas – ao contrário do que vemos em bairros recentes, como o Belvedere e o Buritis – para compor também o todo da cidade, pensada como construção e obra de arte coletiva para a qual devemos direcionar o melhor de nossos esforços.

Lugar de encontro e de possibilidades inesperadas, a esquina é também metáfora da relação de Belo Horizonte com as outras partes de Minas. Povoada por imigrantes de várias regiões e culturas de um Estado tão vário – afinal, as “Minas são muitas” e seu nome é plural –, Belo Horizonte serviu como cadinho, *meltingpot*, em que essas partes negociaram entre si, fundiram-se e combinaram-se, até fazer emergir novas sínteses e articulações transespaciais, transculturais e transtemporais. A nova capital coroa o afã de polifonia, hibridação e conciliação – *concordia discors* – a que tende a *forma mentis* de Minas, e que foi preciosa em vários momentos críticos da política em nosso país, como o emblematizado na trajetória e na figura de Tancredo Neves.

Nisso, a república pensada para a nova capital reedita, em bases outras, o ambiente do século XVIII mineiro e o imaginário republicano em que se moveram os inconfidentes. Não bastasse essa confluência de várias regiões do Estado – as quais traziam também as de outras regiões do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Goiás e Pará, terra natal de Aarão Reis –, também para cá vieram culturas de outros países, como a dos italianos, que forneceram mão-de-obra não especializada até a terceira década do século e depois puntificaram no mundo da arte e da técnica, como na arquitetura, nas artes plásticas, nas construtoras, na indústria, no comércio e nos esportes. No fundo, todos que aqui habitavam eram, de alguma forma, igualmente estrangeiros, independentemente de terem imigrado de outras regiões da província, do país ou do mundo.

As próprias designações das ruas horizontais e verticais de seu traçado em xadrez – oriundas dos nomes das várias unidades da Federação, das tribos indígenas, dos inconfidentes, das cidades e dos minerais do Estado – traduzem o paradigma de Belo Horizonte como local da confluência, do encontro e da conciliação almejada para congregar as partes em que se dividia a nação brasileira, para absorver várias culturas de Minas Gerais e do mundo. Assim também, para colocar, lado a lado, os tempos do futuro que anunciam o progresso e as heranças de origem africana, mulata e indígena – tal como as expressionistas torres de vidro que se elevam sobre as faces dos índios esculpidas na fachada do Edifício Acaiaca (1943).[19]

Essa evocação de uma república transcultural, transtemporal e intergeracional ressoa tanto nos novos acordes e harmonias das músicas do Clube da Esquina – nos quais se fundem várias influências que vão do pop e do jazz aos lundus, às modinhas e sambas, à bossa nova e outras expressões do cancioneiro popular, ao congado e demais manifestações do folclore regional – quanto nos instrumentos de cabaça e de fragmentos do mundo industrial, que se imprimem cosmicamente nas composições do Grupo Uakti.

Essa república repercutiu também na literatura, ao fazer a travessia entre o local e o universal, como está explicitado nas obras de Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade. Ela serve, ainda hoje, para conformar um pensamento e um ideário "mestiços", nos quais se concebem o balé do Grupo Corpo, os figurinos de Ronaldo Fraga e o teatro do Grupo Galpão – onde se encontram Shakespeare e o sertão, Molière e Machado de Assis, Italo Calvino e a Sagrada Escritura.

Nos cruzamentos de Belo Horizonte, várias tradições, culturas e tempos se encontram, transformam-se reciprocamente e são reescritos. A própria idéia de república tem sido rearranjada por alguns de seus pesquisadores nessa esquina metafórica onde, por exemplo, nossa tradição se encontra com as tradições renascentista, francesa e anglo-americana. Nesta pesquisa, nossos dilemas do presente são investigados *vis-à-vis* as utopias de Teófilo Ottoni, João Pinheiro, JK e os oriundos da antiga Escola de Minas de Ouro Preto. O papel em que se reescreve nossa filosofia política é um palimpsesto onde se depositam várias camadas de tempos, universos e correntes de pensamento. Assim, o que melhor define o traçado de Belo Horizonte é a transversalidade de percursos, por meio da qual as demarcações entre o passado e o presente, entre a fantasia e a realidade, entre o devaneio e o trabalho, entre o gênio e a loucura, entre a burocracia e a boêmia, entre o peso dos coques e a imaterialidade das neblinas se vêem dissolvidas e permeiam todo o espaço real, simbólico e imaginário.

Contexto e totalidade

De forma breve, traduzimos a noção de "república" para o mundo da arquitetura e do planejamento urbano

como sendo o critério que nos leva a conceber os edifícios em sua relação com o contexto e a totalidade a qual se referem, tanto quanto ou mais do que a função arquitetônica a eles atribuída. Não há melhor exemplo disso do que o Edifício Sulacap/Sulamérica, situado na esquina da avenida Afonso Pena com a rua da Bahia (1941), projetado e executado por um arquiteto e uma construtora sediada em Juiz de Fora, ambos de origem italiana. Angulando-se com as duas vias que se cortam a 45º, o prédio é pensado como ligação entre o centro, o viaduto de Santa Teresa (1928) e o bairro da Floresta. Essa ligação foi providenciada pelo portal que define o seu eixo de simetria, enquadra visualmente o conjunto da cidade e liga o bairro com a artéria principal e o hipercentro da urbe. Contribuía para isso a antiga Praça dos Correios, que nos foi usurpada pela apropriação imobiliária particular em conluio com o Poder Público.

Também o projeto das secretarias da Praça da Liberdade (em torno de 1929) conteve uma carga decorativa particular para permitir a ênfase na unidade conformadora do conjunto. Da mesma forma é pensado o Edifício Mariana (década de 1930). Mesmo os pequenos edifícios, como o da Chapelaria Londres e o Thibau (1943), cuidam de dar forma ao espaço urbano e servir de referência aos transeuntes como parte integrante do tecido das ruas e avenidas em que se inserem. Assim como os habitantes oriundos de várias culturas, temporalidades e regiões – de dentro e de fora do Estado e do país – foram induzidos a estabelecer pactos sociais independentemente dos chefes e famílias tradicionais a que antes eram ligados, a arquitetura da nova capital formou-se da negociação entre suas partes e da conquista de um acordo entre seus edifícios e territórios, como se vê no diálogo entre o Sulacap/Sulamérica e o viaduto de Santa Teresa.

Esse acordo foi construído de modo independente dos espaços do sagrado e, mesmo, dos estatais, como se verifica no afastamento das igrejas de São José e da Boa Viagem em relação às vias urbanas onde se localizam. Dentro da república laica e cívica, onde todos são iguais perante a lei e compartilham a mesma linguagem, o mesmo destino e a mesma história, é possível o diálogo e a negociação entre as partes. Da permanência de ambos – diálogo e negociação – emerge a racionalidade do todo. Também, ao menos na mentalidade que preside a construção da nova capital, os edifícios são concebidos a partir desse intercâmbio com o outro, com o contexto preexistente e com a conformação urbana maior a que servem. Da mesma forma, as galerias – lugar do intercâmbio e da ligação – que cortam transversalmente a cidade oferecem percursos alternativos e não previstos dentro da cidade planejada: Galeria do Ouvidor, a da Praça Sete e a do Edifício Arcângelo Maletta.

Caminhando por essas galerias, percebemos uma miríade de ofícios que compõe a *polis*, com suas possibilidades e atividades as mais diversas, dentre as quais nos exercitamos na escolha e na liberdade. Nelas, ao contrário dos shoppings atuais, descortina-se a cidade que não é feita de um pensamento único, mas de uma linguagem que se estrutura, compartilha e se abre para vários usos, falas e rearticulações, com a constituição e o dinamismo de uma *res publica* viva.

A razão da república alimenta-se não apenas do diálogo entre os vivos, mas também destes com os que os precederam e com os que os seguirão. Por ser também o lugar aberto ao diálogo com tempos outros, uma república se pensa para durar e para oferecer um sentido de permanência frente às mudanças, ao contingente e à existência efêmera dos indivíduos na cidade moderna. Em função desse longo prazo e da consciência dos esforços e recursos coletivos exigidos, seus prédios também almejam permanência, durabilidade e resistência ao uso, ao tempo e às intempéries. Só assim eles se tornam familiares,

ou seja, conformam um cosmo de referências, um *locus* de identidades supra-individuais nas quais encontramos nosso lugar e nossa função e um ambiente onde se torna possível iniciar os diálogos intra e intergeracionais.

A qualidade e o cuidado com as técnicas e os materiais construtivos empregados na maior parte dos prédios do começo da nova capital foram pensados nesse registro da durabilidade, de modo a oferecer uma permanência diante da mutabilidade e da contingência em que transcorrem nossas vidas. Basta que os comparemos com a rápida obsolescência formal e material das construções mais recentes para verificar a alta qualidade com que, por exemplo, era preparado o pó-de-pedra da fachada dos edifícios, trabalhados os entablamentos e embasamentos, definidas a estrutura e a proteção das janelas e portas. Inicialmente, a cidade foi pensada e construída como um substrato e meio comum para o desfile, apropriação e usos das gerações que se sucederiam e para a resistência ao tempo e às intempéries, de modo a não se consumir com eles e nem se reduzir a objeto de mero gozo imediato.

Desenvolvimento e expansão

Uma das razões que levaram o Legislativo mineiro, ao final do século XIX, a definir-se pela construção da nova capital – e não pela edificação de uma outra cidade anexa à antiga Ouro Preto, como também foi ventilado – foi a de que o sítio ao pé da Serra do Curral tinha "condições de desenvolver-se sempre, enaltecendo Minas e os seus foros de civilização".[20] Belo Horizonte não foi pensada para ser estática, mas para expandir-se e refundar-se de tempos em tempos, como podemos verificar nas projeções do engenheiro Aarão Reis para as áreas situadas fora da linha da avenida do Contorno. Entre 1940 e 1945, à frente do poder municipal, Juscelino Kubitschek confirma e expande a tensão de Belo Horizonte para o futuro e para a construção da república em nosso país, propósito explicitado no convite por ele feito a Niemeyer para projetar a Pampulha. Belo Horizonte serve-lhe como meio para sintonizar a nação com o mundo moderno e com a sociedade industrial urbanizada.

Belo Horizonte e Brasília são consangüíneas: de tons também utópicos, esse projeto se arrematará no Planalto Central, quando JK vier a exercer a Presidência da República.[21] Misto de planificação e aventura, de realismo e fantasia, ele é concebido na esquina onde a imaginação visionária encontra o pragmatismo desenvolvimentista e se realiza em obras capazes de alterar os valores, os hábitos e a visão de mundo de uma sociedade de fortes heranças agrárias e conservadoras. Em Belo Horizonte, escreveu João do Rio em 1920, as coisas práticas são pensadas e feitas em azul, com magia e poesia. É essa a maneira de atuação própria de Juscelino. Com JK a cidade se fez, novamente, instrumento da vanguarda, da aposta no futuro e na construção de uma memória e de uma identidade coletivas, aposta essa que hoje evitamos. Belo Horizonte serviu, novamente, como laboratório irradiador de um projeto com que reinventar o país e dar ao movimento moderno uma nova conjugação. As curvas de Niemeyer na Casa do Baile e os painéis de Portinari na Igreja de São Francisco feriram um modernismo que então se estiolava em soluções burocráticas e fáceis, copiadas dos mestres internacionais, e inadequadas para promover a utopia, a autonomia e o futuro de uma nação ávida de identidade, de coesão e de inserção no panorama econômico, artístico e cultural do mundo.

Diz-se que Juscelino reinventa Belo Horizonte, quase 50 anos depois de ela ter sido fundada. Mais apropriado talvez seja dizer que ele a reescreve: o político diamantinense tem como método a reescritura do código genético nela depositado pelo projeto de Aarão Reis e que sobreviveu à descrença com que a

Vista de Belo Horizonte: Praça Sete com a marquise do Cine Brasil e o Brasil Palace Hotel, década de 1940. Autor desconhecido. BH – ALB - 8 – 044. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte, MG.

nova capital foi vista, tal como descrita nas memórias de Salomão de Vasconcellos. Cinqüenta anos após as gestões de Juscelino como prefeito e governador, talvez seja chegada a hora de uma nova reescritura e de uma nova reinvenção da metrópole mineira. Vivemos um momento de retração da esfera pública e de perda de identidade da *polis*, um momento em que se atrofia o bem comum como critério norteador das ações e da conformação física e mental da cidade, subordinada a pressões particularistas e corporativas cada vez mais fortes e pensada como um lugar de satisfação do gozo ilimitado e imediato. Vista assim, a cidade deixa de ser um projeto de construção cívica onde abrigar a memória e a identidade coletivas e onde construir um sentido de permanência, um futuro e uma origem compartilhados. E essa perda do valor simbólico da cidade vem ocorrendo em todo o restante do país.

Construção da república

Dentre os vestígios e utopias aqui identificados convém, portanto, destacar alguns que, por serem úteis à arquitetura e ao urbanismo, possam servir também à construção de uma autêntica república. É preciso, em primeiro lugar, recuperar a capacidade de concretizar projetos de nação e de espaço público em que o interesse das partes se subordine ao bem comum. É preciso projetar a cidade que queremos, e não maquiar aquela que as corporações e as forças privadas nos impõem. A propensão para o futuro e para a vanguarda é marca de Belo Horizonte e sugere a retomada dos riscos com que se realizou um projeto de tal envergadura. Perdemos a capacidade de correr riscos e prospectar, como a que demonstrou JK, pois, faltando-nos o "alhures" da utopia, limitamo-nos a reagir "contra", a protestar, e a não mais projetar.

Todo movimento em direção ao futuro implica, simultaneamente, um movimento em direção ao passado e a releitura deste. Como em Aarão Reis, isso significa, entre outras coisas, pensar os edifícios em função do conjunto da cidade, do uso que deles farão seus cidadãos e também como vínculo entre as gerações que nos precederam e as que nos sucederão. Isso requer dar-lhes resistência e perenidade e cuidar do espaço e do diálogo entre eles. É o espetáculo da cidade e daquilo que nela traduz o pensamento republicano o que deve comover o espírito, e não o dos edifícios isolados. O tecido urbano é metáfora e instrumento de coesão social; o diálogo que nele se processa é metáfora e instrumento das trocas entre cidadãos em regime de igualdade diante das leis comuns e do respeito ao diferente e ao dessemelhante. Nisso consiste a razão da *polis*. Cumpre harmonizar suas contradições, sem suprimi-las, de modo que as divisões internas sirvam à sua vitalidade, e não à sua corrupção. Se à retração do mundo e do poder públicos corresponde a retração do espaço público e institucional, uma boa estratégia para combatê-la seria reforçar e expandir os símbolos deste último, recuperando, por exemplo, a Praça dos Correios em frente ao Sulacap/Sulamérica e invertendo os processos que levaram à supressão de três quartos do Parque Municipal.

Na cidade, a liberdade é um valor preponderante. O regime servil surge justamente quando trocamos o valor da liberdade pelo da segurança, como nos feudos medievais. Recuperar o valor da liberdade significa fazer da cidade o lugar onde podemos desenvolver nossas potencialidades, enquanto indivíduos, cidadãos e comunidade. Isso se dá diante da multiplicidade de vidas e registros reais, imaginários e simbólicos que se encontram nas esquinas e diante dos quais escolhemos nossos caminhos e enriquecemos nossa experiência e saber. Num shopping, só nos encontramos com os iguais. É no mercado, nas esquinas e nas galerias que as diversas faces da vida se apresentam como materiais com que pavimentar nossos caminhos de acesso ao

Aspectos de Brasília quando de sua inauguração, em 21 de abril de 1960. Numa das fotos, vê-se o presidente Juscelino Kubitschek examinando publicação com fotografias da nova capital. Acervo Fundação Israel Pinheiro – Fundo Israel Pinheiro/APM (comodato) IP - 1 – 3.

6.30

6.26

outro e a nós mesmos. Novas centralidades emergiram, como é próprio ao desenvolvimento histórico de uma cidade. É preciso identificar sua vocação e colocá-las em diálogo com os centros primitivos, pois se tratam de "lugares" a serem reconhecidos e promovidos. A reflexão sobre o possível e sobre o futuro da *polis* tem sido esquecida em nome de um pensamento supostamente urbanístico, mas que não é mais capaz de reconhecer, promover e desenhar os lugares de que a cidade é feita.

Convertida em metrópole, Belo Horizonte é policêntrica e não lhe é mais conveniente pretender alcançar uma síntese, como aquela desenhada por Aarão Reis ou a pretendida por JK, tanto quanto para Brasília. A metrópole é o lugar da impossibilidade de qualquer síntese e conclusão, e o transbordamento dos limites da avenida do Contorno o demonstra. Assim, é necessário pesquisar novas formas de pensar a cidade. Por exemplo, como um "sistema de subsistemas" ou uma rede de lugares e partes sobre os quais se deve atuar, projetar, conferir ou atualizar seu sentido potencial. Isso implica um olhar bem diferente, ou até mesmo contraposto, do de Aarão Reis ou de Juscelino: em vez de uma imagem final e total do espaço concebida por um mestre planejador, deveríamos visar à construção de uma linguagem acordada, compartilhada e comum, capaz de ser articulada pelos vários grupos de decisão em contextos específicos e em regime de co-autoria. Uma república se faz com leis públicas e justas, instituições que devem estar materializadas no visível urbano, capazes de regular as suas partes, de modo que essas possam dialogar, e não lutar entre si.

O que percebemos nos vestígios da fundação da nova capital e de sua reinvenção proposta 50 anos depois é a tentativa permanente de equilibrar a diversidade e a continuidade, os Lares e os Penates da vida metamórfica urbana. A chave para uma nova reinvenção da capital mineira estaria em equilibrar as expressões espaciais dos seus vários lugares e subsistemas físicos e sociais com a expressão do público que os ordena dentro de uma república de tradições, leis e destinos comuns, sempre propensa a uma reinvenção permanente e sempre capaz de abrigar a utopia das vanguardas e a lírica das memórias e dos afetos. Enfim, a república laica e cívica é espaço mais da decisão e da ação humana do que da contemplação. Isso distingue Belo Horizonte da cidade colonial e do urbanismo francês aos moldes de Le Nôtre e Versailles e requer a intensa apropriação da cidade por seus habitantes, sem confundi-la com o lugar do gozo imediato e sem limites.

A *civitas* exige cuidado e demarcação entre o público e o privado, para que um não se veja permanentemente invadido pelo outro. *Polis* significa justamente a construção do limite demarcatório entre essas duas esferas, de modo a preservá-las, sem cair na corrupção do público pelo privado ou no totalitarismo da invasão do privado pelo público. A falta desse limite sobre o qual se funda uma verdadeira república é o que acarreta, por exemplo, a elevação dos muros, a difusão de cercas elétricas, a redução ao convívio com os iguais, a supressão do outro, o isolamento nos shoppings e a destruição da continuidade e do diálogo urbanos, seja entre os edifícios, seja entre os cidadãos. Parece em curso uma forma contemporânea de refeudalização que ameaça desinventar aquela que foi a maior criação do mundo moderno: a cidade, a qual se emblematiza na ágora, no mercado e na universidade – espaços do diálogo e da troca de mercadorias, saberes, idéias, culturas, valores, experiências, memórias e tempos.

É o cidadão, e não o indivíduo, a célula constituinte da república. Esse cidadão não se define dentro de uma democracia de massa, baseada mais na opinião do que na justiça e na virtude republicanas. Belo Horizonte é uma "cidade funcionária", tal como funcionários

públicos eram aqueles que preponderaram em sua origem e que construíram o seu imaginário, como os escritores da geração modernista. A estratégia atual para se pensar Belo Horizonte seria a de, novamente, concebê-la como instrumento da invenção de um novo tempo e de uma república, ainda em vias de ser construída, para todo o país e de modo articulado com o restante do mundo. Esse modo é o último vestígio de sua fundação secular e cosmopolita aqui destacado, assim como e de sua reinvenção 50 anos atrás. Reescrever Belo Horizonte significa, mais uma vez, reinscrevê-la como uma das principais protagonistas desse projeto.

Notas |

1. De autoria do seu fundador e diretor, Padre Martins, este relato foi publicado no primeiro jornal local. Cf. DIAS, Padre Francisco Martins. Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte. *Bello Horizonte*, Belo Horizonte, 2 fev. 1986, p. 1.

2. Cf. ÁVILA, Myriam. *O retrato na rua*: memórias e modernidade na cidade planejada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 14.

3. BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva – *história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. p. 296-297.

4. Sobre a advertência mencionada, cf. DINIZ, Clélio Campolina. As utopias econômicas de Minas. In: ANDRÉS, Aparecida (Org.). *Utopias*: sentidos Minas margens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993. p. 126.

5. "Dos pontos estudados, Belo Horizonte era o que mais atendia ao espírito que presidiu à mudança: a criação de uma cidade importante e ao mesmo tempo central que, ligada à rede férrea de viação do Estado, poria este em contato com o oceano e o tornaria mais independente." BARRETO. *Belo Horizonte*, p. 25.

6. ALMEIDA, Martins de. Sobre Belo Horizonte. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Belo Horizonte:* a cidade escrita. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p. 97.

7. BARRETO. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva, p. 432.

8. E, em outro trecho, do mesmo autor: "É que, por aquela época, ninguém acreditava na permanência da Capital no arraial dos papudos." VASCONCELLOS, Salomão de. Memórias de uma república de estudantes. In: ÁVILA. *O retrato na rua*, p. 26; e MIRANDA (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita, p. 93 e 95. Também poderíamos citar Avelino Fóscolo: "Quer que lhe diga? Palpita-me o coração que a Capital voltará ainda para Vila Rica." FÓSCOLO, Avelino. In: MIRANDA (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita, p. 106.

9. "Aliás, havia casas que participavam de dois e três estilos. Outras, de nenhum." ALPHONSUS, João. Totonio Pacheco (II) *apud* RIO, João do. No miradouro dos céus. In: MIRANDA (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita, p. 107.

10. ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. Belo Horizonte: Garnier, 2002. p. 39. Sobre os fantasmas de Belo Horizonte, veja-se o trabalho desenvolvido pela profa. Heloísa Starling (UFMG) e seu grupo no *Projeto República.*

11. ANDRADE, Mário de. Noturno de Belo Horizonte (1924). In: _____. Poesias completas. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. p. 178-179.

12. RIO. No miradouro dos céus, p. 104.

13. BARBOSA, Rui. Conferência de Belo Horizonte. *Apud* MIRANDA (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita, p. 20.

14. CAMPOS, Paulo Mendes. Belo Horizonte. In: MIRANDA (Org.). *Belo Horizonte*: a cidade escrita, p. 182.

15. Cf. RIO. No miradouro dos céus, p. 102.

16. A citação de Drummond às "pompas republicanas: moderadas" encontra-se no poema A Visita do Rei. Cf. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Esquecer para lembrar*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

17. ALPHONSUS. Totonio Pacheco, p. 107.

18. Cf. ALMEIDA. Sobre Belo Horizonte, p. 97.

19. Saliente-se que os nomes dados originalmente às ruas de BH pelo seu engenheiro-chefe eram "de cidade, rios, montanhas, datas históricas e nomes de alguns cidadãos credores de serviços ao povo. Portanto, as outras denominações de minerais, pedras preciosas e tribos indígenas, que figuram na planta, foram acrescentadas posteriormete (*sic*)." BARRETO. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva, p. 253.

20. BARRETO. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva, p. 305.

21. O caráter utópico e desafiador do parentesco entre as duas cidades vislumbra-se nas vicissitudes que levaram à construção de Belo Horizonte: "A maioria, porém, refletindo sobre o vulto imenso do empreendimento a realizar, não acreditou na sua viabilidade e concluiu pessimistamente que a deliberação do Legislativo mineiro ficaria dormindo infinitamente nas páginas da nossa Constituição, como ficou na Constituição Federal o dispositivo que estabeleceu a mudança da capital da República para o planalto central de Goiás [...]." BARRETO. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva, p. 23.

Nota do Autor - Este artigo, escrito em julho de 2008, integra nossa produção na pesquisa *Arquitetura, Humanismo e República*, desenvolvida junto ao CNPq. Ao arquiteto Carlos Noronha, que há muito tempo presenteou-me com o livro de Abílio de Barreto e com quem estive lado a lado defendendo o decoro republicano da Praça Sete, contra interesses pouco cívicos que acabaram vingando, ele é dedicado.

Carlos Antônio Leite Brandão é professor de história e teoria da arquitetura na Universidade Federal de Minas Gerais e diretor-presidente do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG, onde se graduou em arquitetura e conclui mestrado e doutorado em filosofia. Junto ao CNPq, desenvolve, atualmente, a pesquisa *Arquitetura, Humanismo e República*. Dentre suas publicações destacam-se três livros: *A formação do homem moderno vista através da arquitetura* (Editora UFMG, 1999), *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti* (Editora UFMG, 2000) e *As cidades da cidade* (Editora UFMG, 2006).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Lucas Lopes, o visionário do desenvolvimentismo

Clélio Campolina Diniz

É amplamente conhecida a atuação de Lucas Lopes como engenheiro e dirigente público. No entanto, pouco se sabe de sua experiência como pesquisador e professor universitário, atividades que deram conteúdo e consistência ao seu papel como gestor e formulador de políticas públicas.

ENGENHEIRO E DIRIGENTE PÚBLICO

Entre 1933 e 1959, após sua formatura como engenheiro civil em 1932, até deixar o Ministério da Fazenda, no governo Juscelino Kubitschek (JK), Lucas Lopes (1911-1994) passou por intensas e diversificadas experiências profissionais e de dirigente público. Inicialmente, como engenheiro ferroviário e, depois, assumindo diferentes funções públicas, cabendo destacar os cargos de secretário da Agricultura, Indústria e Comércio e secretário de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, diretor de Obras da Companhia Vale do São Francisco (CVSF), presidente da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) – hoje Companhia Energética de Minas Gerais –, ministro da Viação e Obras Públicas, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – hoje Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – e ministro da Fazenda.

Primeiros anos de vida profissional

Ainda como estudante de engenharia, Lucas Lopes teve rápida experiência como jornalista e, depois, desenhista da Estrada de Ferro Oeste de Minas (futura Rede Mineira de Viação). Logo após sua formatura, em 1932, assume, com apenas 21 anos, a chefia das oficinas da Rede Mineira de Viação, em Divinópolis. Segundo relato do próprio Lucas, aquela oficina contava 600 operários, além de 300 maquinistas e foguistas, ou seja, quase mil trabalhadores com especializações e funções diferenciadas.

Diante do desafio, procurou formas de organizar e modernizar aquelas oficinas. Tomou como referência o que vinha sendo feito nas principais ferrovias paulistas – Sorocabana, Paulista e Mogiana, as mais modernas da época – e os trabalhos de racionalização administrativa e pesquisa tecnológica que vinham sendo desenvolvidos pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), sob orientação do engenheiro suíço Monge, do psicólogo Walther e pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo (IPT), sob supervisão de Ítalo Bologna, inspirador da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), conforme relata em suas memórias.[1]

Lopes revela sua dedicação à leitura de Taylor, Fayol e Ford,[2] formuladores das bases conceituais e metodológicas da racionalização dos processos de trabalho que sustentariam a produção em série e os ganhos de eficiência e produtividade da expansão capitalista. Por essa época conheceu Ary Torres, presidente do IPT e futuro presidente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, por quem mantinha grande respeito e admiração e que o influenciaria profissionalmente.

Ainda como engenheiro da RMV, Lucas Lopes acompanhara de perto os trabalhos que vinham sendo realizados pelo IPT e pelo Idort, tendo então sugerido a Israel Pinheiro, à época secretário de Agricultura, Indústria e Comércio, a criação em Minas Gerais de um instituto semelhante ao IPT, como suporte à industrialização.

Lopes obteve grande sucesso como dirigente das oficinas da Rede, em Divinópolis, passando, posteriormente, a inspetor de tração e de estações da própria ferrovia e para a chefia da 2ª Divisão da mesma empresa, em Lavras.

O amadurecimento de seus conhecimentos sobre o sistema ferroviário se completa no cargo de inspetor de tração e estações e, posteriormente, como chefe da 2ª Divisão da RMV, em Lavras. Ao licenciar-se da RMV e assumir a responsabilidade pela análise dos sistemas de bondes operados pela Companhia

Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), subsidiária da Amforp, em várias cidades brasileiras, Lucas Lopes encontra novos desafios relacionados com o problema da energia elétrica, custos e tarifas. A experiência na Caeeb o marcaria para sempre, por lá encontrar quadros técnicos especializados, alguns dos quais a ele se ligariam nas etapas posteriores, pelo ambiente intelectual e técnico do Rio de Janeiro, onde consolidaria e ampliaria sua visão sobre os problemas do desenvolvimento.

O retorno ao sistema ferroviário propriamente dito se deu quando, resgatando contatos anteriores com empresários paulistas, aceitou o convite da Sociedade Técnica de Materiais (Sotema) para trabalhar em Curumbá, na montagem dos trens e vagões para a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia. Segundo suas memórias aquela experiência o conscientizou dos problemas de fronteira e da dimensão geopolítica do desenvolvimento brasileiro, o que seria fortemente retratado em seu estudo sobre a mudança da Capital Federal, realizado em 1946, e em sua função de professor de Geografia Econômica na Faculdade de Ciências Econômicas, em 1947 e 1948.

Após concluir suas tarefas em Corumbá, foi transferido para Vitória, pela própria Sotema, a pedido de Israel Pinheiro, primeiro presidente da recém-criada Companhia Vale do Rio Doce, para auxiliar na montagem do que viria a ser a Estrada de Ferro Vitória-Minas. Por indicação do próprio Israel Pinheiro deixa a Companhia e assume a Secretária de Agricultura de Minas Gerais, em 1943, encerrando-se a sua experiência como engenheiro ferroviário.

Dirigente público

Como secretário da Agricultura, de abril de 1943 até a queda de Benedito Valadares do governo de Minas, em 1945, Lucas Lopes não só deu continuidade às atividades da secretaria, que incluíam, como principais projetos, a construção da Cidade Industrial de Contagem, a usina hidroelétrica de Gafanhoto e as termas de Araxá, como as ampliou. Criou vários departamentos especializados, com destaque para os de Economia, Fomento Industrial e de Ensino Técnico. Coordenou e participou, ativamente, da elaboração do documento *Contribuições para o planejamento industrial de Minas Gerais*, apresentado em julho de 1945. Criou o Instituto de Tecnologia Industrial (ITI), subordinado e mantido pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, mas vinculado à Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, futura UFMG. O próprio Lucas lamenta, em suas memórias, os problemas burocráticos e políticos que dificultaram o funcionamento do ITI, finalmente incorporado ao Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), por ocasião da criação deste último, no final da década de 1960.

O diagnóstico de que o problema energético era um dos maiores obstáculos à industrialização do Estado leva-o à preparação do primeiro esboço do *Plano de eletrificação de Minas Gerais*, apresentado ao 2º Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, em 1946, já como secretário de Viação no governo João Beraldo (março a agosto de 1946). Aquele esboço serviu de base para a preparação do substantivo estudo denominado *Plano de eletrificação de Minas Gerais*, em cinco volumes, elaborado em 1949 pela Companhia Brasileira de Engenharia (CBE), do Rio de Janeiro, por contrato do governo mineiro, sob a coordenação de Lucas Lopes. Aquele plano, como se verá posteriormente, serviu de base para a criação da Cemig e para a futura estruturação do programa energético do governo federal, parte integrante do *Programa de Metas* do governo JK.

Como secretário de Viação e Obras Públicas, e aproveitando a oportunidade decorrente da criação

do Fundo Rodoviário Nacional, pela Lei Joppert,[3] Lopes criou em Minas o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), como condição para receber recursos daquele fundo. Consolidou, então, sua visão de que os dois principais obstáculos ao desenvolvimento econômico de Minas Gerais eram energia e transportes e que estes deveriam privilegiar o sistema rodoviário. As diversas tentativas de modernização da RMV esbarravam na falta de recursos e no seu crônico déficit, o que levou JK, então governador de Minas, a devolvê-la ao governo federal em 1952.[4] A esse respeito, o próprio *Plano de recuperação econômica e fomento da produção*, do governo Milton Campos, que antecedeu o de Juscelino, destinava 67% do investimento previsto a energia e transportes. Daí a base para a posterior montagem do programa de governo de JK em Minas Gerais, sintetizado no binômio energia e transporte.

Com a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em dezembro de 1948, em decorrência da vinculação orçamentária destinada ao desenvolvimento do referido vale, prevista na Constituição de 1946, Lucas Lopes foi nomeado para o cargo de diretor de Planos e Obras daquela comissão, por indicação do ministro da Justiça José Francisco Bias Fortes, do Partido Social Democrático (PSD-MG), no governo de marechal Eurico Gaspar Dutra.

Aproveitando a equipe da Caeeb, com a qual havia trabalhado, elaborou, ao longo dos anos de 1949 e 1950, o *Plano de obras e recuperação econômica do São Francisco*,[5] sintetizado em denso documento com 348 páginas, publicado no formato de livro, em 1955, durante sua gestão como ministro da Viação e Obras Públicas, no governo Café Filho.[6] Esse plano foi fortemente influenciado pelas novas técnicas de planejamento introduzidas pelo *New Deal,* programa de governo do presidente Franklin Delano Roosevelt (EUA), pela experiência francesa do Plano Monet,[7] pela experiência da União Soviética e, de forma específica, pela experiência norte-americana do Tennessee Valley Authority (TVA), como se analisará na segunda parte deste trabalho.

Simultaneamente ao cargo de diretor de Planos e Obras da CVSF – onde trabalhava apenas um expediente – e à elaboração do *Plano de obras e recuperação econômica do São Francisco*, Lopes aceitou coordenar o *Plano de eletrificação de Minas Gerais*, por meio da CBE, por contrato da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, utilizando, para isso, a mesma equipe que estava preparando o plano de obras da CVSF, quando era governador de Minas Milton Soares Campos.[8] Os dois planos se complementavam no que se refere ao projeto de barragens que serviriam tanto para a regularização das cheias quanto para a instalação de usinas hidroelétricas, o que se consolidou, posteriormente, com a construção da hidroelétrica de Três Marias, cuja barragem foi feita pela CVSF e a usina, pela Cemig.

Em face dessas experiências e por solicitação do Itamaraty, Lucas Lopes preparou um informe sobre a questão energética brasileira, como subsídio aos entendimentos entre o governo brasileiro e o governo norte-americano, por ocasião das negociações que resultaram na criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em junho de 1951. Em função daquele estudo, Lopes seria indicado como um dos cinco membros brasileiros da comissão, presidida por Ary Torres e composta também por Roberto de Oliveira Campos, Glycon de Paiva e Valentin Rebouças, personagens que viriam assumir importantes funções na vida pública brasileira.

Com a posse de Juscelino Kubtischeck no governo de Minas, naquele ano, Lucas Lopes seria chamado para implantação do programa energético, segundo as diretrizes e orientações do *Plano de eletrificação*

de Minas Gerais, por ele coordenado. Sobre esse momento, ele relata em suas memórias a dificuldade e a dúvida que teve em aceitar a tarefa, pois estava plenamente integrado como diretor da CVSF e como membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Acabou por aceitar a tarefa, deixando a CVSF, mas mantendo sua participação, em tempo parcial, na Comissão Mista. Trouxe para a implantação da Cemig, como diretores, membros da equipe com a qual havia elaborado o *Plano de eletrificação* e que vinham trabalhando com ele na CVSF. Aqui, cabe destacar três personagens que assumiriam importantes cargos na administração pública e no desenho do sistema energético brasileiro: Mauro Thibau, John Cotrim e Mário Bhering.

Ressalte-se que na efervescência política do início dos anos 1950 havia várias disputas. O próprio Lucas relata a existência de vários grupos tentando liderar a orientação da questão energética brasileira. Entre eles o grupo ligado à Light, o grupo da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas, que ele chama de "os meninos", os grupos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Além desses, havia o grupo da Cemig, fortemente articulado com as orientações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, da qual Lopes era membro, simultaneamente ao cargo de presidente da empresa.

Seu sucesso na implantação da Cemig, seus conhecimentos técnicos, seus relacionamentos pessoais e o suporte político do governador JK o levaram ao cargo de ministro da Viação e Obras Públicas, em dois períodos intercalados (agosto de 1954 a janeiro de 1955 e novembro de 1955 a janeiro de 1956), nos governos transitórios de Café Filho e Nereu Ramos.

No interregno do cargo, entre fevereiro e novembro de 1955, Lucas Lopes voltou a Minas Gerais e elaborou as *Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento*, que constituíram as bases para a formulação do *Programa de metas* do governo federal, na administração JK.

Disputas e debates

Seria ingenuidade pensar que não havia debates e disputas na sociedade e no âmbito dos órgãos do governo. Naquele período, sob a liderança de Celso Furtado, o Grupo Cepal-BNDE vinha desenvolvendo as técnicas de planejamento e elaborando estudos macroeconômicos sobre a economia brasileira. Em suas memórias, Lucas alega que desconhecia o trabalho de Celso Furtado e que não era macroeconomista e nem estava preocupado com isso. Estava, sim, preocupado com a definição de metas, objetivos e bons projetos. Alega, também, que Lucio Meira e Cleanto de Paiva Abreu tentaram elaborar um programa paralelo ao *Programa de metas*. Nosso entendimento é de que o apoio político a Lucas Lopes acabou por consolidar sua liderança, já que Celso Furtado assumiu, posteriormente, uma das diretorias do BNDE e, em seguida, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), enquanto Lúcio Meira teve importante papel na coordenação da meta automotiva do *Programa de metas.*

Vale ressaltar, ainda, que nesse período estavam ativos os debates no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) sobre os rumos da economia e da sociedade brasileiras. Não restam dúvidas, também, de que prevaleceu a orientação de abertura ao capital estrangeiro, o que garantiu o sucesso do programa de industrialização de JK, especialmente no setor automotivo. Essa orientação teria efeito determinante sobre nossa dependência tecnológica, em contraste com a maioria das experiências asiáticas que se industrializaram por meio de empresas nacionais. Discute-se, também, que a forte opção pela industrialização deixou de lado a questão agrária,

especialmente a reforma agrária, o que contribuiu para acelerar o processo migratório campo-cidade, com todas as conseqüências sobre a natureza da urbanização desordenada e a pobreza manifestadas nos dias atuais.

O sucesso tecnocrático, a bagagem de conhecimento e o apoio político de JK levaram Lucas Lopes à liderança do *Programa de metas* do governo federal. Além de coordenar sua elaboração, assumiu a presidência do BNDE e exerceu a direção da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento, criado no início do governo de Juscelino. Nessa posição, Lopes coordenava os 32 grupos executivos constituídos para estudar e coordenar a implantação das 30 metas constantes do programa, ficando de fora apenas a construção de Brasília – que era meta especial, tratada de forma separada.

Em face das pressões do FMI contra a política de gastos do governo, Lucas Lopes assumiu o Ministério da Fazenda, em substituição a José Maria Alkimin. Tentou montar um programa de estabilização para atender ao FMI, mas encontrou fortes resistências internas, a começar do próprio presidente, que não queria restringir gastos e comprometer, assim, seu programa de governo, especialmente o término da construção de Brasília. Lopes deixou, então, o Ministério da Fazenda e a vida pública, com apenas 49 anos e uma bagagem de conhecimentos sobre a economia brasileira difícil de ser igualada. Ganhou, como prêmio consolação, um cartório, que lhe assegurava rendimentos financeiros, mas que não o poupou de uma enorme decepção, pois toda sua formação e experiência nada tinham a ver com cartórios, como confessa em suas memórias.

PESQUISADOR E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

A experiência de Lucas Lopes como pesquisador é algo totalmente distinto do que se entende pela organização e prática de pesquisa dos professores e pesquisadores vinculados ao sistema acadêmico-universitário ou a instituições de pesquisa propriamente ditas, como se conhecem no Brasil e no exterior. Lucas Lopes foi um pesquisador atípico: autodidata e orientado sempre para a solução dos problemas e desafios com que se defrontava, em função dos cargos que assumiu.

A nosso ver, sua experiência como pesquisador se inicia quando assume as oficinas da RMV, ao que parece pouco organizada, com apenas 21 anos, para comandar quase mil homens. Lucas relata seu esforço de pesquisa, recorrendo à literatura sobre organização dos processos de trabalho e gestão, às experiências das ferrovias paulistas, aos trabalhos do Idort e do IPT, às revistas do Clube de Engenharia e à literatura especializada, notadamente Taylor, Fayol e Ford.

Assim, tudo indica que o sucesso do jovem engenheiro como dirigente das oficinas da RMV se deveu, além de outros atributos pessoais, à sua capacidade de inovação na gestão daquelas oficinas, baseada na busca de fundamentos científicos e técnicos na literatura especializada e nas experiências de outras instituições – o que a literatura moderna identifica como processo de aprendizado resultante da própria prática e da interação – ou, para usar os chavões consagrados na literatura internacional, como *learning by doing* e *learning by interacting*.

Ao assumir em 1943 a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio – órgão que de fato cuidava das diferentes dimensões de obras e desenvolvimento, incluindo viação, obras públicas, comércio e trabalho –, embora o cargo fosse de confiança política, Lucas Lopes se dedica, com afinco, aos problemas técnicos do desenvolvimento. Além de dar continuidade aos grandes programas em execução antes mencionados (Cidade Industrial de Contagem, usina hidroelétrica de Gafanhoto, termas de Araxá), pesquisou as principais

Retrato de Lucas Lopes (Ouro Preto, MG, 1911 – Rio de Janeiro, RJ, 1994). Autor desconhecido, s/ local e data. Óleo sobre tela. 54 x 39 cm. Projeto Segredo de Estado/Superintendência de Museus – Coleção Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Belo Horizonte.

experiências internacionais e coordenou a elaboração das *Diretrizes para o desenvolvimento industrial de Minas Gerais*, divulgadas em junho de 1945. O documento continha 20 relatórios técnicos que analisavam aspectos relacionados com a geografia industrial, localização das atividades econômicas, sistema tributário, incentivos fiscais, financiamento, demografia, mercado, oferta de energia elétrica, ensino politécnico, além de estudos de setores específicos.

Dos 20 relatórios, Lucas Lopes assinou sete, entre eles o que viria a se constituir nas memórias para o *Plano de eletrificação de Minas Gerais*, onde se enfatiza o papel da eletricidade para a industrialização. Fazendo analogia com o círculo vicioso de Steinemetz, que relaciona o preço com o consumo de energia elétrica, diz que "não se instalam indústrias importantes porque não há energia elétrica disponível e não há energia porque não existem indústrias que garantam o seu consumo".

Essa visão estaria presente, de forma permanente, na direção da Cemig, onde sempre se preocupou em buscar os meios para estimular a demanda e assegurar a expansão da oferta e seu crescimento como empresa. Um bom exemplo disso foi a participação da Cemig, juntamente com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), na criação, em 1968, do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (Indi), instituição voltada para a promoção do desenvolvimento industrial do Estado.[9] Assim, da mesma maneira que se diz que Getúlio Vargas foi keynesiano antes da obra de Keynes,[10] pode-se dizer que a direção da Cemig, embora não demonstrasse conhecer a obra do economista inglês, também o foi.

Plano de eletrificação

Voltando às memórias do *Plano de eletrificação*, este analisa o potencial industrial de Minas Gerais, compara o sistema elétrico do Estado com o do Brasil, defende a interligação do sistema e a conveniência técnica e econômica de se instalarem grandes unidades geradoras, em vez de um grande número de pequenas usinas. Argumenta, analisando as características da indústria de eletricidade, a alta demanda de capital, as economias de escala, a incapacidade de armazenamento ou a produção simultânea ao consumo, defendendo a construção de sete subsistemas regionais e a combinação entre usinas e redes privadas e públicas. Detalha o potencial para a implantação de usinas em cada subsistema e define aquelas que deveriam ser assumidas pelo Estado. Defende a criação de empresas públicas regionais sob o controle de uma empresa *holding*, que veio a ser a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.

Ao deixar a Secretaria de Viação e Obras Públicas, em agosto de 1946, até o início de 1952, quando assume a Cemig, Lucas Lopes trabalhou como pesquisador e professor universitário. Nesse período, sua atuação esteve concentrada em quatro grandes frentes: professor de geografia econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, nos anos de 1947 e 1948; diretor de Planos e Obras da CVSF, entre 1949 e 1951; coordenador do *Plano de eletrificação de Minas Gerais*, entre 1949 e 1950; e membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, entre julho de 1951 até sua extinção, em 1953.

Antes mesmo de deixar a Secretaria de Viação e, em função do movimento político que resultaria na decisão contida na Constituição de 1946 pela mudança da capital do país, Lucas Lopes elaborou estudo sobre a mudança do Distrito Federal, em documento datado de 21 de abril de 1946 e apresentado por JK como deputado constituinte. Naquele documento, Lopes resgata o debate teórico e político da história econômica do Brasil, citando a *Evolução econômica do Brasil*, de F. Normano, publicado em 1939, e que se

tornaria um clássico na literatura, o *Relatório Cruls*, de 1894, sobre a mudança da capital, e vários textos da literatura geográfica.

Em seu estudo, Lopes critica as conclusões de Cruls pela escolha da região de Formosa para sediar a nova capital, que se baseava na convergência de três grandes bacias hidrográficas (Prata, Amazônica e São Francisco), sugerida por Varnhagen[11] à época da Independência do Brasil. Alega o pequeno potencial econômico da região, defendendo o Pontal do Triângulo Mineiro ou Caiapônia (terra dos caiapós), por possuir todas as condições de se tornar o centro político, cultural e econômico do país, o que ele chama de "poder de carregamento" (*carring power*). Analisa o poder de irradiação da região, as características demográficas e econômicas, considerando recursos naturais, clima, solo, potencial energético e sistema de transportes. Nesse último aspecto, alega que a nova capital deveria ser o cruzamento de dois grandes eixos de integração nacional: Norte-Sul, pela ligação Porto Alegre-Belém, e Leste-Oeste, pela ligação Vitória-Cuiabá, e compatíveis com as diretrizes do Plano Nacional de Viação.

Em função desse estudo, Lucas Lopes foi incorporado como membro da Comissão Poli Coelho, em novembro de 1946, encarregada dos estudos finais para a definição da exata localização da nova capital. Naquela comissão, a proposta de Lopes perdeu na votação por 7 a 5, segundo ele por uma jogada de Poli Coelho, que contou um dos votos com localização indefinida como sendo para a região de Formosa.

O professor universitário

Ao deixar a Secretaria de Viação e com o início do governo Milton Campos, da UDN, Lucas Lopes – que sempre esteve ligado ao grupo do PSD – ficou fora do governo e aceitou o convite para lecionar o curso de geografia econômica da Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da Universidade de Minas Gerais (UMG). Como professor desse curso, nos anos de 1947 e 1948, Lopes exerceu uma atividade que, a nosso ver, deu-lhe a oportunidade de organizar seus conhecimentos, combinando a vasta experiência técnica com o esforço de pesquisa bibliográfica e acadêmica.

A primeira versão do programa que elaborou para o curso[12] é datada de novembro de 1946 e está divida em seis grandes temas: a) introdução; b) geografia dos produtos vegetais; c) geografia dos produtos animais; d) geografia industrial; e) geografia da circulação e do comércio; e f) temas especiais. A bibliografia contém 48 títulos, 33 dos quais em inglês, francês e espanhol, Segundo relata em suas memórias, durante esse período todo o dinheiro que tinha era gasto na compra de livros. Tornou-se um obcecado pela geografia econômica e sua inter-relação com diferentes áreas do saber.

As notas de aula, com 126 páginas de manuscritos rigorosamente organizados, se referem à versão lecionada em 1948. Elas contêm textos redigidos pelo professor, esquemas, tabelas e desenhos. Na introdução, dividida em 15 pontos, como se observa pelo programa e pelas notas de aula, o professor Lucas Lopes trata de forma ampla dos diferentes aspectos teóricos e conceituais da dimensão territorial do desenvolvimento, relacionando as dimensões física, humana, econômica e geopolítica em uma perspectiva extremamente avançada para a época – e que poderíamos dizer ainda atualizada – com alguns dos temas que ocupam hoje a preocupação mundial como a questão ambiental, a problemática alimentar, as migrações, o progresso tecnológico, a relação campo-cidade, as relações capital-trabalho, comércio internacional, para destacar apenas alguns.

O tema dois – geografia dos produtos vegetais – está dividido em 12 pontos, por meio dos quais se analisa a

situação mundial e brasileira de 27 grupos de produtos. Igualmente, o tema três – geografia dos produtos animais –, dividido em nove pontos, trata da geografia e das perspectivas da produção animal e agroindustrial, explorando aspectos tecnológicos e organizacionais. O tema quatro – geografia das indústrias – está desagregado em 11 pontos, tratando dos principais gêneros industriais, inclusive a chamada indústria do turismo. No tema cinco – geografia da circulação e do comércio – analisa o problema dos transportes terrestres, marítimos, fluviais e aéreos, o sistema de comunicações e centra-se nos mercados internacionais e inter-regionais. Por fim, no tema seis, trata de aspectos especiais, como o potencial econômico brasileiro, a geografia econômica em condições de paz e de guerra e a geografia econômica em um mundo unificado, antevendo a crescente integração da economia mundial – que viria a se processar após a 2ª Guerra Mundial e que se consolidaria na chamada era da globalização.

O professor Lucas Lopes assume uma postura corajosa ao afirmar que a geografia era ainda uma ciência em formação e que, portanto, deveria estar aberta à interface com as demais áreas de conhecimento até que pudesse constituir um campo próprio. Citando Simmel,[13] diz que

> [...] as ciências em formação têm o privilegio mediocremente invejável de servirem como asilo provisório a todos os problemas que flutuam no ar [...] pela indeterminação de suas fronteiras, elas atraem todos os sem-pátria da ciência [...].

Argumenta que, se a geografia física encontra abrigo nas ciências naturais, a geografia humana recebe constante influência das ciências sociais, em permanente evolução, defendendo que ela precisa se relacionar e considerar pelo menos cinco grandes campos das ciências sociais, a saber: antropologia, sociologia, ciência política, economia política e geopolítica.

De cada uma dessas dimensões o professor Lopes analisa diferentes aspectos. Por exemplo, na dimensão antropológica, diz que é necessário analisar o comportamento da população, considerando as dimensões étnicas, os movimentos migratórios, denominando esse campo como "geografia demográfica". Na dimensão sociológica, considera o problema da habitação, da alimentação, do vestuário, as culturais regionais, as questões lingüísticas e religiosas, por ele sintetizado como "geografia social". Na dimensão de ciência política, relaciona os regimes políticos e governos, com a divisão político-administrativa do território, com os aspectos da colonização, da defesa nacional, no que ele chama de "geografia política". Na dimensão de economia política, analisa a geografia econômica, a dimensão da produção e circulação das riquezas. Na dimensão geopolítica, relaciona a geografia física com seu uso político, ao que acrescentaria econômico e militar, pois o próprio Lopes fala em relações econômicas em tempos de paz e de guerra.

Essas são as razões pelas quais entendemos que a experiência de Lucas Lopes como professor de geografia econômica, apesar de estender-se apenas por dois anos, marcou profundamente sua futura trajetória profissional e política. Ao relatar sua experiência na implantação do *Programa de metas* e na construção de Brasília, diz sobre si mesmo que "sempre teve uma visão geopolítica, sempre olhou para o interior, pois sentia que ali havia um mundo novo a ser conquistado".

Desdobramentos

Dada a impossibilidade de conciliar a docência com suas novas funções e com a sua mudança para o Rio de Janeiro, Lucas indicou para substituí-lo na cadeira

de geografia econômica o engenheiro Alberto Freire Lavenère-Wanderley, que lecionou de 1949 a 1956, quando faleceu precocemente. Alberto Wanderley seguiu a mesma linha do programa de Lucas Lopes e realizou uma série de trabalhos sobre diferentes aspectos da geografia econômica do Brasil, publicados nos números 2, 3, 5, 6 e 10 da *Revista da Face*, incluindo sua tese de livre docência e uma publicação póstuma, em 1959, em um número especial da série *Estudos da Face*. Com a morte de Alberto Wanderley, a cadeira passou por diferentes mãos, até 1965. Simultaneamente, a geografia econômica ganhava nova conotação com o desenvolvimento da denominada economia regional.

Na Face, o professor Domício Figueiredo Murta havia realizado várias análises sobre a dimensão regional do desenvolvimento, contidas no *Plano de eletrificação* e no *Plano de obras da CVSF*. Posteriormente, Fernando Antônio Roquette Reis desenvolveu novas linhas de estudos, assimilando outros aportes teóricos, especialmente da literatura francesa, com os trabalhos de François Perroux e Jacques Boudeville sobre o conceito de "pólo de desenvolvimento", "regiões homogêneas", "regiões polarizadas" e "regiões-programa". Por convite de Fernando Reis, por meio do recém-criado Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o professor Jacques Boudeville esteve em Minas Gerais, em 1964, e realizou um trabalho sobre polarização. Em 1965, Fernando Reis e sua equipe no BDMG organizaram o 1º Congresso Brasileiro de Desenvolvimento Regional, em Araxá, com grande afluência acadêmica e apoio político.[14] À época, estava também sendo realizado o *Diagnóstico da economia mineira*, também sob a liderança de Fernando Reis, com uma ampla análise histórica e estrutural da economia mineira e dos desafios ao seu desenvolvimento.

Como desdobramento daquele congresso e em face de certa indefinição dos rumos do BDMG com o novo governo, a equipe do BDMG, sob a liderança de Fernando Reis – que também era professor da Face –, e um conjunto de professores de tempo integral da faculdade, se uniram para a criação de um programa de pós-graduação em economia regional,[15] do qual decorreu a criação do Instituto de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Ideplar), em 1967, transformado no atual Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Assim, ousamos afirmar que as raízes da existência do Cedeplar e da especialização Economia Regional na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG remontam ao trabalho de Lucas Lopes como professor de geografia econômica, em 1947 e 1948, e de seus desdobramentos.

Planejador e pesquisador

Como diretor de Operações da CVSF, Lucas Lopes coordenou, nos anos de 1949 e 1950, a elaboração do plano de desenvolvimento para o Vale do São Francisco, denominado *Plano de obras e recuperação econômica do São Francisco – análise cultural e técnica de suas diretrizes*. Embora explicite ser da equipe que participou da elaboração do plano o documento-síntese, com 348 páginas, publicado na forma de livro pelo Ministério da Viação, em 1955, durante a gestão do próprio Lopes, o texto é de sua autoria. O trabalho está dividido em seis partes, a saber: a) introdução; b) plano do São Francisco em face da técnica geral de planejamento, abrangendo as experiências do Nilo, do Niger e do Tennessee; c) planejamento da bacia hidrográfica propriamente dita, compreendendo barragens para controle de cheias e usinas hidroelétricas; d) planejamento das áreas de economia especializada, incluindo irrigação; e) planejamento da rede urbana, inclusive das metrópoles; f) planejamento dos transportes e comunicações regionais.

Como se observa, o plano era abrangente, em uma concepção que Lopes chamou de "múltiplos propósitos" – seguindo a tradição do imediato pós-guerra, de forte presença do Estado e de introdução do planejamento como método de racionalização da gestão pública. O documento dizia na introdução que "planejar é o inverso de improvisar". Lucas Lopes incorpora a essa tarefa a equipe da Caeeb, com a qual havia trabalhado, aprofunda o levantamento e análise da literatura e das experiências internacionais, especialmente do *New Deal*, do TVA, do Plano Monet, da experiência soviética, com grande abertura teórica e ideológica ao utilizar e citar o pensamento acadêmico mais avançado à época, como *Cultura das cidades*, de Lewis Munford, *O caminho da servidão*, de William Voght, *Geografia do homem*, de Frederich Ratzel, *Cidade, região e regionalismo*, de R. E. Dickson, entre outros.

Faz referências também a autores brasileiros como Mário Travassos, com seu estudo sobre o Rio São Francisco e a integração com as bacias vizinhas; Josué de Castro, com sua *Geografia da fome*; e até uma estrofe de Castro Alves: "Do São Francisco a soberana vaga, / léguas e léguas triunfante alaga". Observe-se que a obra de Ratzel, na segunda metade do século XIX, seguida por Mackinder,[16] na passagem do século XIX para o século XX, deram origem ao nascimento do pensamento científico e acadêmico que viria a constituir a geografia política e a geopolítica. Mário Travassos, que era militar, foi o primeiro autor brasileiro que analisou de forma sistemática e publicou sobre os temas da geopolítica brasileira, destacando-se especialmente sua *Projeção continental do Brasil*, de 1935.

Paralelamente à experiência norte-americana, o *Plano de obras e recuperação econômica do São Francisco* sofreu grande influência francesa, a partir do Plano Monet, de reconstrução industrial no pós-guerra e da grande preocupação com a concentração em Paris, decorrente dos fortes movimentos migratórios, refletidos no sucesso do livro de Gravier *Paris e o deserto francês*. Não deve ser desprezada também a literatura francesa, tradicionalmente utilizada no Brasil e, em especial, nas escolas de engenharia de Minas Gerais, a partir da influência da Escola de Minas de Ouro Preto e da equipe de professores franceses, liderada por Henri Gorceix, que a implantou. Segundo Lucas Lopes, apesar da crescente influência norte-americana, a engenharia brasileira continuava a seguir a tradição francesa, pois nunca se calculou em polegadas, pés, libra peso e *pints*.

O plano de obras contido no estudo, fortemente influenciado pela experiência do TVA, estava dividido em nove frentes, a saber: a) recuperação do regime fluvial, com a construção de quatro barragens, incluindo Três Marias; b) aproveitamento hidroelétrico com a construção de quatro usinas; c) melhoria das condições de navegação dos rios e dos portos; d) melhoria do equipamento de navegação propriamente dito; e) programa de irrigação e correção de solos; f) sistema rodoviário complementar; g) articulação com o sistema de transporte aéreo; h) melhoria dos telégrafos e comunicações: i) abastecimento de água, esgotos e urbanização.

Como se observa, trata-se de um plano compreensivo, coerente com o prestígio de que gozava o planejamento no pós-guerra, em plena era keynesiana de forte intervenção do Estado na economia. Nas décadas seguintes todas as barragens e usinas previstas foram implantadas e, como resultado, tem-se hoje importantes áreas de moderna agricultura irrigada, especialmente orientada para a produção de frutas, começando no Norte de Minas Gerais. Existem também outras áreas de cultivo no Estado da Bahia (especialmente as regiões de Bom Jesus da Lapa e Juazeiro) e em Pernambuco (região de Petrolina), iniciando-se agora projetos de irrigação nos sertões de Alagoas e Sergipe. A experiência de irrigação do Vale do São Francisco

Juscelino Kubitschek em visita ao submarino Humaitá, 28 de agosto de 1957. Foto Agência Nacional. Arquivo Nacional, RJ.

tem sido transferida para outros vales da região nordestina, destacando-se a região de Mossoró-Açu, no Rio Grande do Norte, e o Vale do Acarau, no Ceará.

No que se refere à navegação do São Francisco, essa não se desenvolveu como era esperado. Em primeiro lugar, pela dominância do transporte rodoviário e sua articulação com o *lobby* da indústria automotiva, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Em segundo lugar, pela pequena densidade de comércio ao longo da Bacia do São Francisco, em função da estrutura produtiva dessas regiões, com grande predominância de economia de subsistência ao longo do vale. Por fim, deve ser levado em conta o alto custo de preparação do rio para navegação, com a instalação de portos, assim como a existência de várias represas que impedem o fluxo das embarcações, exigindo, portanto, pesados investimentos na construção de eclusas.

Simultaneamente ao seu trabalho na Companhia Vale do São Francisco, Lucas Lopes assumiu a coordenação do *Plano de eletrificação de Minas Gerais*, por meio da CBE, utilizando praticamente a mesma equipe. Segundo ele, o horário da CVSF era de apenas um expediente e os escritórios ficavam a menos de cem metros. Nos seus cinco volumes, o plano contém amplo diagnóstico da economia mineira, com detalhada análise dos principais sistemas elétricos mundiais, do ponto de vista técnico, organizacional e de política, e estabelece as bases do plano de eletrificação que convinha a Minas Gerais. Essa orientação pode ser sintetizada em oito grandes diretrizes, a saber: a) na impossibilidade do setor privado assumi-la, caberia ao setor público a tarefa de expansão do sistema; b) elaboração de projeções segundo intencionalidades, e não segundo tendência histórica;[17] c) definição clara do plano de obras do setor público para se dar garantia ao

setor privado; d) padronização dos sistemas regionais, de forma a permitir sua integração futura; e) integração dos sistemas privados; f) apoio às pequenas unidades regionais para uma futura integração ao sistema geral; g) estímulo à captação de capitais; e h) organização das empresas na forma de sociedades anônimas.

Previa-se, também, a construção dos sistemas elétricos operados por empresas regionais articuladas por meio de uma empresa *holding*, o que veio a se materializar com a criação da Cemig. Esse estudo serviu de base não apenas para a implantação da estatal mineira, como também repercutiu nacionalmente. A combinação daqueles conhecimentos com a experiência da equipe técnica agregada em torno da Cemig foi uma referência importante para a montagem do sistema elétrico brasileiro, previsto no *Programa de metas*, que resultou na posterior criação da Eletrobrás, no âmbito das disputas antes mencionadas.

Cabe salientar que o sucesso da Cemig, além da concepção técnica e da competência de sua direção, foi sustentado pela existência de fontes de financiamento originárias do Fundo de Eletrificação, criado no governo Milton Campos,[18] dos financiamentos internacionais, obtidos por meio do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) e do Export-Import Bank of the United States (Ex-Im Bank). A contribuição dessas agências foi facilitada pela presença de Lucas Lopes na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, pelos recursos da CVSF – que assumiu os custos da barragem de Três Marias – e pelo arranjo operacional que obrigava todos os municípios que viessem a ser servidos a comprar ações da Cemig. Lucas Lopes era de opinião de que a competência da empresa na formulação de projetos facilitava a negociação e a captação de recursos.

Por sua experiência anterior, especialmente na coordenação dos dois grandes planos antes mencionados, e como membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a partir de 1951, Lucas Lopes foi chamado para desenvolver as bases do *Programa de metas* do governo JK, tarefa para a qual convocou técnicos brasileiros e norte-americanos. Inicialmente, foi elaborado um conjunto de projetos, seguindo as modernas técnicas de planejamento desenvolvidas no imediato pós-guerra. Metodologicamente, esse trabalho significou um grande avanço, superando uma concepção atrasada de planejamento em que se estabelecia o projeto arquitetônico ou físico, mas não havia nenhuma previsão de custos, fontes das receitas e cronograma, que John Friedman[19] chamou de "planejamento ortogonal".

À guisa de conclusão

Pelo menos três aspectos precisam ser ressaltados como fundamento da brilhante trajetória de Lucas Lopes. Em primeiro lugar, a forte influência do seu pai, engenheiro e historiador Francisco Antônio Lopes Filho, conhecido como Chico Lopes, homem culto e com vasta experiência de trabalho em várias regiões do Brasil. Em segundo lugar, o ambiente formado pela tradição política e cultural de Ouro Preto – onde Lucas nasceu –, cidade marcada pela força da Escola de Minas na formação da tecnocracia da época, com a qual Lopes convivia. Em terceiro lugar, a marca da rígida influência alemã adquirida dos padres do Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, onde Lucas Lopes realizou seus estudos secundários – fato por ele ressaltado inúmeras vezes em suas memórias.

Essas circunstâncias, aliadas à sua inteligência, formaram um caldeirão moral e intelectual que conformou sua personalidade, conduzindo-o a assumir todas as funções de direção pública alicerçado em uma postura eminentemente técnica. Podemos dizer, para concluir, que Lucas Lopes foi um investigador e

planejador nato, um dirigente público assentado em fundamentos técnicos e um professor inovador que deixou as sementes para a discussão das dimensões regionais do desenvolvimento, na sua concepção econômica e geopolítica. Nos dizeres de Rodrigo Lopes[20] – seu filho –, "Lucas foi o planejador de JK".

Notas |

1. LOPES, L. *Memórias sobre a mudança do Distrito Federal*, Belo Horizonte, 1946. LOPES, L. *Memórias do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. 1991.

2. Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro norte-americano, tornou-se conhecido por propor novas formas de gerenciar a organização nas indústrias; Jules Henri Fayol (1841-1925), engenheiro francês, um dos teóricos clássicos da ciência da administração; Henry Ford (1863-1947) empreendedor estadunidense, primeiro empresário a aplicar a montagem em série de forma a produzir em massa automóveis em menos tempo e a menor custo.

3. Maurício Joppert da Silva (1890-1985), ex-ministro dos Transportes no governo de transição de José Linhares, depois da queda de Getúlio Vargas, em 1945.

4. A partir da crise de 1930 os sistemas ferroviários no mundo deixaram de ser expandidos. A força dos interesses da indústria automotiva impuseram o transporte rodoviário como o novo paradigma e trajetória tecnológica dominantes.

5. LOPES, L. *Plano das obras de recuperação econômica do São Francisco*: análise cultural e técnica de suas diretrizes, Rio de Janeiro, Ministério da Viação, 1955.

6. Agosto de 1954 a novembro de 1955.

7. Jean Monnet (1888-1979), comissário do plano de reconstrução e recuperação econômica da França depois da 2ª Guerra Mundial.

8. Embora o governador Milton Campos fosse da União Democrática Nacional (UDN), houve uma dissidência no PSD, que o apoiou. Como conseqüência, o governador nomeou José Licínio Seabra, do PSD, para a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Este, agindo de forma paralela a Américo Gianetti, secretário da Agricultura, Indústria e Comércio e responsável pela condução do programa energético, contratou a elaboração do *Plano de eletrificação* à CBE, sob a coordenação de Lucas Lopes.

9. Em termos modernos e seguindo as linhas do pensamento de Keynes e Kalecki, hoje consagrada como literatura pós-keynesiana, poder-se-ia dizer que a atuação da Cemig foi de sempre também atuar do lado da demanda, de forma a assegurar a viabilidade de expansão da oferta. Em termos marxistas isso equivale a dizer que a produção só se realiza quando, no seu "salto mortal", a mercadoria ou o serviço é abraçado pelo mercado. Caso contrário, eles se esterilizam, não realizando seu valor.

10. John Maynard Keynes (1883-1946), um dos mais influentes economistas do século XX, cujas idéias estimularam a adoção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia.

11. Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro (1810-1876), um dos mais importantes historiadores brasileiros do Segundo Império.

12. LOPES, L. *Curso de geografia econômica: programa e notas de aula*, 1946 e 1948 (manuscritos).

13. SIMMEL, *apud* LOPES, Lucas. Notas de aula do curso de Geografia Econômica. Manuscrito. Belo Horizonte, 1947.

14. O congresso foi aberto pelo presidente Castelo Branco, com a presença do governador Magalhães Pinto, do ministro Roberto Campos, além de outras autoridades. Do ponto de vista acadêmico havia participantes de várias regiões do Brasil, de representações de instituições internacionais, cabendo destacar a ativa participação do prof. Antônio Delfim Neto, que à época mantinha relações de trabalho com a equipe do BDMG, através da Comissão Interestadual das Bacias do Paraná-Uruguai. Veja *BDMG: Ensaios de Desenvolvimento Regional*, Belo Horizonte, 1965.

15. Como professores de tempo parcial da Face e membros da equipe do BDMG participaram Fernando Reis, Álvaro Santiago e Élcio Costa Couto. Como professores de tempo integral na Face participaram Paulo Roberto Haddad, Carlos Maurício Carvalho Ferreira e José Alberto Magno de Carvalho.

16. Halford John Mackinder (1861-1947), geógrafo e geopolítico inglês.

17. Cabe mencionar que esta é uma concepção entendida como oferta na frente da demanda, introduzida por Schumpeter (in *Bussiness cycle*,1939), ao analisar o papel do sistema ferroviário norte-americano, ou na conceituação de Steindl (*Maturity and stagnation in american capitalism*, Oxford, Blackwell, 1952) sobre o papel da capacidade ociosa planejada, que não eram de conhecimento e uso corrente na literatura brasileira.

18. Em 1954 o governo federal também criou seu Fundo de Eletrificação, o que seria decisivo no financiamento da meta energética do Programa de metas.

19. John Friedman, especialista norte-americano em planejamento, é autor de importantes obras nesse campo, entre elas Planning in the Public Domain.

20. LOPES, R. *Sonho e razão:* Lucas Lopes, o planejador de JK. São Paulo: ART/CEMIG, 2006.

Clélio Campolina Diniz é engenheiro, mestre e doutor em economia. Professor titular do Departamento de Economia e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem mais de cem trabalhos publicados sobre Minas Gerais, economia regional, desenvolvimento econômico, inovação e desenvolvimento. O autor agradece ao dr. Hélio Lopes, irmão de Lucas Lopes, pelo material, pela ajuda, por sua cordialidade e atenção; e ao dr. Rodrigo Lopes, filho de Lucas Lopes, que lhe havia doado, há alguns anos, os manuscritos com o programa e as notas de aula de seu pai.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Heloisa Maria
Murgel Starling

As Minas de João Guimarães Rosa

Na composição do romance *Grande sertão: veredas,* Guimarães Rosa faz o registro detalhado das ruínas, fragmentos, detritos, resíduos de tudo aquilo que o Brasil modernizado pelo desenvolvimentismo de Kubitschek não conseguiu mais aproveitar e a república descartou por improdutivo, supérfluo, inútil.

Amplidão, nação, sertão sem fim
Oh, Manuel, Miguilim
Vamos embora.
Chico Buarque

> Fundar uma nação onde só parece crescer o vazio, criar formas de vida em comum, introduzir a possibilidade do convívio político a partir das margens – esta a tarefa que nos coube, habitantes nesse desvio esconso do mundo ocidental a que se deu o nome de Brasil. Tarefa não apenas nossa. Nos subúrbios latino-americanos onde vivemos – já anotava Jorge Luis Borges, em *Fragmentos de um evangelho apócrifo* –, o gesto de fundação sempre traduziu o dever de inventar uma maneira própria para plantar um marco de pedra num chão onde apenas parece existir areia, deserto e aparente caos.

Na literatura de interpretação do Brasil, a palavra *sertão* traz associado um conceito. Uma palavra torna-se conceito quando a plenitude de um contexto político e social de significado e de experiência no e para o qual essa palavra é usada pode ser nela condensado.[1] No caso da palavra *sertão*, o conceito revela uma maneira peculiar de narrar o projeto sempre problemático da fundação nacional brasileira a partir dos confins, das margens em que se refletem e se cruzam as dúvidas sobre os dilemas da nossa formação histórica e social. E revela igualmente o melhor modo para entender essa figuração equívoca do Brasil, essa paradoxal metáfora de uma república construída longe da *dóxa*, distante daquilo que é comum: um país sem lugar, permanentemente suspenso entre universalismo e particularismo, entre cidade e interior, entre modernidade e arcaísmo, entre autonomia e dependência, entre miséria e abundância, entre república e corrupção, entre desigualdade e democracia, entre Primeiro e Quarto mundos.[2]

Conceito é o concentrado de inúmeros significados substanciais e é precisamente esse concentrado que confere ao conceito – qualquer conceito – sua múltipla carga de significação. Originariamente uma contração do aumentativo *desertão*,[3] muito utilizado na África e na América do Sul, no caso do Brasil, o termo *sertão* carregou consigo, desde o início, uma forte dose de ambigüidade. Durante o século XVIII, serviu para designar as terras do interior, lugar de desvio das povoações, domínio do desconhecido, área de ausência da mineração. Desde então, seu sentido encontra-se articulado por uma dupla rede de significação: de um lado, *sertão* indica o processo de formação de um espaço interno, a perspectiva do interior; de outro, *sertão* traduz a configuração de uma realidade política: a condição do desterro, a ausência de leis, a precariedade dos direitos, a inexistência da ordem.

Em certa medida, a própria formação do nome do Estado brasileiro *Minas Gerais*, por exemplo, é tributária dessa duplicidade de significados: *Minas* é a enfiada de cidades interligadas pelo caminho do ouro e dos diamantes, a região em contato constante com o mar, o mundo da ordem por onde a metrópole portuguesa se transpôs ao interior. Já os *Gerais* são outra coisa: a inexistência do ouro, a ausência de governo, o abismo do desconhecido, o espaço vazio, a fronteira aberta, o potencial de liberdade, o risco da barbárie. Na perspectiva do conceito, os *Gerais* surgem subordinados às *Minas* – é sua oportunidade de expansão. Já nesse caso, *sertão* não significa apenas um ponto extremo do mapa ou a indicação de um espaço geográfico vazio – é, ao mesmo tempo, um condicionante histórico e político de formação do mundo público e uma paisagem fadada a desaparecer.[4]

Grande sertão: Brasil

Não foram poucos os autores que se debruçaram sobre o tema.[5] Mas foi João Guimarães Rosa e seu projeto literário – sempre pronto a apontar para as

possibilidades não concretizadas em um determinado momento da realidade histórica e política brasileira, projeto capitaneado pelo livro *Grande sertão: veredas* – quem expandiu, pela via da imaginação literária, a profunda ambigüidade do conceito *sertão*. Seu projeto tinha vários objetivos. Um deles: facultar ao objeto histórico Brasil atingir sua máxima visibilidade.

Em 1967, numa declaração que glosa o próprio estilo, no prefácio de seu último livro, *Tutaméia*, Guimarães Rosa tratou de definir esse projeto literário. E definiu sua obra não como um espelho cuja materialidade translúcida reproduz e multiplica imagens do mundo humano, mas como um *vão*, um tipo característico de fenda na superfície do real, que indica existir em toda realidade algo mais do que aquilo que chamamos realidade: "o livro pode valer", afirma o prefácio de *Tutaméia*, "pelo muito que nele não deveu caber".[6] Publicado em maio de 1956, o romance *Grande sertão: veredas* traduz uma espécie de síntese desse projeto literário fundado no coração do mito, no impulso ficcional de inscrever no cotidiano dos homens as possibilidades ainda latentes de uma determinada realidade, convidando-os a imaginar que as coisas no mundo poderiam ser diferentes do que realmente são.

Nesse convite à imaginação do possível ou, para usar os termos do próprio Guimarães Rosa, nesse esforço para extrair no horizonte do real "o que aqui se quer tirar: o leite que a vaca não prometeu",[7] as fronteiras do fazer literário recuperam um ponto essencial da articulação entre história, política e ficção; e recuperam-no poeticamente, vale dizer, retomando o princípio que orientava a tarefa do poeta grego arcaico: conferir fama imortal às palavras e às façanhas humanas, transmitindo-a de geração a geração e obtendo para isso, tal como ocorria com os adivinhos e com os profetas, acesso às partes do tempo inacessíveis aos demais homens – o que existiu no passado, o que ainda não chegou a existir.[8]

Emerso desse território característico onde literatura, política e história encontram suas raízes comuns, *Grande sertão: veredas* também pode ser entendido, entre várias outras possibilidades de leitura, como a extraordinária tentativa de iluminar uma visão do Brasil e convertê-la em palavras, por meio da contemplação de um mundo arcaico, longínquo, fechado sobre si mesmo, supostamente imóvel e mítico – o sertão. Como conseqüência, o núcleo central do romance consegue realizar um duplo trabalho de articulação entre a imaginação literária e a imaginação histórica e política brasileira: por um lado, busca recriar, literariamente, os pontos de tensão e de ancoragem entre uma configuração histórica muito bem determinada – as relações sociais e de poder estabelecidas ao longo dos primeiros cinqüenta anos da história republicana do país – e os projetos de modernização e de consolidação política da nação brasileira. Por outro lado, contudo, *Grande sertão: veredas* também trata de refletir sobre as condições de transformação dessa nação – isto é, dessa comunidade territorial, lingüística, étnica ou religiosa – numa *república*.[9] Mais incisivo do que isso, talvez, em *Grande sertão: veredas* o acento republicano insiste em sublinhar tanto a natureza política dessa comunidade e de sua vida pública quanto a necessidade de agregar seus membros à condição própria de *cidadãos*, tendo em vista o bem, os direitos e os interesses comuns – e, nesse caso, o acento republicano da obra nos remete, no fundamental, à sua significação de coisa pública, de esfera dos interesses comuns, do bem comum.

Brasil de mil-e-tantas misérias

Quando Guimarães Rosa publicou *Grande sertão: veredas*, em maio de 1956, Juscelino Kubitschek, recém-empossado na Presidência da República, tratava de oferecer concretude ao seu próprio projeto político para o país: inventar cidades voltadas para o futuro,

capazes de representar um esforço de afirmação da nacionalidade, um desejo de integração do interior ao centro, do Brasil ao mundo, da tradição ao moderno. Evidentemente, a tradução mais completa desse projeto é Brasília. A capital inaugurada em 21 de abril de 1960 era parte de um programa ainda maior: JK sonhava construir, no país, as bases de uma sociedade mais avançada, comprometida com um amplo programa modernizador e, portanto, disposta a produzir os mecanismos de integração dos brasileiros ao mundo moderno – embora também seja possível dizer, quarenta e dois anos passados, que Brasília manteve seus palácios, como queriam Kubitschek e Niemeyer, "suspensos, leves e brancos, nas noites sem fim do Planalto", mas tornou o poder mais asséptico, mais isolado, mais arrogante, transformou-se numa cidade onde os governantes do país correm o risco de perder o contato com sua população e passam a viver num mundo tecido da própria alienação.[10]

Para revestir o sonho de Kubitschek de solidez, o ano de 1956 marcou, também, o lançamento do mais ambicioso programa de modernização já apresentado ao país – o *Programa de metas*. O conteúdo mais característico desse programa vinha da crença inabalável de Kubitschek na fórmula quase mágica do *desenvolvimentismo* como principal derivação da normativa modernista.

Com sua fórmula, JK acreditava-se capaz de fazer brotar no Brasil e, no cenário latino-americano, uma sociedade industrial, urbana, enraizada na promessa de uma cidade perfeitamente moderna. Não ficou na intenção. O termo *desenvolvimento* traduz o esforço de superação da dualidade básica da economia brasileira. Na prática, isso significava dizer pelo menos três coisas sobre o Brasil: em primeiro lugar, as relações de produção, incrustadas na estrutura da sociedade e da economia dos países latino-americanos, conduziram o país a uma dualidade básica, defasada e dependente com as sociedades mais avançadas; em segundo lugar, essa dualidade podia ser definida em termos de pólos – tradicional/moderno e centro/periferia; em terceiro, essa era uma dualidade que se devia resolver pela via da industrialização e da urbanização.[11]

Nos termos definidos pelo projeto de Kubitschek, no *Programa de metas*, desenvolvimento era entendido, sem dúvida, como industrialização; mas era, também, muito mais do que isso: significava o mecanismo mediante o qual o Brasil iria realizar sua revolução capitalista.[12] Por essa razão, no contexto de realização da passagem de uma sociedade tradicional como a brasileira para uma sociedade moderna, o projeto desenvolvimentista de JK também elegeu um personagem importante para a construção do pressuposto de que a dualidade seria superada pela industrialização: os camponeses. Em torno da definição de um mundo rural sempre apresentado como tradicional e, portanto, pré-capitalista, as condições de transição dessa sociedade só poderiam ser garantidas de duas maneiras: de um lado, pelo deslocamento de populações da área rural; de outro, por benefícios do desenvolvimento capazes de absorver essas populações na cidade – parteira e inventora de uma sociedade moderna.

Havia quem pensasse diferente. Ainda em 1956, a narrativa literária de Guimarães Rosa tratou de introduzir uma dúvida radical sobre os procedimentos e os rumos desse moderno ambíguo, capaz de produzir um mecanismo profundamente perverso no interior do qual o fortalecimento das cidades desagregava o sertão e seu universo de continuadas deformações sem, contudo, substituí-lo por uma expansão do ideal de cidadania. Talvez ele tenha ido um pouco mais longe. Na composição do romance, Guimarães Rosa faz o registro detalhado das ruínas, fragmentos, detritos, resíduos de tudo aquilo que o Brasil modernizado pelo *desenvolvimentismo* de Kubitschek não conseguiu mais aproveitar e a república descartou por improdutivo,

População de uma fazenda no sertão. Jatobá, 1912. In: THIELSEN, Eduardo Vilela *et al. A ciência a caminho da roça*: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa Oswaldo Cruz, 1991.

supérfluo, inútil: a massa compacta de vaqueiros, tropeiros, jagunços, garimpeiros, romeiros, roceiros, caipiras, prostitutas, índios, velhos, mendigos, loucos, doentes, aleijados, idiotas – uma gente que não vai a parte alguma, ninguém os reivindica, não são ninguém. Apenas uma multidão de depauperados e miseráveis deslocando-se, sem parar, saindo do sertão, no rumo das grandes cidades, que simbolizam sua última chance de escape de um mundo de necessidades e carências absurdas – para descobrirem, ao fim e ao cabo, a completa inutilidade desse deslocamento.

Contudo, a narrativa de *Grande sertão: veredas* não fez somente o inventário do que a república definiu como farrapo e lixo e tornou-se, portanto, incompatível com os procedimentos da modernização brasileira; ela usou desse material aparentemente inútil para indicar que ocorreu uma ruptura no mundo público capaz de transformar o sertão em uma condição particular de desterro – condição esta produzida pela república brasileira no interior do próprio país. Mais do que isso. A permanência dessa nova e absurda modalidade de desterro conformou o trágico destino dos brasileiros *párias*[13] – uma gente anônima e insignificante, simples e obscura, movimentando-se, precariamente, no vazio da nação, à mercê de uma república que não os reivindica nunca. E que ainda hoje continua se equilibrando nos subúrbios do moderno, sem acesso aos bens, às leis, a um catálogo mínimo de direitos, ao mundo político da república:

> E de repente aqueles homens podiam ser montão, montoeira, aos milhares, mis e centos milhentos, vinham se desentocando e formando, do brenhal, enchiam os caminhos todos, tomavam conta das cidades. Como é que iam saber ter poder de serem bons, com regra e conformidade, mesmo se quisessem ser? Nem achavam capacidade disso. Haviam de querer usufruir depressa de todas as coisas boas que vissem, haviam de uivar e desatinar. Ah, e bebiam, seguro que bebiam as cachaças inteirinhas da Januária. E pegavam as mulheres, e puxavam para as ruas, com pouco nem se tinha mais ruas, nem roupinha de meninos, nem casas. Era preciso de poder mandar tocar depressa os sinos das igrejas, urgência implorando de Deus o socorro. E adiantava? Onde é que os moradores iam achar grotas e fundos para se esconderem – Deus me diga?[14]

Ao constatar a ausência de esperança de incorporação política na concretização do destino dessa gente, o projeto literário de Guimarães Rosa, de certo modo, explorou a suposição de que o processo de modernização da nossa sociedade, iniciado ainda no final do século XIX, é inexorável, mas seu resultado enquanto modo específico de fazer a experiência da vida política é fortemente ambíguo: “Aqui é cidade, diz-se que um pode puxar pelos seus direitos”, afirmava o capiau José de Tal, também conhecido como Zé Centeralfe. E insistia: “Sou pobre, no particular. Mas eu quero é a lei”.[15]

Zé Centeralfe é personagem do conto “Fatalidade”, publicado em *Primeiras estórias*, um livro que parece ter sido organizado em torno do aparecimento de sinais expressos de enfrentamento do sertão com as experiências de despersonalização civil e de ordenação abstrata provocadas pelo processo de urbanização.[16] Perante a lei que falta, lei excessivamente remota, postada além do alcance das vistas de Zé Centeralfe e sua gente – e, simultaneamente, também postada além dos olhos de nossa sociabilidade urbana –, é forçoso reconhecer que todos fazem o que podem e fazem a lei como podem. Por conseqüência, insistiria Guimarães Rosa, ordem e transgressão, lícitos e ilícitos se confundem no mesmo fundo arcaico de violência e força prepotente, na mesma ocupação desordenada de espaço urbano e rural, na mesma desigualdade social

ancestral que costuma ser atenuada ou adocicada, ilusoriamente, com formas modernas, na aparência, harmônicas, de mando e de obediência.

Ao contrário do que supunham os procedimentos da modernização brasileira, na opinião de Guimarães Rosa não havia nada de previsível na entrada do pária no mundo da cidade transformando-se, enfim, num cidadão. Mais do que isso, talvez, existem alguns desdobramentos importantes para a constatação de Zé Centeralfe sobre a extrema dificuldade encontrada pela república no Brasil em submeter toda a sociedade ao fundamento da lei republicana, vale dizer, ao estabelecimento, por consentimento comum, de uma vontade não arbitrária que se aplica a todos os brasileiros e, nessa aplicação, os torna completamente livres. De fato, com essa constatação, Guimarães Rosa, por um lado, tratou de orientar, no interior de seu projeto literário, o deslocamento do tema das virtudes essenciais da vida cívica, tema muito forte em *Grande sertão: veredas* e recorrente no argumento de personagens como Medeiro Vaz ou Joca Ramiro, para o reconhecimento da necessidade da lei como fundamento moderno da idéia de república.

Por outro lado, porém, ao constatar qual é a lei que falta e quais são as possibilidades de contenção de uma força que nenhuma norma parece limitar, Guimarães Rosa também atualizou literariamente a figura fundadora do desterrado[17] – e fez isso talvez para tentar compreender por que razão a nacionalidade da idéia de *pátria*, para o caso brasileiro, em geral só pode ser caracterizada pela incompletude, pela não-pertinência, pela carência. Dito de outro modo: no Brasil – esse "outro Ocidente" –, o contexto republicano da idéia de pátria é sempre estranho à sua possibilidade de realização histórica.

Ao mergulhar no fundo do Brasil, no instante da queda, para escutar seu lamento, Guimarães Rosa encontrou *catrumanos* – moradores do Brasil, um "país de mil-e-tantas-misérias", como ele mesmo dizia. Talvez concordasse em também chamá-los por párias: perderam de alguma forma, nesse vaivém entre uma identidade coletiva de exilados nos subúrbios da modernidade e uma ausência de identidade, as qualidades que poderiam vinculá-los ao mundo de seus semelhantes e se encontraram, portanto, reduzidos à nudez abstrata de sua humanidade. No sertão, completaria talvez ainda Guimarães Rosa, a república esqueceu-se de realizar seu ideal *plebeísta*,[18] esqueceu-se do desejo muito humano e essencialmente político de estender a todos os seus membros a oportunidade do exercício da cidadania.

João Guimarães Rosa (Cordisburgo, MG, 1908 – Rio de Janeiro, RJ, 1967). Autor desconhecido, s/local e data. Acervo Museu Casa Guimarães Rosa, Cordisburgo, MG.

Sertão: o sem-lugar

Terra de párias e de desterrados, por maior que seja, sertão é o que não se vê. Ou, no argumento do próprio Guimarães Rosa: "Sertão é o sem-lugar que dobra sempre mais para adiante, territórios". [19] De fato, sertão é dobra: nem um nem outro, mas o que se dá entre; não vai a lugar nenhum, refaz-se sempre no meio do caminho.[20] Logo no início da narrativa de *Grande sertão: veredas*, o jagunço Riobaldo Tatarana afirma convicto: "Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade". [21] Um mundo onde todas as coisas ainda estão por fazer, e seu avesso, o lugar do desterro de Zé Centeralfe e de sua gente, a terra onde os *catrumanos* vivem sua ruína, a república em que uma grande oportunidade se perdeu irremediavelmente.

Um "sem-lugar" – *à-topos*; sertão é, também, a evocação de uma utopia. Nem só sonho nem apenas irrealidade ou fantasia, a utopia tem provavelmente o estatuto de ficção e aponta para aquilo que Walter Benjamin dizia estar entre o gesto de euforia do vencedor e o lamento do vencido: o que poderia ter ocorrido, o que ainda não chegou a existir.[22] Projeção renitente de um entendimento preciso sobre a virtude política da esperança – definida, nesse caso, como a tensão para algo que ainda não aconteceu, algo que permanece na categoria do *ainda não consciente*[23] –, a utopia só pode existir de fato como proposta na imaginação dos homens e tem a delicada função de fazer estalar os limites da realidade, atualizando, a cada momento, a busca insofrida da felicidade humana.

Tal como acontece com as utopias, as histórias de Guimarães Rosa são também, já dizia Riobaldo Tatarana, histórias de impossíveis, cenas de resistência e de contestação, bruscas irrupções de isonomia política, aparições imprevistas da liberdade – são histórias de amor e de guerra, de Diadorim e de Paredão. Desse ponto de vista, são peças míticas: funcionam, na realidade, como palavras que nomeiam a origem. Mas transitam também e simultaneamente na história, no arquétipo, na lenda. Por essa razão, servem, além disso, de alimento para a imaginação política, são histórias que permitem ainda uma vez criar e recriar – num Brasil hipnotizado pelo desejo de modernização, onde levas de migrantes da zona rural formaram, a duras penas e a um preço pessoal altíssimo, uma população predominantemente urbana e irremediavelmente moderna – o sentido e o significado da idéia de sertão.

Nesse caso, cabe arriscar. Quem sabe, então, dentro do projeto literário de Guimarães Rosa talvez sobreviva, ainda hoje, uma proposta arrojada para se pensar o país. Uma proposta que se desdobra estrategicamente na linguagem, lugar em que se resolvem os grandes conteúdos de sua obra, segue para além da lógica habitual e produz o encontro entre a imaginação literária brasileira e uma pátria de formato político invariavelmente instável e incerto, onde os ideais normativos da república ainda estão sempre por fazer-se e a modernidade parece surgir da tensão sem resolução entre o mais moderno, o mais arcaico e seus destroços.

É bem verdade que se trata de uma proposta literária para um país encharcado de ficção: nesse enredo problemático chamado Brasil, algo permanece sem lugar, *à-topos*, exilado numa encruzilhada diabólica e, exatamente por isso, contendo todos os lugares, todas as ausências, tudo aquilo que ainda pode *vir a ser.* Como uma dobra: o fundo arcaico do mundo rural projetado sobre uma sociedade primitiva que vive longe do espaço urbano e o que é aparentemente seu avesso, uma cidade brasileira qualquer e todas as outras cidades do país, a que se deixou perder de seus princípios civis e a que já é apenas degradação de seus lugares públicos, a cidade concebida para expressar

a modernização e o migrante miserável que fixou seu perfil. Algo que se mantém suspenso por entre as margens em que se divisa a esperança e o abandono de nosso país e permanece *à-topos*, embora continue enunciado em *Grande sertão: veredas*, pela voz do jagunço Riobaldo Tatarana.

"Sertão: estes seus vazios. O senhor vá.
Alguma coisa, ainda encontra."

Notas |

1. A esse respeito, ver: KOSSELECK, R. *Future past*: on the semantics of historical time. Cambridge; Londres: The MIT Press, 1985.

2. Ver, por exemplo: FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *Um lugar do tamanho do mundo.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica*: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Editora UFG, 1997; LIMA, Nísia T. *Um sertão chamado Brasil*: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1998.

3. BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1977.

4. Ver, por exemplo: COUTO, José V. Memória sobre as Minas da capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 10, n. 111, 1904; ESPINDOLA, Haruf S. *Sertão do rio Doce*. Bauru: Edusc/ Editora Univale/Instituto Terra, 2005.

5. Ver, sobretudo: CUNHA, Euclides da. Os sertões. In: ____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. Ver também: CUNHA, Euclides da. À margem da história. In: _____. *Obras completas*; CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*: reunião dos ensaios amazônicos. Petrópolis: Vozes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

6. ROSA, João Guimarães. Tutaméia: terceiras estórias. In: _____. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 2, p. 526.

7. ROSA. Tutaméia, p. 519.

8. Para essa dupla visão comum ao aedo, ao adivinho e ao profeta, ver: VERNANT, Jean Pierre. *Mythe et pensée chez les grecs*. Paris: Maspéro, 1965.

9. Sobre as condições políticas para essa transformação, ver, por exemplo: VIROLI, Maurizio. *Per amore della patria*: patriotismo e nazionalismo nella storia. Milano: Laterza, 2001; NUSSBAUM, Martha *et al*. *Piccole patrie, grande mondo*. Roma: Reset & Donzelli, 1995.

10. Para Brasília, ver, por exemplo: GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília*: cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005; HOLSTON, James. *A cidade modernista*: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Anos JK*: margens da modernidade. São Paulo: Imprensa Oficial; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.

11. Para o projeto desenvolvimentista, ver, por exemplo: GUIMARÃES, Juarez. A longa viagem do nacional-desenvolvimentismo. In: _____. *A esperança equilibrista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004; ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006; NEVES, Lucilia de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: _____. Jorge Ferreira (Org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

12. Para *Programa de metas*, ver, por exemplo: BENEVIDES, Maria Victória de M. *O governo Kubitschek*. São Paulo: Paz e Terra, 1979; GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

13. Para o conceito de paria, ver especialmente: ARENDT, Hannah. *La tradition cachée*: le juif comme paria. Paris: Éditions 10/18, 1987.

14. ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. In: _____. *Ficção completa*, v. 1, p. 526.

15. ROSA, João Guimarães. Primeiras estórias. In: _____. *Ficção completa*, v. 2, p. 431.

16. A esse respeito, ver: WISNIK, José Miguel. O famigerado. In: _____. *Sem receita*: ensaios e canções. São Paulo: Publifolha, 2004.

17. Para formação desse *topos*, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Para a imaginação literária brasileira ver, por exemplo: MENESES, Adélia Bezerra de. As canções de exílio. In: BOSI, V. (Org.). *O poema*: leitores e leituras. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

18. Para o plebeísmo, ver, por exemplo: ARAUJO, Cícero. República e democracia. *Lua Nova*, n. 51, 2000.

19. ROSA, João Guimarães. No Urubuquaquá, no Pinhém. In: _____. *Ficção completa*, v. 1, p. 697.

20. DELEUZE, Giles. *Le pli.* Leibniz et le baroque. Paris: Minuit, 1988. Ver, também: FINAZZI-AGRÒ, Ettore. A cidade e o deserto; (des) caminhos urbanos no Grande sertão. *Brasil Brazil*, n. 11, 1998; BÖLLE, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2004.

21. ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. In: _____. *Ficção completa*, v. 1, p. 7.

22. Para utopia, ver: ABANSOUR, Miguel. *O novo espírito utópico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990; BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1.

23. BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Editora UERJ/Contraponto, 2005. v. 1. Para a esperança como expectativa política positiva de um bem futuro, ver especialmente: HOBBES, Thomas. Elements of law. In: _____. *Body, man and citizen*. Londres: Collier, 1967. Para a esperança como vício do mundo da política, ver especialmente: ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. In: _____. *Rousseau*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Heloisa Maria Murgel Starling é professora de história das idéias do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); coordenadora do *Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória* da UFMG; pesquisadora do Centro de Referência do Interesse Público (UFMG); e vice-reitora da instituição. Autora, entre outros livros, de *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande sertão: veredas*.

Revista do Arquivo Público Mineiro | Dossiê

Helena Maria
Bousquet Bomeny

Proezas de um quixote republicano

Este texto pretende expor a construção do projeto republicano personificado por Darcy Ribeiro, assinalando o lugar da educação nesse programa de vida e as intricadas conexões que suas idéias implicaram, bem como sua permanência no debate público.

> Darcy Ribeiro nasce de uma mãe educadora em Montes Claros, Minas Gerais, no dia 26 de outubro de 1922, ano simbólico do modernismo no Brasil e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Da pequena cidade vai a Belo Horizonte, em 1939, para iniciar seus estudos universitários. Foi estudante de medicina para agradar à mãe, mas o que o excitava era outro campo de pensamento. Engels lhe chegara pelas mãos de Francisco Campos, em pleno Estado Novo, nas levas de importação que o jurista fazia em seu afã de conhecimento e erudição. Aos vinte anos, conhece um "livro sobre teoria da cultura" pelas mãos de "Chico Ciência", apelido que os mineiros deram ao jurista erudito de Minas Gerais.

O tempo de Belo Horizonte, a primeira capital filha da república, foi o que permitiu seu envolvimento cada vez maior com a sabedoria e a militância. Explodia ali, pelos idos de 1930, um embate intelectual entre comunistas e integralistas, dividindo campos e criando fissuras. Em seu livro autobiográfico, Darcy chega a admitir que fora cortejado por ambos. "Não sei por que não fui integralista, eu gostava do discurso integralista, que era nacionalista, eu gostava dos livros que eles davam para a gente. Mas optei pelos comunistas, eu li uma biografia do Jorge Amado e, por alguma razão, me identifiquei com os comunistas."[1] Escapou da erudição vadia, traço da intelectualidade mineira. "Eu fugi da dispersão mineira assim." Os mineiros – continua ele – lêem tudo, Sócrates, Kant, Marx, todos. Lêem por curiosidade intelectual: "[...] pode ser que [o mineiro] chegue a ter uma certa ilustração sobre o pensamento, mas nunca chega a ter um pensamento".[2]

A partir desta introdução, anuncio uma conexão que parece fazer sentido nessa trama de Darcy com o republicanismo mineiro. Em pesquisa sobre o universo de valores atribuídos aos mineiros e a relação entre tais orientações, a modernidade e a formulação de políticas de educação e cultura do pós-1930, concentrei-me na versão da mineiridade que havia alçado à política nacional. Os intelectuais que deixaram Minas e seguiram para o Rio de Janeiro com o então jovem Gustavo Capanema, e com ele compuseram a "Constelação Capanema" que gravitou em torno do Ministério da Educação e Saúde, provavelmente não subscrevessem o comentário de Darcy no parágrafo anterior. Minha sugestão é de que Darcy Ribeiro perfilou um tipo que não chegou à política nacional. João Pinheiro da Silva (1860-1908), com seu espírito empresarial, pragmático, sua aversão ao intelectualismo, sua crítica à condução política feita pela elite tradicional e sua defesa contundente da universalização da educação, sobretudo a educação técnica, como condição de desenvolvimento da nação republicana, conformou um tipo de liderança mais próxima ao que Darcy acabou promovendo ou provocando nos debates nacionais.

Paralelos

O comunismo afastara Darcy do puro diletantismo intelectual; a ação empresarial produzira efeito semelhante em João Pinheiro. Em mais um ponto essa conexão parece fazer sentido: a aproximação com São Paulo do final do século XIX, presente na ação política de João Pinheiro, e a experiência de formação como cientista social, pelos idos de 1940, no caso de Darcy. A convite de Donald Pierson, que lhe ofereceu uma bolsa de estudos, Darcy se matricula na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, por onde se graduou em 1946 com especialização em etnologia.

O antiintelectualismo de Darcy se coaduna com o antibacharelismo de João Pinheiro. industrial formado em direito, professor de direito das gentes, diplomacia e história dos tratados no curso de Ciências Sociais da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro pretendeu impregnar a educação do

ethos empresarial, transformando-a em educação para o trabalho. A mescla encontraria seu ponto máximo de interseção quando o empresário assumiu as funções de governo e liderou o projeto educacional para o Estado. Naquele momento, intercalaram-se a atividade empresarial, a formação intelectual como bacharel de direito e o homem público na chefia do governo de Minas Gerais, em 1906.[3]

Os estudiosos de João Pinheiro são unânimes quando se referem à inspiração positivista que o norteou. Acrescentam, porém, que, mais do que com os positivistas, o líder político se afinava com o "espírito positivo", cuja tradução, em termos de comportamento, seria o sentido da realidade concreta, a afeição pelo empiricamente observável, certa intolerância com as firulas da retórica parlamentar em torno de idéias "desencarnadas das coisas". O enciclopedismo, o intelectualismo, a erudição livresca integram uma família à qual João Pinheiro dirigia olhar de incontida desconfiança, acompanhado de reações de impaciência extremada.

A passagem do político de Caeté pela área educacional deixou a marca da dimensão pragmática no ensino, em afinada coerência com a dimensão positivista que associa progresso a instrução. A João Pinheiro seria reservado o papel histórico de reestruturar o ensino público em Minas Gerais, com uma distinção que o notabilizou: o ideal educativo não se vinculava à ilustração ornamental, mas a uma perspectiva eminentemente prática:

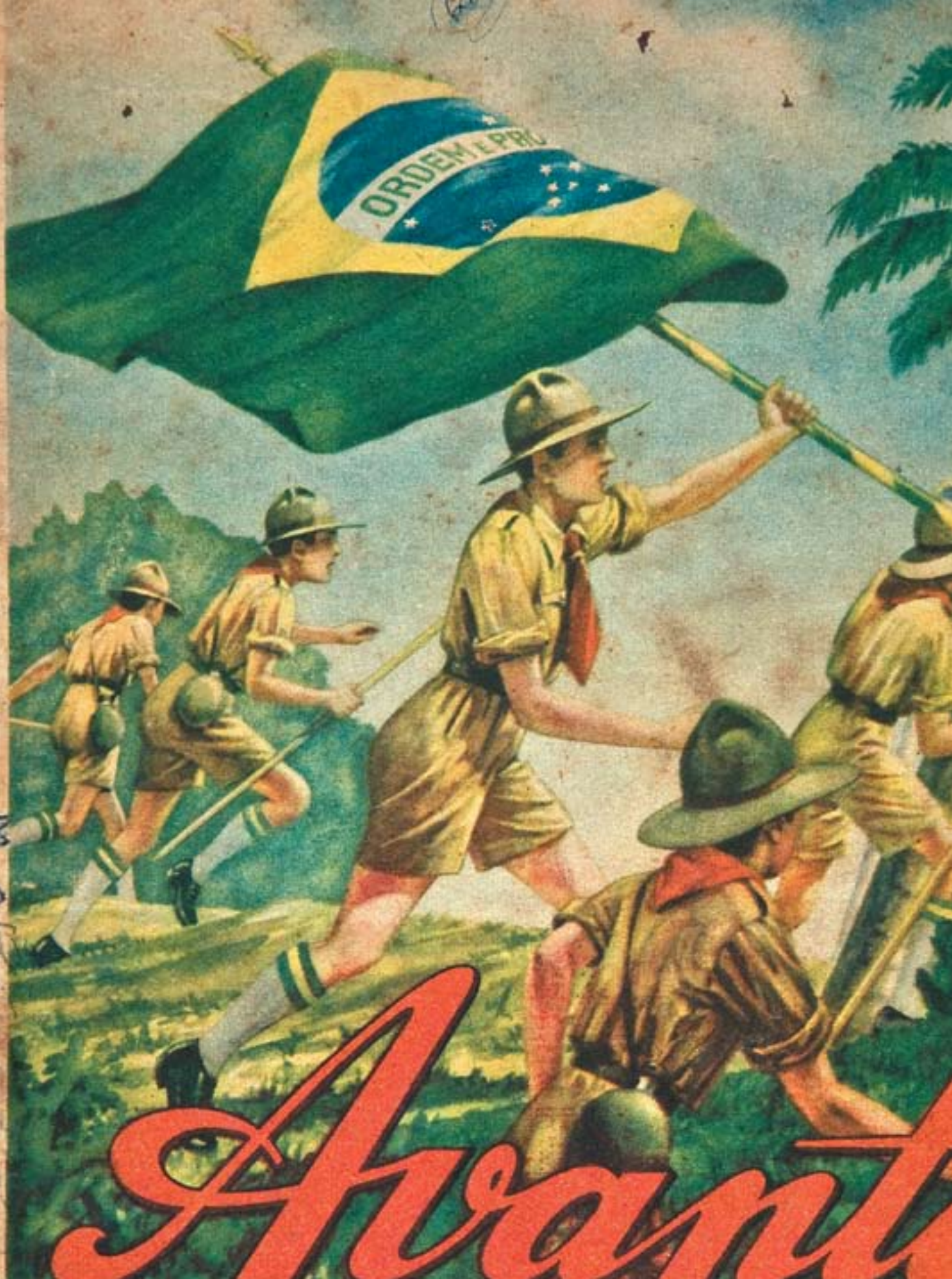
> Foi longo o nosso sofrimento, longo e pesado. A maldição do trabalho escravo nos legou este quinhão de dores que a geração atual está sofrendo, como todas as que vivem em época de transição.[4]

A tardia abolição da escravatura (o último país a libertar escravos, repetia Darcy Ribeiro inúmeras vezes, engatando mais um elo na cadeia de aproximação entre ambos aqui sugerida) provocou outro equívoco, apontado por João Pinheiro: a substituição do trabalhador nacional por imigrantes. Ali a república começava mal. Dizia a seus filhos que os deixaria ao relento. E os imigrantes que vinham nem tão mais educados assim eram. Necessitavam igualmente de educação básica. Educação que aos brasileiros deveria ser oferecida como condição para o florescimento do mercado, da prosperidade, do trabalho e da nova divisão social das ocupações.

A mancha era oriunda dos três séculos de escravidão, e a cura viria com educação em massa e aprimoramento pelo trabalho. Nem Darcy nem João Pinheiro atribuíram ao povo a responsabilidade pelo fracasso. As elites governavam mal. Os intelectuais formulavam mal, distanciados do mundo concreto, desconectados da realidade nacional, das necessidades e das urgências imediatas. E, por fim, em ambos, o modelo norte-americano seria inspirador: abertamente no caso de João Pinheiro, sobretudo no programa de defesa da pequena propriedade e no incentivo à produção agrícola diversificada; em Darcy no abraço definitivo aos ideais da educação pública e gratuita, tal como defendida por seu ideólogo e mestre, Anísio Teixeira (1900-1971). O positivismo de João Pinheiro talvez se encontrasse com o materialismo evolucionista de Darcy Ribeiro, mas em ambos as pontas se tocam no pragmatismo, na aversão à burocracia e no imediatismo como traços da ação política.

Influências

Em São Paulo, Darcy se aproxima dos professores estrangeiros, registrando especialmente os benefícios recolhidos com a leitura dos romances e os estudos brasileiros que tinha de fazer, na condição de bolsista, valendo-se de uma bibliografia crítica da literatura e da


ORDEM E PRO
Avant

Capa do caderno *Avante*, de uso corrente nas escolas brasileiras a partir da década de 1940, com imagem de forte apelo nacionalista. 22,3 x 15,5 cm. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – Acervo Museu da Escola – ME 01234/04.

ensaística brasileira de interesse sociológico. Começa ali, portanto, naquele ambiente intelectual, a afeição por certa matriz sociológica norte-americana, particularmente a que se originou na Escola de Chicago. A experiência na Escola Livre de Sociologia ultrapassa o contato com o sociólogo norte-americano Donald Pierson. Herbert Baldus, "poeta prussiano e etnólogo apaixonado de nossos índios", e Sergio Buarque de Holanda, que desperta nele o interesse pelo Brasil, são exemplos de intelectuais que deixaram marca na trajetória acadêmica e intelectual de Darcy Ribeiro.

O estudante viajou pela história do Brasil na erudição de Sergio Buarque e estendeu a convivência até o ambiente da própria casa dos Holandas. Darcy se esbaldava com a qualidade e pluralidade intelectuais daquela escola e guardou dela a melhor avaliação. Minas ia ficando para trás com sua "tacanhice". Antes que fosse capturado pelo endeusamento à escola, Darcy escaparia pela vereda da militância. Foi salvo da técnica moderna de manuseio da erudição arcaica, alienadora como o simples arcaísmo mineiro, graças ao Partidão. "Apesar de todo o dogmatismo stalinista que imperava então, os comunistas atiçaram meu fervor utópico, fazendo ver a realidade brasileira como a base de um projeto de criação de uma sociedade solidária".[5] Um comunismo sentimental, talvez fosse mais próprio dizer.

Da Escola Livre, Darcy Ribeiro guardou mais que lembranças. Armazenou não apenas o acervo que foi cultivando ao longo da vida, mas também a marca de um confronto que nunca pôde resolver entre a atividade acadêmica e a militância. Caminhos suspeitos para ambas as adesões que supunha natural: os comunistas cobrando-lhe ação; a academia exigindo-lhe rigor e isenção. "Na minha ingênua visão, entretanto, os dois caminhos estavam abertos e ambos eram fascinantes".[6] Afinal, o Partido Comunista capturou-o, definitivamente, pelo fato de fazer "de cada membro um herdeiro responsável pelo destino humano".[7] Darcy mantinha com ele essa chama acesa ainda nos tempos de Belo Horizonte.

O método da observação direta em que tinha sido formado o habilitaria tanto para a antropologia quanto para a sociologia. E foi por certa casualidade que abraçou os estudos indígenas. Por indicação de Baldus a Rondon, acaba empregado no Conselho de Proteção aos Índios e Serviço de Proteção aos Índios, que funcionavam juntos. Ele próprio registra: "Fiz minha profissão de fé baldusiana da antropologia interessada nos índios como pessoas, solidária. Saí contratado".[8] Movido pela "profissão de fé baldusiana", Darcy adentra o interior do país, enquanto João Pinheiro chega ao interior do Brasil por outra vereda. É a agricultura que o referencia. Pinheiro entendia que ali estava a fonte que deveria ser aprimorada no projeto republicano. O interior brasileiro de Darcy lhe foi aberto no contato com os índios: um experimento que alterou completa e definitivamente sua forma de ver o Brasil e tratar as questões brasileiras.

Herbert Baldus foi quem o iniciou no artesanato científico de estudar a natureza humana pela observação dos modos de ser, de viver e de pensar dos índios do Brasil. O menino destinado a ser fazendeiro no Norte de Minas abraçava um ideal de compreender e enfrentar o dilema brasileiro do mais longínquo interior.

> Ninguém de minha geração, de minha classe, do meu tipo de formação fazia nada parecido. Não havia nem mesmo nome para designar minha função. O mais próximo seria "naturalista", aplicado a botânicos, zoólogos, geólogos que se metiam mato adentro à frente de expedições científicas [...].[9]

A mudança de rumo com relação à causa indígena também recebeu de Darcy uma justificativa política. Deixa os estudos acadêmicos, antes interesse dos antropólogos do que propriamente seus objetos de

estudo, e passa a ser um "combatente da causa indígena". Sai da postura do etnólogo que busca o índio como quem vai ao primitivo, afasta-se do intelectualismo abstrato e politiza o indigenismo como questão nacional. Dessa politização resultou sua participação ativa na montagem do Museu do Índio, que nasce de uma seção de estudos do Serviço de Proteção aos Índios e do Conselho dos Índios. Um museu criado para apresentar os índios à sociedade sem os preconceitos disseminados no país a respeito deles. Nele, o contato direto com fotos e imagens da vida cotidiana dos indígenas teria efeito pedagógico sobre os visitantes, convidados a olhar a cultura indígena como parte do acervo brasileiro, próxima de outras formas culturais valorizadas.

O final dessa grande empreitada foi indigesto: conflito com o Serviço de Proteção aos Índios pela excessiva formalização burocrática que impunha limites à ação de Darcy; conflito aberto com a comunidade de antropólogos pela sua mudança de atitude frente à academia. Iniciava-se ali a exposição pública do personagem polêmico em que se foi convertendo Darcy Ribeiro. O início da década de 1950 já vai anunciando as muitas discordâncias de Darcy com seus pares e com as instituições. É quando encontra Anísio Teixeira. A partir do contato com o educador, reescreve sua agenda pública republicana: militar pela causa da educação no Brasil, salvar o Brasil pela universalização da educação. Estender às crianças os direitos fundamentais de comunicação com o mundo: escrita, aritmética, noções práticas de convívio cultural. A grande missão se consubstancia no que deveria ser o projeto republicano: garantir os benefícios do conhecimento à população brasileira em idade escolar.

Veredas intricadas

Foi pela aproximação com Anísio que Darcy se envolveu institucionalmente em muitos empreendimentos de política educacional. Não foi um encontro fácil, a despeito da paixão mútua, tal como descrita por Darcy. Duas personalidades fortes, públicas, uniram-se no ideário da escola republicana, que representava para Darcy Ribeiro a encarnação do povo em seu projeto missionário de "salvar o Brasil". Pelo americanismo anisiano, Darcy fortalece sua convicção política de ser possível tornar universal um direito que era de poucos. Anísio Teixeira havia pago uma conta alta pela defesa desse ideal durante o regime de Vargas. Era o preço cobrado ao individualismo como ideal numa atmosfera corporativista e autoritária como a que marcou o Estado Novo.

A associação definitiva de Darcy com a educação nasce desse encontro que só a morte, em 1997, silenciará. Contribuiu para isso a atuação no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), criado por Anísio Teixeira quando este dirigia o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), ao lado de figuras como Fernando de Azevedo, Thales de Azevedo, Gilberto Freyre e Abgar Renault, mas, sobretudo, a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1959, e a campanha da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961.

A LDB se constituiu em arena onde se digladiaram lideranças de dois campos de luta: um identificado com os defensores intransigentes da escola pública, leiga e gratuita; outro emblematizado pelo que ficou ideologicamente associado com o privatismo. Anísio Teixeira e seu grupo, de um lado; Carlos Lacerda e Dom Helder Câmara, de outro. O vigor dos tempos de Capanema ressurgia, uma vez mais, no final de 1950 e início dos anos 1960. E não faltou a participação da Igreja Católica para fortalecer a lembrança de outros tempos. A Igreja não poupou esforços nem economizou procedimentos, nos anos 1930, para preservar seu espaço de orientação doutrinária na definição das matrizes educacionais, como também para resguardar o patrimônio que constituíra por meio da rede privada de ensino.

Do campo da educação, Darcy Ribeiro não mais sairia. É por esse viés que entra na política nacional, mediado por políticos mineiros. Cyro dos Anjos teria conseguido dele o compromisso de escrever sobre a educação nas mensagens presidenciais de Juscelino Kubitschek. Por meio de decreto presidencial, foi designado, em 1959, ao lado de outros pesquisadores, para planejar a Universidade de Brasília. Em agosto de 1961, o cenário político brasileiro se inflama com a renúncia do presidente Jânio Quadros. A posse do vice-presidente João Goulart foi alvo de intenso debate no país. As estreitas ligações de Goulart com o trabalhismo aqueciam as suspeitas de diversos setores do governo e das Forças Armadas. Vetado pelos três ministros militares de Jânio – o marechal Odílio Denis, da Guerra, o almirante Silvio Heck, da Marinha, e o brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica –, Goulart acabou sendo empossado no dia 7 de setembro de 1961, graças à aprovação, no dia 2 daquele mês, da Emenda Constitucional nº 4, que implantou no país o regime parlamentarista, reduzindo os poderes do Executivo e ampliando os do Congresso.[10]

Em agosto de 1962, Darcy deixa a Reitoria da UnB, onde estava desde a inauguração em 1961, e assume a chefia do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em lugar de Roberto Lira. Na UnB, Anísio Teixeira ocupa o cargo antes preenchido por Darcy Ribeiro. A passagem pelo MEC foi rápida, mas tempo suficiente para que o ministro determinasse a aplicação de 12% da receita da União no aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino. A despeito da previsão constitucional, o percentual estipulado constitucionalmente só foi de fato liberado durante a gestão de Darcy Ribeiro. Em 1963, com o retorno ao regime presidencialista, Darcy deixa o Ministério da Educação, substituído por Teotônio Monteiro de Barros Filho, e assume a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, em lugar de Evandro Lins e Silva.

O último ano do governo Goulart, deposto em 31 de março de 1964 por um golpe militar, foi marcado por turbulência derivada da insatisfação crescente de setores civis e militares. Comício pelas reformas de base, realizado com a presença do presidente, em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, sela o destino daquele que seria o primeiro governo trabalhista na história republicana brasileira. Darcy Ribeiro foi um dos poucos membros do governo a tentar organizar uma resistência em defesa do regime democrático. “Por que fracassamos?”, pergunta-se em passagens de seus registros de memória.

Do exílio à ação pragmática

Darcy deixa o país nos primeiros dias de abril de 1964 e exila-se no Uruguai. O Ato Institucional nº 1, promulgado em 9 de abril pela junta militar então no poder, destitui-o de seus direitos políticos. Com base nesse mesmo ato, foi também demitido dos cargos de professor na Universidade do Brasil, onde havia ingressado em 1956 nas cadeiras de etnologia brasileira e tupi-guarani, e de etnólogo do Serviço de Proteção ao Índio. O tempo de exílio estreitou seus laços com a América Latina. O retorno definitivo ao Brasil data de 1978. Darcy reinicia a cruzada pelo ensino básico, agora temperada com severas críticas ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

De passagem pelo Brasil, em 1977, participa da 29ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), onde formaliza em veemente discurso suas críticas ao Mobral, defendendo que as verbas despendidas para a alfabetização de adultos deveriam ser concentradas no ensino fundamental de crianças para que não fosse produzida mais uma geração de adultos analfabetos. Polemiza, em seu estilo apaixonado, com o então presidente do Mobral, Arlindo Lopes Correa. A imprensa carioca,

especialmente o *Jornal do Brasil*, dá grande cobertura ao debate. Mas será nos dois governos Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983/1986 e 1991/1994) que a missão de salvar pela escola é posta à prova.

"O Brizola fez de mim o maior educador brasileiro no sentido que fiz 507 Cieps,[11] fiz uma universidade, a Norte Fluminense, e preparamos 24.000 professoras", declara Darcy Ribeiro em entrevista a João Trajano, em agosto de 1996.[12] A última década de vida de Darcy (1987/1997) foi marcada pela afirmação de seu encontro com o político gaúcho, que lhe daria carta branca para prosseguir em sua utopia republicana. O encontro político com Brizola, formalizado em 1982, foi definitivo, como os dois anteriores que propiciaram a convivência com Rondon e Anísio Teixeira.

Em março de 1982, Darcy se lança candidato a vice-governador do Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), na chapa encabeçada por Leonel Brizola, vencendo as eleições com 34% dos votos válidos. Com Brizola, Darcy consolida seu discurso popular. A referência não será mais Minas Gerais, mas a tradição sul-rio-grandense. Encontrava ali o que chamou "o apreço pela classe de baixo" daquela elite política, um traço visível em Getúlio, Jango e Brizola. Essa herança teria seu fundamento no mundo pastoril, que distingue os peões por habilidades específicas que passam a ser respeitadas pela própria elite. Um traço da elite gaúcha seria o estabelecimento de um padrão de convivência política assentado na autoridade com intimidade. João Goulart e Getúlio Vargas seriam expressões típico-ideais desse estilo que marca, na concepção de Darcy, o respeito pela classe mais baixa.

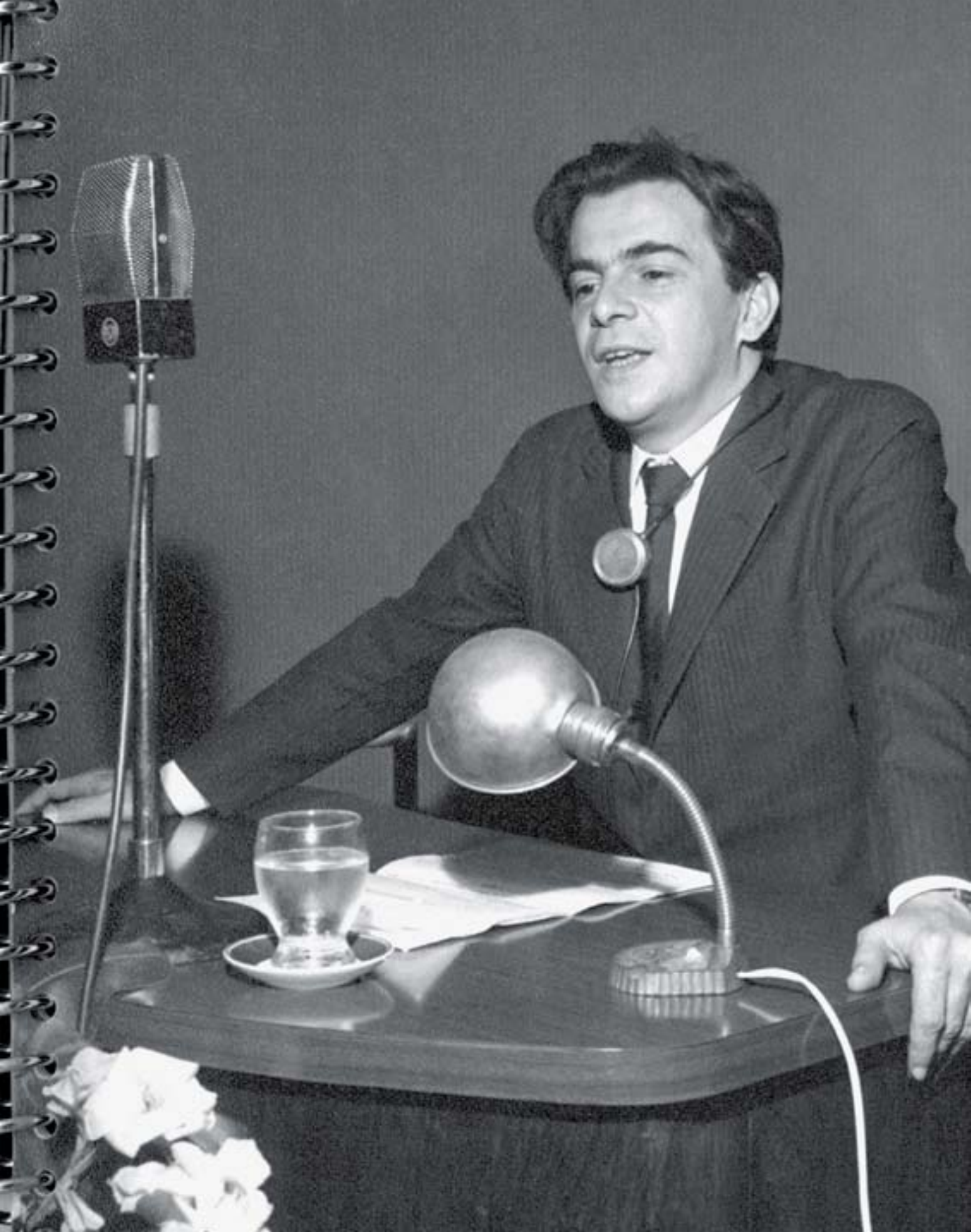
Brizola, dos três, seria o mais distanciado dessa peculiaridade política do Sul do país. Esse ponto chama a atenção de Darcy e mantém-se permanente em suas avaliações políticas. "O que está em nossa tradição é a brutalidade de uma classe dominante insensível que vem dos filhos de senhor de escravos", reitera mais de uma vez no depoimento a João Trajano. No Sul do Brasil, tal descaso seria amenizado pela imposição de um novo padrão de relacionamento, fruto de uma experiência menos marcada pelas relações escravistas. A afinidade com a política gaúcha data de antes. O suicídio de Getúlio Vargas em 1954 "arrebentou o coração; foi um susto para o Brasil. Imediatamente a UDN se escondeu nas caixas d'água no diabo [...]", depõe. "Isso fez minha cabeça. Eu era um comunista utópico", afirma no mesmo depoimento a João Trajano.

Encontro de tradições

Leonel Brizola, portanto, viabiliza para Darcy o reencontro com duas tradições igualmente fundadoras de sua própria identidade pública: o getulismo, na esfera política, e o ideário escolanovista, ao oferecer-lhe a oportunidade de implementar como projeto de governo o que nunca antes pudera ser feito desde os idos da Escola Nova. Ao final do primeiro governo Brizola, 127 unidades dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) estavam em funcionamento, contra o projeto original de construção de 500 unidades. A luta de Darcy se expressava em sua crítica aguda à escola de turnos, que obriga as crianças oriundas dos setores populares a completar seus estudos em um ambiente inadequado aos trabalhos escolares: as crianças das classes populares não têm o que nem onde estudar em casa. A escola de tempo integral viria sanar essa deficiência básica, tendo como proposta resgatar uma dívida histórica do Brasil para com seus cidadãos, sacrificados pela hostilidade e brutalidade da elite brasileira que impediam a implantação de uma sociedade democrática e mais justa.

Em 1986, Darcy seria indicado para disputar a sucessão de Brizola no governo do Rio de Janeiro.

Darcy Ribeiro no *I Fórum de Debates Petróleo para o Brasil*, comemoração ao 25º aniversário de criação do Conselho Nacional do Petróleo, 1963. Acervo CPDOC/Fundação Getulio Vargas – HB 100-8.



As eleições foram polarizadas entre a sua candidatura e a de Wellington Moreira Franco. O resultado indicou uma vantagem de cerca de 800 mil votos para Moreira Franco sobre Darcy Ribeiro, o segundo colocado. Mas a política permaneceria como sua eleição de vida, pois logo se seguiria uma nova experiência no governo Newton Cardoso, em 1987, quando ocupou a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, onde pretendia construir 1 mil Cieps em todo o Estado, ao longo dos quatro anos. Foi uma tentativa frustrada de volta a Minas Gerais. Darcy abandonaria o cargo acusando o governo mineiro de não estar empenhado seriamente no projeto de instalação dos Centros Integrados de Educação Pública. Aceita então o convite do governo de São Paulo para, ao lado de Oscar Niemeyer, planejar o Memorial da América Latina, inaugurado em 1989. Data desse ano o envolvimento integral de Darcy com a campanha presidencial, na qual foi candidato Leonel Brizola. Brizola perde logo no primeiro turno, sendo as eleições disputadas entre Fernando Collor de Melo e Luis Inácio Lula da Silva, saindo vitorioso Fernando Collor de Melo.

Mantendo-se fiel ao PDT, Darcy é eleito para o Senado pelo Estado do Rio de Janeiro nas eleições de outubro de 1990, no mesmo pleito que reconduziu Leonel Brizola ao governo do Rio de Janeiro. Ocupou, até 1997, quando morre, o primeiro mandato legislativo de toda a sua trajetória política, mantendo-se fiel ao brizolismo, ao partido de Brizola (PDT) e à causa educacional. No Senado, liderou a campanha pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada pelo Congresso em dezembro de 1996 e sancionada no mesmo mês pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em homenagem ao senador fluminense, batizou-a de Lei Darcy Ribeiro. Estávamos a dois meses de sua morte, ocorrida em 17 de fevereiro de 1997.

Darcy Ribeiro valeu-se inúmeras vezes da argumentação sociológica para sustentar a defesa da escola em tempo integral como eixo de uma experiência política mais justa, democrática e humanizadora. Reconhecendo explicitamente as dificuldades do Brasil em incorporar os setores populares na agenda de benefícios sociais, Darcy Ribeiro colocou na escola pública de tempo integral a expectativa mais positiva de alterar a tradição elitista e ampliar o alcance do bem-estar a um número mais expressivo de receptores.

Uma versão do republicanismo mineiro

Duas pontas se encontram nas considerações feitas até aqui: a primeira, a percepção de uma sociedade fadada ao atraso, herdeira de uma tradição que dificulta sua inserção no mundo moderno. A segunda diz respeito à crença na capacidade do povo de fazer valer seus interesses ou de ser protagonista de seu destino. Darcy Ribeiro esteve comprometido com ambas as perspectivas. A formação sociológica recebida na Escola Livre de Sociologia e Política fortaleceu nele a convicção de que desenvolvimento e autonomia dependem do conhecimento e da ação engajada.

A pesquisa empírica deveria informar as condições e fornecer os indicadores para a efetivação da ação e para o tratamento analítico com as ferramentas da sociologia.[13] E o contato com a antropologia sedimentou nele o projeto de pensar a cultura brasileira em seus próprios termos, um sentido incorporador onde não caberiam as condenações ou a negatividade dos legados ibérico, africano e/ou indígena. A combinação de uma sociologia engajada, universalista e militante, com uma antropologia compreensiva, voltada ao singular e à interpretação fincada em seus próprios termos, fez de Darcy um intelectual controvertido, ao menos pouco comum. A ousadia da combinação nem sempre foi bem-sucedida, mas permaneceu como ousadia.
O republicanismo de Darcy encontra outra matriz política de Minas Gerais, ou seja, a trilha aberta por

Reginaldo José Azevedo Fortuna (São Luiz, MA, 1931 – São Paulo, SP, 1994). *Caricatura de Darcy Ribeiro.* In: RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos:* como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985.

João Pinheiro, que depositou na educação a chance de intervir na desafortunada tradição escravista, alterando-a pela incorporação do povo aos benefícios restritos à elite. A reforma educativa proposta pelo governo João Pinheiro no início do século XX seria o sinal da associação entre república e formação educacional. Habilidades, treinamento ocupacional, ensino profissional, ensino agrícola nas colônias experimentais compunham o projeto de intervenção republicana do empresário em sua função política. O antropólogo travestido de homem político em ação – Darcy Ribeiro – atualizaria o programa republicano para o final do século XX. A escola pública, aberta a todos, em tempo integral, era a receita à iniciação das crianças nos códigos de sociabilidade, tratamento, relacionamento e preparo para a vida em sociedade. A escola em tempo integral abriria espaço ao processo civilizador tal como conceituado por Norbert Elias – ação contínua, deliberada, lenta, duradoura e sempre inconclusa, na direção da formação de hábitos e valorização de atitudes socialmente aceitáveis à convivência coletiva. O viés da escolarização em tempo integral com o qual se comprometera – e que tentou implantar nas duas experiências do governo Brizola no Rio de Janeiro – era, parece-nos, uma resposta sociológica (civilizatória, no sentido de Elias) a um problema estrutural.

O Programa Especial de Educação no Rio de Janeiro teve um escopo abrangente, mas ficou completamente identificado com os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps).[14] Foi, em seu desenho original, um esforço concentrado de Estado para levar a problemática social para dentro da escola. O Ciep conteria nele mesmo, em sua dinâmica interna, todos os aspectos de assistência social: educação, saúde, cultura, atendimento odontológico, reforço psicológico e assistência familiar estavam previstos e foram

desencadeados em unidades de funcionamento de que se guarda memória nada desprezível.[15]

Darcy Ribeiro defendia os Cieps como uma escola pública comum encontrável em qualquer bairro dos países que, de alguma maneira, sinalizaram a importância democrática de prover educação para a maioria da população. O feito, tido aqui como extraordinário e extravagante, é agenda rotineira de qualquer governante nos países que universalizaram o direito à educação. E não era preciso que tal associação fosse feita com os países considerados desenvolvidos. Na própria América Latina era possível encontrar em outros países a política do horário integral como base de escolarização pública.

Ele estava convencido de que a escola pública brasileira ainda não podia ser chamada de pública. Elitista e seletiva, ela não estava preparada para receber quem não tivesse acesso a bens materiais e simbólicos que contam e interferem diretamente no desempenho escolar. Exigia da criança pobre o rendimento da criança abastada. Remava na direção contrária à de sua clientela principal. O programa era destinado às crianças pobres, e a escola em tempo integral deveria ser uma resposta ao que Darcy considerava a mentira do sistema público de ensino. Em meados dos anos 1950 e, sobretudo, no início da década de 1960 até o golpe de 1964, a educação foi compreendida como a porta de acesso aos bens da sociabilidade e à ascensão econômica.

Quando Darcy Ribeiro defende o Programa Especial na década de 1980 o faz também como recuperação de um projeto interrompido pela violência do golpe. Os Cieps vieram no desmonte do autoritarismo no Brasil. Eram frutos, portanto, da redemocratização. Darcy pretendia retomar, com seu Programa Especial de Educação, a prioridade que havia sido subtraída no regime militar. O elitismo do regime autoritário teria nos Centros Integrados de Educação Pública seu antídoto mais conseqüente.

O sonho de Darcy era de que o Ciep fosse atrativo também para a classe média: "Tinha que ser tão bom que a classe média disputasse para colocar o filho lá dentro".[16] Por certo, a ênfase dada em todos os discursos na prioridade do programa para as classes populares e a população da periferia criou um vínculo simbólico entre clientela pobre e clientela dos Cieps. O efeito perverso não antecipado foi transformar o experimento em verdadeiro estigma, atingindo ambos os segmentos, o das populações da periferia e o dos setores médios da população em idade escolar, que não queriam aceitar a marca de serem estudantes daquelas escolas.[17]

Essas avaliações já foram feitas, com mais ou menos equilíbrio, dependendo do contexto, da conjuntura e do autor. Há certo consenso a respeito dos prejuízos do programa de instalação de centenas de unidades em um experimento completamente inovador e com muitas funções, mais do que qualquer programa escolar havia considerado até então. Darcy Ribeiro ousa massificar um experimento – um contra-senso nos próprios termos. Neste ponto, parece-nos, reside a maior distinção entre ele e Anísio Teixeira, um conferindo ao seu projeto um cunho político-sociológico; outro, Anísio, defendendo o modelo pedagógico gradual. É também possível sugerir que a volúpia de Darcy Ribeiro tenha contrastado com a prudência e a moderação sempre atribuídas como traços próprios da liderança política de João Pinheiro.

Mas o mineiro de Montes Claros tinha pressa. A dívida se acumulara em mais um século. E a sociedade brasileira não dava sinais claros de que caminhava na direção de alterar hábitos e costumes hierarquizados, preconceituosos, elitistas, arraigados na avareza dos comportamentos pouco democráticos. Havia de ser tratamento de choque, disse muitas vezes. Atropelou ações, desrespeitou procedimentos, avançou sinais, transgrediu regulamentos. Darcy Ribeiro fez inimigos e desacreditou políticas; seguiu a trilha dos solitários quixotescos. Mas uma vitória esse esforço monumental

alcançou: o Ciep tornou-se referência para qualquer discussão sobre escola em tempo integral, confundindo-se completamente com seu ideário. E pautou a questão da fragmentação escolar quando deixou explícitos os procedimentos que faziam da rede regular o que Darcy classificava como "escola de mentira". Criou o fato sociológico. E condicionou a inclusão do benefício à educação a qualquer pauta política minimamente comprometida com ideais republicanos.

O sentido político de tamanha expressão foi sempre identificado por Darcy, na convicção de que a miséria (nas dimensões material e espiritual) aprisiona, amesquinha e, pior que tudo, embrutece as relações humanas. Na grande missão salvacionista pela qual Darcy Ribeiro quis ser identificado, está perfeitamente contemplada a clareza do chefe de jagunços Zé Bebelo, personagem de *Grande sertão: veredas*, capturada por Heloisa Starling, sobre os riscos iminentes da experiência política de uma terra "onde centenas de pessoas perambulam, por toda parte, sobrecarregadas de miséria".[18] Que república e para quantos são enigmas que continuam à espera de quem os decifre. Estão, portanto, na ordem do dia.

Notas |

1. RIBEIRO, Darcy. Depoimento de Darcy Ribeiro. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 44, 2º sem., p. 3-30, 1997. p. 5.

2. Esta recuperação biográfica foi retirada de meu livro *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*, publicado em 2001 pela Editora UFMG, Belo Horizonte.

3. João Pinheiro governou Minas Gerais de 1906 a 1908, quando morre abruptamente.

4. Editorial do jornal *Minas Gerais* de 12/01/1908, cuja autoria é atribuída a João Pinheiro. In: BARBOSA, Francisco Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 333.

5. RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.127.

6. RIBEIRO. *Confissões*, p. 128.

7. RIBEIRO. Depoimento de Darcy Ribeiro, p. 5.

8. RIBEIRO. *Confissões*, p. 149.

9. RIBEIRO. *Confissões*, p. 145-146.

10. Cf. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: 1930:1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; CPDOC/FINEP, 1984. 4 v.

11. Centros Integrados de Educação Pública. Os Cieps foram criados na década de 1980 por Darcy Ribeiro, quando era secretário da Educação no Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola. O objetivo era proporcionar educação, esportes, assistência médica, alimentos e atividades culturais variadas, em instituições colocadas fora da rede educacional regular. Além disso, essas escolas deveriam obedecer a um projeto arquitetônico uniforme. Alguns estudiosos acreditam que, para criar os Cieps, Darcy Ribeiro havia se inspirado no projeto Escola-Parque de Salvador, de Anísio Teixeira, datado de 1950.

12. Para uma análise minuciosa do brizolismo, consultar SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da FGV, 1999.

13. Muito do que foi mobilizado pela experiência do CBPE guarda fidelidade a esse propósito. Ver o resultado da pesquisa de Libânia Xavier em: XAVIER, Libânia N. *O Brasil como laboratório*: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1950-60). 2. ed. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 1999. v. 1.

14. O Programa Especial de Educação foi e tem sido objeto de atenção de educadores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado). O texto citado nesta nota recupera boa parte dessa literatura.

15. Cf. EMERIQUE, Raquel. *Do salvacionismo à segregação*: a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

16. RIBEIRO, Darcy. Entrevista concedida a João Trajano Sento-Sé, 14 de agosto de 1996.

17. EMERIQUE. *Do salvacionismo à segregação*.

18. STARLING, Heloisa Maria Murgel. A narrativa da República em *Grande Sertão: Veredas*. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 173.

Helena Maria Bousquet Bomeny é doutora em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), professora titular de sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (CPDOC-FGV) e coordenadora-geral da Escola Superior de Ciências Sociais da mesma fundação. É autora, entre outras obras, do livro *Darcy Ribeiro – sociologia de um indisciplinado* (Editora UFMG, 2001).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

A canção amiga nas ruas da cidade

Bruno Viveiros Martins

O Clube da Esquina, por meio de suas canções, trouxe de volta ao cenário de sua época valores como o espírito associativo e a defesa do bem comum, princípios da relação de amizade, experiência essencial para a reinvenção do mundo público e a busca do bem-estar na cidade.

Eu preparo uma canção
Que faça acordar os homens
E adormecer as crianças
Carlos Drummond de Andrade

> Entre os anos 1960 e 1970, a cidade de Belo Horizonte foi o ponto de encontro de jovens compositores que surpreenderam o país, trazendo à cena artística brasileira novos caminhos para a moderna canção popular. O Clube da Esquina, nome com o qual o grupo de amigos passou a ser conhecido, foi congregado em torno da figura de Milton Nascimento e contou com a participação de Márcio Borges, Fernando Brant, Wagner Tiso, Ronaldo Bastos, Lô Borges, Beto Guedes, Toninho Horta, Tavinho Moura, Murilo Antunes, Nelson Ângelo, Novelli, Tavito, Nivaldo Ornelas, Robertinho Silva, entre outros.

Mais que ponto de encontros, a cidade desde a Antiguidade tem seu sentido original ligado à existência de um lugar autônomo, independente e duradouro que abrigaria homens livres e dispostos a se encontrar a qualquer hora para deliberar sobre as questões políticas e sociais. Espaço onde o ambiente arquitetônico de natureza pública poderia abrigar uma comunidade política fundada a partir de um *ethos* cívico, onde os cidadãos seriam capazes de desenvolver o exercício da virtude e da liberdade. Contudo, na Modernidade, as cidades vêm se transformando em simples "unidades atomísticas destituídas de qualquer tradição, projeto e destino comuns".[1] Crise que ameaça o mundo público e se propaga a partir da crescente individualização dos sujeitos. Estes, por sua vez, se sentem cada vez menos responsáveis pela construção comum da cidade.

Belo Horizonte: uma "esquina musical"

A partir do ângulo de visão dos compositores do Clube da Esquina, a cidade – ao contrário do processo de despolitização do mundo público que a reduziu a um mero espaço físico onde seus habitantes lutam pela realização de interesses particulares e desejos privados – passou a ser cantada, vivida e imaginada como o lugar de realização plena da humanidade. Esse outro olhar, dotado de uma dimensão ética e política, assim como a obra coletiva construída pelo grupo, nasceu do encontro e da amizade entre os integrantes nos espaços de sociabilidade urbana, lugar da troca de idéias e experiências, do diálogo e do respeito ao bem comum.

Juntos, os compositores do Clube da Esquina criaram uma nova musicalidade estruturada a partir da fusão de diversas tendências aparentemente irreconciliáveis. Enquanto alguns de seus integrantes, por influência dos Beatles, recorriam às guitarras em distorção com timbres muito próximos aos do rock, outros, por sua vez, trouxeram a vocalização improvisada e o uso de harmonizações mais livres recorrentes nas novas tendências do jazz feito à época. A harmonia dissonante, característica da bossa nova, é incorporada na mesma medida que os elementos sonoros tradicionais do interior mineiro. O diálogo com a canção da América hispânica se fez presente através do contato com nomes como Mercedes Sosa, entre outros. Os arranjos do grupo não são apenas comentários da melodia. Ao contrário, eles constroem ambientações experimentais que trazem ressonâncias da arte barroca com fortes traços do congado e da cultura negra.[2]

A multiplicidade sonora e a diversidade cultural, características presentes na trajetória do grupo, são resultantes da energia coletiva e do espírito gregário, responsáveis por grande parte do desenvolvimento artístico e pela originalidade que marcou a trajetória do Clube da Esquina durante a década de 1970. Lançado em 1972, o álbum duplo *Clube da Esquina*, devido a sua ousadia musical, variedade rítmica e experimentação ainda incomuns na canção popular então realizada, foi reconhecido pela crítica

especializada como um marco divisor na produção fonográfica brasileira do século XX. O disco foi concebido como uma obra conjunta, possuindo uma unidade conceitual, à maneira dos discos *Sgt. Peppers Lonely Hearts Club Band*, produzido pelos Beatles em 1967, e *Tommy*, ópera-rock do grupo inglês The Who, de 1969. O LP contou com a participação maciça de todos os músicos reunidos por Milton Nascimento até então e é considerado a consolidação das inovações musicais criadas pelo grupo.[3]

Essa organicidade se tornou uma espécie de marca registrada dos discos produzidos pelo Clube da Esquina. Muitos deles mantêm certas correspondências por meio de artifícios capazes de costurar idéias e valores propostos ao longo da carreira dos compositores. O disco *Minas*, de 1975, por exemplo, é encerrado com a canção "Simples", composta por Nelson Ângelo. O último acorde de Lá maior efetuado por vários dos instrumentos utilizados no arranjo dessa canção é exatamente o mesmo que, no ano seguinte, abriria o álbum *Geraes*, com a canção "Fazenda", faixa inicial de autoria do mesmo compositor. Ou seja, as duas canções gravadas em discos diferentes estão interligadas pelo mesmo acorde, propondo, assim, uma unidade entre os trabalhos. Os dois discos reunidos carregam o nome do lugar de origem da maioria dos integrantes do grupo: *Minas* e *Geraes*.[4]

Já o disco duplo *Clube da Esquina II* (1978), além do nome, liga-se ao primeiro *Clube da Esquina* (1972) por meio de intertextualidades poéticas e citações musicais. Ademais, possuem temas comuns em seus projetos gráficos, como a disposição das fotos internas que compõem os encartes. Nos dois álbuns, o painel montado a partir dessas fotos – tanto dos músicos envolvidos nas gravações quanto de pessoas anônimas que colaboraram de alguma forma com a produção – nos traz a idéia de uma obra coletiva, resultante do envolvimento e da participação de várias pessoas.

Segundo Fernando Brant, Belo Horizonte foi o cenário ideal para o encontro que possibilitou a amizade entre os personagens que viriam a fazer parte do Clube da Esquina. A cidade foi o palco propício para a gestação da obra musical produzida por eles:

> Essa é uma cidade de música, como é de política e poesia. Há um som que vem da história colonial de Minas, que se junta ao cântico das festas religiosas, que se une aos cantos de trabalho e aos ruídos do mundo. Brotam aqui fontes cristalinas em forma de canção. Há uma nascente sonora contínua que desponta a cada interiorano que surge no horizonte, a cada jovem que nasce aqui, a cada um que adota a capital como morada. Palavra, melodia e voz se harmonizam e são rios que se alimentam, criações que convergem para alegrar e explicar a vida.[5]

Contudo, nem todos os compositores que integraram o Clube da Esquina residiam em Belo Horizonte durante o período. O deslocamento para o Rio de Janeiro e São Paulo – os grandes centros econômicos que abrigavam um circuito cultural mais intenso, e onde, por exemplo, estão sediadas as grandes gravadoras, além das casas de espetáculos mais importantes da época – era um movimento natural para a maioria dos artistas oriundos do restante do país. Milton Nascimento, antes mesmo do sucesso de "Travessia", em 1967, já havia deixado Belo Horizonte em busca de oportunidades que a cidade não poderia mais lhe proporcionar. A capital mineira, contudo, não deixou de ser menos importante para o compositor, uma vez que o trabalho coletivo presente em seus discos era realizado em parceria com aqueles que permaneceram na cidade. A amizade que dava luz às parcerias continuava viva.

Uma cidade em transformação

Em Belo Horizonte, a partir da década de 1960, além das canções do Clube da Esquina, também ganharam

destaque o Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), o Teatro Experimental e o Teatro Universitário, além do *Binômio* – jornal de oposição em circulação desde a década de 1950. Na cidade, por essa época, havia também lugar para o balé de Klauss Vianna, o grupo Giramundo, o Centro Popular de Cultura (CPC) vinculado à União Nacional dos Estudantes (UNE) – que teve como um de seus representantes o poeta Affonso Romano de Sant'Anna – e a Livraria Itatiaia, um dos pontos de encontro de intelectuais e artistas. A capital mineira contava com o traço rebelde do cartunista Henfil em início de carreira; a atuação do movimento estudantil nas universidades e em escolas secundárias como o Colégio Estadual Central; as ações de organizações de esquerda, principalmente a Ação Popular (AP).[6]

Nesse período, Belo Horizonte passou por uma série de transformações econômicas, políticas e culturais decisivas em seu processo de modernização. Desde a fundação da cidade, a dicotomia entre o antigo e o novo, o arcaico e o moderno fez parte de sua história. Entre demolições e reconstruções, cada novo ímpeto renovador que estimulava a disposição de seus moradores para trocar o velho pelo novo perdia força no momento seguinte, mas voltava com mais vigor nos períodos subseqüentes. Durante o século XX, o espírito ousado e a busca da modernização nunca se findaram por completo. Dessa forma, a contradição entre o antigo e o moderno seria um dos marcos fundamentais da identidade da cidade.[7]

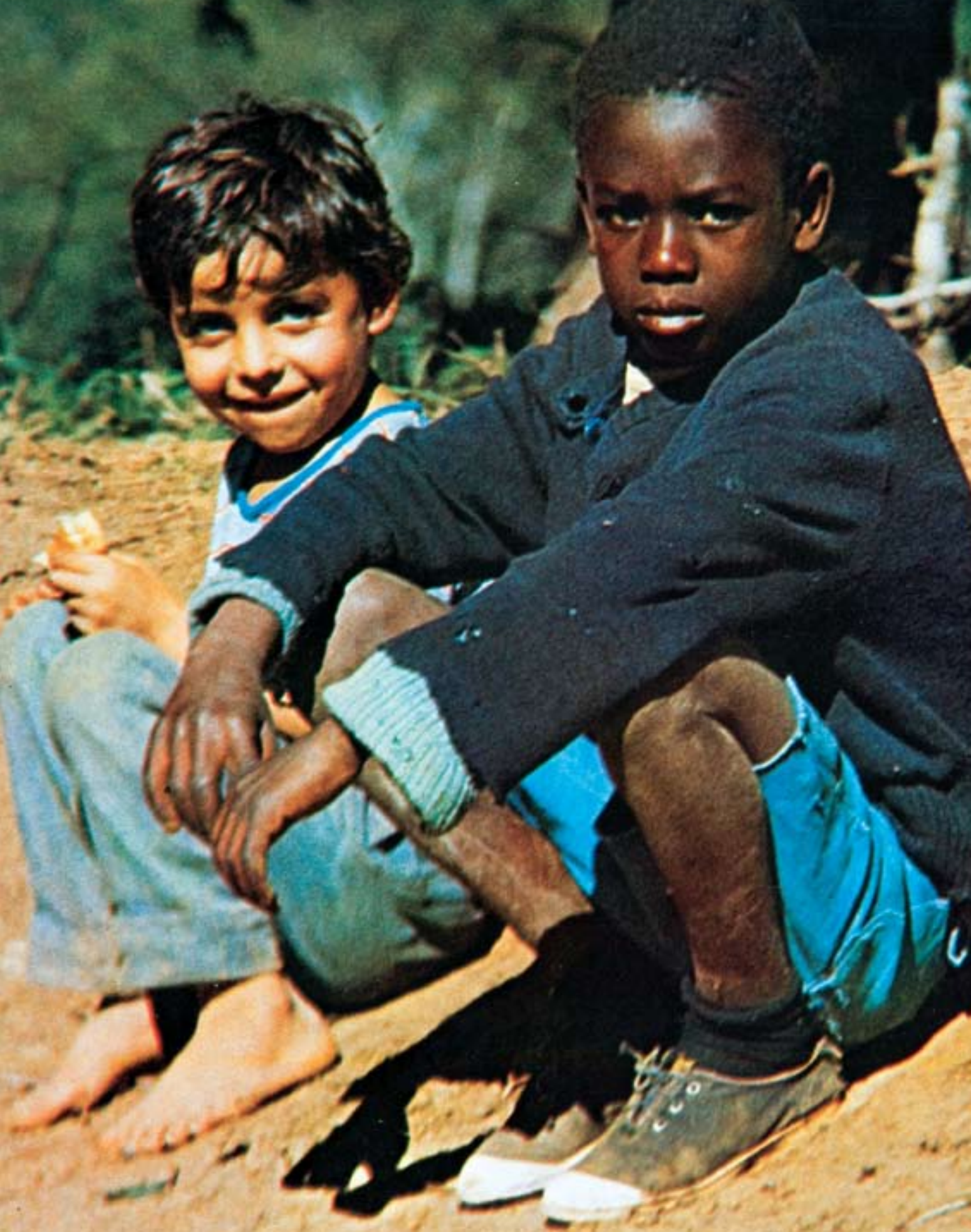
No início da década de 1970, a capital concentrou o desenvolvimento industrial do Estado. A população passava de 693.328 para 1.235.030 de habitantes, tornando-se a terceira metrópole mais populosa do país. Sua região metropolitana, com 14 municípios, transformava-se no principal núcleo industrial mineiro. Com a renovação da estrutura urbana, o Centro da cidade ratificou a condição de pólo articulador de atividades políticas, sociais e econômicas. O aumento populacional foi favorecido pelo chamado "milagre econômico", vivido pelo país à época. A grande maioria dos seus novos habitantes chegava dos mais distantes pontos do interior mineiro, intensificando ainda mais o deslocamento migratório em direção à capital mineira.[8]

A expansão da cidade se deu também em função da ampliação do seu espaço físico. Em termos habitacionais, a construção vertical e a formação de centros comerciais avançavam sobre bairros como Santa Tereza, Barro Preto, Barroca e a região da Savassi. As favelas e os loteamentos clandestinos, problemas antigos na cidade, ganhavam uma visibilidade incontestável. Nos anos 1970, as alterações do traçado viário foram uma constante. Para tentar equacionar o problema do congestionamento na região central, foram abertas as vias expressas Norte e Leste-Oeste, o elevado Castelo Branco e os viadutos da Lagoinha.[9]

Do plano inicial que orientou a construção da cidade, apenas o traçado retilíneo de suas ruas, cruzadas em ângulos retos e formando grandes tabuleiros de xadrez, permaneceu inalterável. Ao longo do século XX, a história da cidade – projetada em oposição a uma Ouro Preto politicamente ameaçada pelo divisionismo dos grupos dominantes – pode ser contada através das esquinas que compõem o peculiar traçado de suas ruas.[10] Essas esquinas seriam as grandes testemunhas não apenas do sonho inaugural da cidade, mas também da aventura republicana que conferiu à capital mineira uma topografia visionária. Através da visada proporcionada pelas esquinas, alguns olhares desafiavam o tempo e o espaço. Olhar como o de Nelson Angelo, que, em meio aos versos da canção "Pessoas", de 1972, procura

> Uma sensação para as pessoas da cidade
> Que não podem respirar[11]

Detalhe da capa do álbum duplo *Clube da Esquina*, de Milton Nascimento e Lô Borges. EMI/ Odeon, 1972. Coleção particular.



Lutando contra o risco do rompimento definitivo dos laços de sociabilidade urbana – ameaça que recai sobre a cidade e sufoca os fragmentos de um mundo público ofuscado pelo efêmero, à mercê do transitório e, portanto, em vias de desaparecimento –, o compositor do Clube da Esquina, propõe

> Uma discussão com as pessoas da cidade
> Que não cansam de matar.[12]

Ao tentar decifrar a fisionomia urbana, Nelson Angelo se lança ao desafio de imaginar algo novo, que vai além dos limites físicos estabelecidos por uma realidade insatisfatória. Seu propósito, como afirma o próprio compositor nos versos da mesma canção, seria

> Uma relação com as pessoas da cidade
> Ser feliz e nada mais.

O caminho proposto pela canção para reinventar a cidade enquanto *polis* passa diretamente pela relação entre as pessoas que a habitam. Para tanto, é preciso fazer dela novamente um lugar da interação e do consenso entre opiniões, visões de mundo e culturas em muitos casos antagônicas. Dessa forma, a cidade passaria a ser um espaço próprio para o diálogo e a pluralidade de idéias. Caminho no qual se unem experiências históricas diversas em torno de cidades inventadas pela criatividade de homens que se serviram da canção popular em benefício da construção de uma vida melhor e mais humana.

Os compositores do Clube da Esquina iniciam seus primeiros encontros no momento em que a vida social da capital ganhava maior complexidade. O crescimento urbano condicionava deslocamentos espaciais e práticas sociais. Como em gerações anteriores, a juventude inventava o seu percurso próprio em meio aos bares, livrarias, cinemas entre outros espaços culturais. Mais uma vez a rua da Bahia não poderia ficar de fora do mapa afetivo da cidade, criado pelos jovens ávidos por vivenciar novos encontros, experiências, intercâmbios e idéias. Para o escritor Afonso Romano de Sant'Anna, em Belo Horizonte, "a revolução se socializava nos bares".[13] Em especial, na galeria do Edifício Maletta, uma espécie de espaço-síntese dos anos 1960, que serviu como ponto de referência para novas atitudes e práticas sociais.

Pontos de encontros

No espaço urbano, os bares se tornam ambientes propícios para reuniões, discussões e o livre curso das idéias. Locais de sociabilidade suspeita, sempre constituem foco de insubmissão, com forte propensão para a subversão. Inaugurado em 1961, o Conjunto Arcangelo Maletta, localizado em uma das mais movimentadas esquinas da cidade – entre a rua da Bahia e avenida Augusto de Lima –, foi um dos espaços em que se consolidou a relação entre a tradição cultural e a vida política no período. Por exemplo: um dos grandes acontecimentos sociais que marcaram época, em Belo Horizonte, nessa ocasião, foi a inauguração das escadas rolantes, no *hall* de entrada do edifício. Durante anos, seus moradores se gabaram por serem os únicos, em todo o Estado, a possuírem, em seu prédio, esse tipo de comodidade.

A galeria do Maletta tornou-se ponto de encontro de adeptos das mais diversas atividades intelectuais e artísticas: cinema, teatro, música, literatura. Seus freqüentadores mais assíduos – artistas, jornalistas, intelectuais e estudantes – se reuniam nas livrarias, sebos, inferninhos e bares como Pelicano, Lua Nova, Sagarana, Cantina do Lucas. Nos anos 1960, também funcionou nesse local o Berimbau Club, uma casa de espetáculos famosa por realizar shows de jazz e bossa nova.[14]

Porém, a partir de 1964, o regime militar passou a coibir o ativismo político e cultural, interferindo no

cotidiano da cidade e do país por meio da censura e da perseguição aos opositores do governo. Embora a maioria da população tenha apoiado o golpe contra o presidente João Goulart, em Belo Horizonte, como em todo o país, parte da sociedade reagiu como pôde aos desmandos da ditadura. Apesar de tudo, mesmo com a oposição que a cidade ofereceu ao regime militar, através da mobilização de estudantes, jornalistas, artistas, intelectuais, grupos católicos e organizações de esquerda, Belo Horizonte permaneceu no imaginário popular como um dos centros do tradicionalismo político.[15]

Diante de tantas transformações políticas, sociais e urbanísticas, o aparente ritmo de tranqüilidade que a cidade mantinha não escondia o clima de efervescência cultural que alimentava os sonhos de sua juventude. Nesse contexto, certas atitudes modernas dos jovens se confrontavam num embate de forças com o modo de vida tradicionalista da sociedade em geral.

Entre 1968, ano em que é decretado o Ato Institucional n° 5, até as primeiras movimentações em torno da abertura política iniciada com a campanha pela anistia aos presos políticos, em 1979, a ditadura militar transforma as cidades em espaços a serem temidos. Diante da impossibilidade do convívio harmônico na política, a liberdade cede lugar à melancolia, "paixão subjacente ao mundo totalitário", estado paralisador caracterizado pela incapacidade de reflexão e habitado pela dúvida, onde "nenhuma ação tem valor de desenlace".[16] Tempos em que o perigo rondava as cidades, transformando qualquer caminho em uma verdadeira cruzada. Das esquinas de Belo Horizonte, Tavinho Moura e Márcio Borges observam, em 1979 – momento em que grande parte da população brasileira retorna às ruas para reivindicar a abertura do regime político –, um país onde o sonho se torna mais uma vez irmão da ação política:

> Não sei andar sozinho
> Por essas ruas
> Sei do perigo, que nos rodeia
> Pelos caminhos
> Não há sinal de sol
> Mas tudo me acalma
> No seu olhar.[17]

Apesar do medo e da insegurança vividos nos centros urbanos em tempos de ditadura militar, é na cidade que se revela o valor de nossas ações. Para Renato Lessa, "repúblicas exigem energias cívicas mais do que ordinárias e concentradas espacialmente em um cenário capaz de abrigar diversidade, complexidade e certa confusão. O léxico humano deu a tais cenários o nome de cidades".[18] Nesse cenário conturbado, o Clube da Esquina canta uma única certeza:

> Não quero ter mais sangue
> Morto nas veias
> Quero o abrigo do teu abraço
> Que me incendeia
> Não há sinal de cais
> Mas tudo me acalma
> No teu olhar.[19]

Habitar significa "conquistar-se, construir-se, compreender-se, tomar posse de si".[20] Ou seja, somente é possível habitar um lugar com o qual nos identificamos. Ao reivindicar a cidade, enquanto espaço da liberdade e do empenho humano, o Clube da Esquina visa à reabertura do mundo público, a fim de possibilitar a reconciliação do cidadão com a cidade. Para que isso aconteça, é preciso que o indivíduo reconheça o seu lugar dentro de uma tradição capaz de oferecer identidade ao corpo social. Identidade que é construída ao longo da história, desde seu instante inaugural até o momento presente. Linha de continuidade entre as gerações que viabiliza o estabelecimento de relações sociais baseadas no

reconhecimento de si mesmo e do outro.[21] Dessa maneira, os jovens compositores trilharam um caminho construído em torno da experiência da amizade em que foi possível vislumbrar novas perspectivas para os impasses vividos não apenas em Belo Horizonte, mas também em todo o país. Na cidade, não há lugar mais propício para iniciar uma nova amizade do que as esquinas.

A presença delas talvez seja a característica mais importante do traçado urbano de Belo Horizonte, figurando no imaginário popular de seus habitantes há várias gerações. Definido pelo cruzamento entre ruas e avenidas dispostas em ângulos de 90° e 45°, o traçado da cidade oferece ao passante uma maior percepção dos monumentos cívicos da cidade, assim como uma visada privilegiada que chama a atenção de seus habitantes para os espaços de convivência social. Da mesma forma, a largura das avenidas, bem maiores que o necessário para a circulação dos habitantes da capital à época de sua fundação, afirmam a propensão da cidade em relação ao futuro.[22]

Mais que pura paisagem urbana, a esquina é o ponto da cidade que se define pela primazia dos encontros. Para um olhar mais atento, porém, ela ganha outros significados, principalmente em Belo Horizonte. Geralmente quem se encontra em uma esquina, assim como em uma encruzilhada, está também diante do desconhecido, onde a Fortuna se impõe com mais força. Para quem precisa tomar uma decisão ou buscar um novo rumo, a esquina convida a uma pausa para reflexão, antes de seguir o caminho escolhido. Ela exige também atenção e vigilância, pois é um lugar propício para surpresas.[23] Ao mergulharmos no mundo das contingências aberto por uma esquina, podemos nos achar também diante de vários encontros, como o que ocorre nos versos da canção "Tesouro da juventude", composta em 1981 por Tavinho Moura e Murilo Antunes:

A pedalar
Encontro amigo do peito
Sentado na esquina
Pula, pega garupa
Segura o bonde ladeira acima
Ganha o meu tesouro da juventude
Ainda que a cidade anoiteça
Ou desapareça.[24]

Utilizando uma poética simples, porém lírica, como a fala do dia-a-dia urbano e a própria cena descrita pela canção, realçada pela interpretação de Beto Guedes, os compositores captam algumas das surpresas que as esquinas podem oferecer aos habitantes da cidade, principalmente aos interessados em descobri-la e vivê-la em toda a sua pluralidade. Belo Horizonte sempre foi conhecida como a "cidade das esquinas". Na capital mineira, elas seriam o cenário propício para uma infinidade de encontros, fator primordial para o fortalecimento das relações sociais.

Amizade

A principal das relações sociais seria a amizade. Segundo a tradição greco-romana, a relação entre amigos é praticada por indivíduos livres e voltados para a defesa do bem comum a ser compartilhado por todos. Essa prática seria uma característica a ser cultivada entre aqueles que se unem com o objetivo do "bem fazer recíproco". Ou seja, a amizade pensada não apenas como fenômeno da vida privada, mas como experiência voltada para a promoção e o fortalecimento dos laços sociais, constitui uma alternativa à ruptura da sociabilidade urbana e ao esvaziamento da esfera pública. A amizade representa, portanto, uma nova chance para a recuperação do valor da política dentro de uma comunidade, principalmente em um período histórico marcado pelo declínio da liberdade, enquanto exercício da ação política.[25]

Nesse sentido, o bem-querer vivido entre os amigos seria uma fonte permanente de resistência e luta conjunta contra as limitações a serem enfrentadas tanto por um indivíduo quanto pelo amigo possível. Em meio às dificuldades que o contexto político imprimia à vida daqueles jovens, a simples presença de um amigo era um evento a ser celebrado. Esse é o caso da canção "Que bom amigo", faixa na qual Milton Nascimento encerra, em tom de celebração, o disco *Clube da Esquina II,* de 1978:

> Que bom amigo
> Poder saber outra vez que estás comigo
> Dizer com certeza outra vez a palavra amigo
> Se bem que isso nunca deixou de ser
> Que bom amigo
> Poder dizer o seu nome a toda hora
> A toda gente
> Sentir que tu sabes
> Que estou pro que der contigo.[26]

Frente aos infortúnios da vida, a boa companhia de um amigo traz a força necessária para agir perante os "maus encontros". Diante da Fortuna, mesmo a mais firme das comunidades políticas pode sucumbir aos seus efeitos, pois a "deusa da roda" também encontra abrigo no interior da *res publica*. Desde o mundo antigo, essa deusa é conhecida como "a senhora do acaso e da contingência". É justamente na esquina que os acontecimentos fortuitos, bem como o imprevisto e a incerteza, se manifestam com maior freqüência. Se a deusa pagã está presente em cada esquina, a amizade representaria o "bom encontro", pois propicia aos seres livres o fortalecimento das relações sociais em que estão inseridos. A *polis* seria o lugar de encontro entre a amizade e a liberdade, valores simetricamente opostos à tirania e à servidão. Seguindo este raciocínio, o tirano não teria amigos, mas cúmplices. Ele viveria do medo até que a desconfiança e o silêncio se imponham absolutamente. A amizade, ao contrário, teria a

capacidade de fazer da cidade o lugar do diálogo, da festa cívica, enfim, da troca de experiências comuns.[27]

Para a maioria dos imigrantes que chegaram a Belo Horizonte, como é o caso de grande parte dos integrantes do Clube, as esquinas se configuram como possibilidade de encontro com o outro, com o diferente e também consigo mesmo. Esses encontros ocorrem fundamentalmente no espaço público, já que a amizade não seria um sentimento exclusivo da esfera privada, que aproxima duas ou mais pessoas. Ao contrário, desde os tempos de Aristóteles, a amizade – a *philia* para os gregos – seria uma "disposição do caráter" que leva os cidadãos a agirem uns pelos outros em benefício de todos. A conseqüência dessa relação seria o fortalecimento do espírito associativo entre os cidadãos e a conseqüente construção do bem comum.[28]

Desse modo, a amizade, quando experimentada na sua dimensão pública, é capaz de iluminar a ação política. Assim como acontecia na Antiguidade, ainda agora ela pode fazer com que os amigos voltem suas atenções também para as diversas formas de relação a serem estabelecidas na cidade e com a cidade. Para Francisco Ortega, durante a Antiguidade, a amizade possuía uma função essencial na organização da *polis*. Porém, com o passar do tempo, seu caráter político e social foi desaparecendo progressivamente do espaço público. A relação entre amigos foi deslocada para a esfera privada. O autor afirma que "o declínio da amizade nas sociedades contemporâneas está ligado aos processos de despolitização e familiarização do privado".[29]

O respeito à cidade – enquanto esse espaço comum a todos –, ao outro e a sua diferença seria um dos traços fundamentais em uma relação de amizade, não cabendo nela nenhum tipo de unanimidade ou adesão incondicional. Segundo o protagonista de *O amanuense Belmiro*, romance de Cyro dos Anjos, antigo conhecedor das esquinas da capital mineira:

> [...] a amizade nunca foi, aliás, aquele sentimento integral a que aspiramos. Somos amigos fracionários, que buscamos um no outro, não o indivíduo, mas certo aspecto dele. Faz-me isto pensar que, no geral, os amigos não nos vêem como a um ser indiviso, mas ao contrário, nos fragmentam. Elegem, em nós, as feições que lhes aprazem; procuram-nos em um ângulo, às vezes em uma linha, ou mesmo em um ponto apenas. E está aí, porventura, a explicação do fato de nos unirmos a pessoa de caracteres tão diversos e de nossa roda ser quase sempre heterogênea. São partes nossas que se unem por simpatia às de outros seres, embora haja umas que se repilam, ocorrendo, então um conflito em que prevaleceram as partes simpáticas.[30]

Como o amanuense Belmiro, um verdadeiro amigo não procura anular as diferenças em relação ao outro; ao contrário, busca criar um consenso entre idéias e opiniões contrárias. O contato com um amigo deve ser um desafio capaz de modificar a nós mesmos em um processo de autotransformação e aperfeiçoamento. Isso porque a amizade se baseia na tolerância, na coexistência de diferenças culturais, políticas e sociais e no reconhecimento da estranheza do outro.[31] Nas palavras de Toninho Horta, essa seria a essência da sua relação com Beto Guedes e Lô Borges:

> Eu morava no mesmo prédio que o Beto, na rua Tupis. Dava uns 40 metros de uma portaria pra outra. Morava no segundo e o Beto no nono andar. O Beto sempre encontrava com o Lô Borges, aí eu falava: "Ih! Aqueles roqueiros". E ele olhava pra mim com o violão, falava: "Ih! Aquele cara do jazz, da bossa nova, não está com nada". Mas acabou que no festival nós nos encontramos, em 1969. Aí todo mundo virou amigo.[32]

Herdeiros d'*O Amanuense Belmiro* (1937), o "procurador de amigos", e do *Encontro Marcado* (1956), romance de Fernando Sabino, os integrantes do Clube da Esquina se deparam nas esquinas de Belo Horizonte com uma espécie de entrecruzamento de tempos. "Esquinas dos acontecimentos", diria Cyro dos Anjos, esquinas onde o passado cruza com o presente, espaço em que é possível encontrar, no tempo, certos princípios com os quais se poderia revitalizar a antiga fórmula da amizade, mais receptiva às diferenças, mais aberta ao outro e que se realiza fundamentalmente no espaço público, onde esse tipo de encontro acontece originalmente. Traduzindo aspirações diante dos impasses de seu tempo, o Clube da Esquina ergueu seu canto contra as restrições políticas e o conservadorismo que se fazia presente à época. Suas canções trilhavam novos caminhos, como os desvelados em "Amigo, amiga", canção composta por Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, em 1970:

> Amigo, amiga procuro
> Meu coração é deserto
> Em busca de encontrar
> Amigo, amiga ou um rio
> E quem sabe um braço de mar.[33]

Assim como nos romances de Cyro dos Anjos e Fernando Sabino, a amizade é um dos temas centrais em várias canções do Clube da Esquina. Poderíamos pensá-la também como a característica que estruturou a trajetória do grupo. Como foi dito anteriormente, muitos de seus integrantes vieram do interior. A constituição do Clube, em Belo Horizonte, se deu a partir do encontro desses jovens imigrantes, que descobriram na música e na amizade um motivo para se reunirem. Contudo, eles não trouxeram consigo apenas as influências musicais que seriam fundidas na síntese aberta e original realizada no Clube da Esquina. Cada um de seus integrantes trouxe para a capital mineira, por meio de referências históricas e culturais particulares, também um pouco de sua cidade natal. O que fez de Belo Horizonte uma cidade múltipla, na qual os lugares de onde partiram tais viajantes – Três Pontas, Montes Claros, Pedra Azul, Juiz de Fora, Ponte Nova, Caldas, Diamantina, Niterói, entre outras – se avizinhavam subitamente pelos caminhos do sonho e do som.

Espaço público, política e participação

Se tomarmos como referência a simbologia dos antigos clubes e agremiações republicanas, veremos que esses se organizavam segundo o princípio da defesa e propagação de interesses comuns, tendo como propósito a idéia cívica do bem público. Nos séculos XVIII e XIX, a reunião de cidadãos em clubes se torna freqüente, principalmente na Inglaterra e nos EUA, disseminando nas cidades valores como liberdade, tolerância e participação, assumindo um caráter político de cunho democrático. No início do século XIX, os clubes políticos se tornam característicos dos centros urbanos, e por meio deles os imigrantes, recém-chegados a cidades como Londres, eram integrados com maior facilidade à sociedade. Nos EUA, esses clubes ganham o aspecto de pequenos parlamentos, agregando membros de diferentes classes sociais, desenvolvendo em seus integrantes uma disposição para participar da vida pública.[34]

Em termos associativos, o conceito de amizade ganha um significado especial. Voltando à tradição greco-romana, o termo amizade, em seu sentido amplo – *philia* –, designa qualquer tipo de vínculo, aliança e manifestação associativa. Baseada na ação voluntária, a amizade perfeita – *téléia philia* – ilumina a reflexão política, pois tem como fundamentos a virtude, a confiança mútua e a disposição para realizar o bem comum. Esses seriam os princípios segundo os quais poderíamos mediar a excelência de uma

determinada associação, posto que uma amizade não se funda na utilidade ou no prazer. Os verdadeiros amigos se procuram em razão de si mesmos, e não nas vantagens ou benefícios que a presença do outro venha proporcionar. Nesse sentido, a amizade perfeita nada mais é que a amizade virtuosa, aquela que leva as pessoas a direcionar suas atenções para o mundo público.[35] Nesse sentido, o clube liderado por Milton Nascimento fez da esquina a sua sede natural:

> Noite chegou outra vez
> De novo na esquina os homens estão
> Todos se acham mortais
> Dividem a noite, a lua, até solidão
> Neste clube a gente sozinha se vê
> Pela última vez.[36]

A canção "Clube da Esquina", composta por Márcio Borges, Milton Nascimento e Lô Borges, foi gravada em 1970, dois anos após o AI-5, durante o período de maior repressão exercida pelo governo militar. Nesse clima de perseguições e de "desaparecimento" daqueles que ousaram, de uma maneira ou de outra, se opor à ditadura, entregar-se ao mundo público significava correr riscos. No entanto, em um contexto dominado pelo arbítrio, somente é livre quem está disposto a arriscar a vida. A coragem, além da amizade, seria uma das mais antigas virtudes políticas, sem a qual ninguém se distanciaria da vida privada para a aventura da liberdade. Em contrapartida, sujeito nenhum conseguiria agir no mundo público sem a companhia de amigos dignos de confiança. Para conquistá-los, é preciso aceitar o encontro com o outro e o convívio com a diferença. [37]

Durante a década de 1970, as canções do Clube da Esquina convidaram os habitantes do país a voltar suas atenções novamente para as esquinas, espaço físico e imaginário onde se realiza o encontro entre a cidade e o cidadão, entre uma realidade insuficiente e a possibilidade de recriar um novo país. Esquinas que se abrem para uma dimensão cívica voltada para a defesa de valores, como a ética e a liberdade, a serem compartilhados por uma comunidade política que ainda não havia encontrado lugar no presente. Porém, o primeiro passo necessário para a sua realização já havia sido dado: habitar novamente a cidade, lugar da constituição de um viver comum. Para tanto, bastava apenas comparecer ao encontro com o mundo público, como é proposto pelos compositores na canção:

> Perto da noite estou
> O rumo encontro nas pedras
> Encontro de vez
> Um grande país eu espero
> Espero do fundo da noite chegar
> Mas agora eu quero tomar suas mãos
> Vou buscá-la onde for
> Venha até a esquina
> Você não conhece o futuro que tenho nas mãos.[38]

Diante das restrições à liberdade impostas pelo regime militar, a que se somou a crise que ameaça a cidade enquanto *locus* da ação política, o Clube da Esquina se lançou à procura da criação de uma nova maneira de agir e pensar as relações sociais, baseada na amizade enquanto "dimensão da convivência humana, onde há boa educação, leis justas e cidadãos virtuosos".[39]

A cidade, por sua vez, passou a ser não apenas o ponto de partida para a busca de uma vida melhor, voltada para o desenvolvimento das potencialidades humanas, mas também o lugar próprio de realização de seus sonhos e fantasias.

Notas |

1. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). *As cidades da cidade.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.13.

2. VILELA, Ivan. *Uma nova perspectiva musical.* Disponível em: <www.museuclubedaesquina.org.br>. Acesso em: 20 de agosto de 2008.

3. BORGES, Márcio. *Os sonhos não envelhecem*: histórias do Clube da Esquina. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

4. Depoimento de Nelson Angelo. Disponível em: <www.museuclubedaesquina.org.br>. Acesso em: 20 de agosto de 2008.

5. BRANT, Fernando. Lugar de encontro. In: MUSEU CLUBE DA ESQUINA. *Guia de Belo Horizonte*: roteiro Clube da Esquina. Belo Horizonte: [s. n.], 2006. p. 14.

6. STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais*: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. CASTRO, Maria C. P. S. *Longe é um lugar que não existe mais*: um estudo sobre as relações entre comunicação, sociabilidade e política em Belo Horizonte, nos anos 70. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1994.

7. PIMENTEL, Thais. V. C. Belo Horizonte ou o estigma da cidade moderna. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 61-66, setembro 1997.

8. CASTRO. *Longe é um lugar que não existe mais.*

9. CASTRIOTA, L. B. (Org.). *A arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

10. PEREIRA, Renata. B. *Arquitetura das esquinas de Belo Horizonte.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PUC Campinas, Campinas, 2000.

11. ANGELO, Nelson. Pessoas. In: ANGELO, Nelson; JOYCE. *Nelson Ângelo e Joyce*. Rio de Janeiro: EMI, 1972.

12. ANGELO. Pessoas.

13. SANT'ANNA, Afonso Romano de. *O encontro desmarcado*. *Apud* LEMOS, Celina. B. *Determinação do espaço urbano*: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

14. WERNECK, Humberto. *Desatino da rapaziada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

15. STARLING. *Os senhores das Gerais*.

16. BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política.* São Paulo Brasiliense, 1985.

17. MOURA, Tavinho; BORGES, Márcio. Cruzada. In: GUEDES, Beto. *Sol de primavera*. Rio de Janeiro: EMI, 1979.

18. LESSA, Renato. As cidades e as oligarquias do antiurbanismo da elite política da primeira república brasileira. *Revista USP*, São Paulo, Ed. USP, n. 59, p. 87, 2003.

19. MOURA, Tavinho; BORGES, Márcio. Cruzada. In: _____. *Sol de primavera*. Rio de Janeiro: EMI, 1979.

20. BRANDÃO. Carlos Antônio Leite. O estado e as cidades como lugar do diálogo. *Outro Olhar*, Belo Horizonte, ano II, n. 2, p. 10, novembro 2002.

21. BRANDÃO. *As cidades da cidade*.

22. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A "modernidade fraca" das esquinas de Belo Horizonte e Cyro dos Anjos.* (Mimeo.)

23. CHEVALIER, Jean; CHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

24. ANTUNES, Murilo; MOURA, Tavinho. Tesouro da juventude. In: GUEDES, Beto. *Contos da lua vaga*. Rio de Janeiro: EMI, 1981.

25. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. ORTEGA, Fernando. *Genealogias da amizade*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

26. NASCIMENTO, Milton. Que bom amigo. In: NASCIMENTO, Milton. *Clube da Esquina II*. Rio de Janeiro: EMI, 1978.

27. LA BOÉTIE, Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1987. MATOS, Olgária. Ethos e amizade: a morada do homem. In: DOMINGUES, Ivan. (Org.). *Conhecimento e transdiciplinaridade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

28. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*.

29. ORTEGA. *Genealogias da amizade*, p. 15.

30. ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 14-15.

31. ORTEGA, Fernando. *Para uma política da amizade*: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

32. MUSEU CLUBE DA ESQUINA. *Guia de Belo Horizonte*: roteiro Clube da Esquina. Belo Horizonte: [s. n.], 2006. p. 42.

33. BASTOS, Ronaldo; NASCIMENTO, Milton. Amigo, amiga. In: NASCIMENTO, Milton. *Milton*. Rio de Janeiro: EMI, 1970.

34. TOCQUEVILLE, Aléxis de. *Democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

35. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. CARDOSO, Sérgio. Paixão da igualdade, paixão da liberdade: a amizade em Montaigne. In: CARDOSO, Sérgio. (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

36. BORGES, Lô; NASCIMENTO, Milton; BORGES, Márcio. Clube da Esquina. In: NASCIMENTO, Milton. *Milton*. Rio de Janeiro: EMI, 1970.

37. ORTEGA. *Para uma política da amizade.*

38. BORGES, Lô; NASCIMENTO, Milton; BORGES, Márcio. Clube da Esquina. In: _____. *Milton*. Rio de Janeiro: EMI, 1970.

39. MATOS. Ethos e amizade, p. 63.

Bruno Viveiros Martins é mestre em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do *Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória* e do *Projeto Arquitetura, Humanismo e República*. Atua como produtor e apresentador do programa *Decantando a república: diálogos em prosa, verso e melodia*, da Rádio UFMG Educativa 104,5 FM.

CD.142

Constituição Politica
do
Estado de Minas Geraes

Em nome de Deus
Todo Poderoso —

Nós, os Representantes do povo mineiro, no Congresso Constituinte do Estado, decretamos e promulgamos esta Constituição, pela qual o Estado Federado de Minas Geraes organisa-se como parte integrante da Republica dos Estados-Unidos do

Brazil

Titulo 1
Da organisação do Estado

Artigo 1º. O Estado de Minas Geraes organisa-se pelas disposições da presente Constituição, como parte integrante da Republica dos Estados

Revista do Arquivo Público Mineiro

Arquivística

Um arranjo arquivístico

Caio César Boschi
Ana Maria de Souza

Projeto, atualmente em andamento, que visa a organizar e disponibilizar os fundos documentais da administração pública do Estado de Minas Gerais constitui demonstração exemplar de cooperação interinstitucional de valor inestimável para a pesquisa histórica.

> Instituição guardiã de fontes históricas que têm sido, ao longo do tempo, enaltecidas pela amplitude e pela qualidade da riqueza informativa nelas contida, o Arquivo Público Mineiro (APM) vem desenvolvendo esforços e atividades com vista a apurar cada vez mais os serviços que oferece. Ainda que não se levem em conta relevantes ações – como, por exemplo, o recolhimento de novos fundos e a reformatação de outros objetivando a sua preservação e a agilização do processo de disseminação dos conteúdos –, assinalem-se, para apontar apenas dois casos recentes, os trabalhos de tratamento técnico realizados no acervo dos documentos não-encadernados da *Coleção Casa dos Contos* e do Departamento da Ordem Política e Social de Minas Gerais – Dops/MG.

É no âmbito de iniciativas como essas que, aqui e agora, se noticia o projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e acesso ao acervo documental (1889-1945),* implementado a partir de maio de 2006, com a chancela e o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e a colaboração acadêmica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Trata-se de empreitada de vulto, pois, como o título indica, o propósito é o de proceder ao tratamento arquivístico de documentos produzidos e acumulados pela administração pública do Estado de Minas Gerais nas primeiras décadas do período republicano. Vale dizer: lidar com massa documental calculada em torno de 400 metros lineares, recolhida ao APM em aproximadamente dois mil pacotes, e que assim permaneceu até o início das atividades do projeto.

Com efeito, a estrutura administrativa do Estado foi estabelecida pela Lei nº 06, de 16 de outubro de 1891, com a criação de três secretarias; a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; a do Interior; e a das Finanças. Com a reforma dessa estrutura, ocorrida em 1901, a primeira delas foi extinta e suas atribuições, transferidas para a Secretaria do Interior e para a Secretaria das Finanças. Em 1910, pela Lei nº 516, foi instituída a Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas. Para o período abrangido pelo projeto, registra-se que em 1926 foi criada, pela Lei nº 919, a Secretaria de Estado da Segurança e Assistência Pública, com as funções de polícia, segurança e saúde, desmembradas da Secretaria do Interior. Entretanto, em 1930 esse órgão foi extinto, e seus serviços retornaram à Secretaria do Interior.
A última mudança substantiva data de 1935, quando, pelo Decreto nº 02, de 8 de abril, foi criada a Secretaria de Viação e Obras Públicas, desmembrada da Secretaria de Agricultura. Esses são os textos normativos básicos que norteiam os trabalhos do tratamento técnico em pauta.

Cumpre ressalvar que na documentação relativa a esses órgãos depositada no APM muito pouco advém da Secretaria das Finanças, isto é, apenas cerca de cinco metros lineares, razão pela qual esse acervo não integra as atividades do projeto. Sobre o conteúdo dessa fração documental da mencionada Secretaria, uma informação geral pode ser obtida com a consulta às páginas 90 e 91 do *Guia de fundos e coleções do Arquivo Público Mineiro,* editado em 2006.[1]

Por outro lado, enfatize-se, desde logo, que o escopo do projeto compreende apenas os documentos não-encadernados do período republicano, porquanto a documentação encadernada, igualmente volumosa, há anos encontra-se organizada e disponível para consulta. Dentre os fundos encadernados do período republicano, destacam-se, pela complementaridade para com as fontes aqui consideradas: *Polícia*, com documentos entre os anos 1842 e 1945, totalizando 373 volumes; *Secretaria da Agricultura*, de 1891 a 1955, 1.058 volumes; *Secretaria de Viação e Obras Públicas*, no período de 1935 até 1948, 236 volumes; e, mais alentadamente, *Secretaria do Interior*, entre 1891 e 1957, com 4.341

volumes. Importante assinalar que esse manancial de documentos possui instrumento de pesquisa próprio, disponível para consulta na Sala de Referência do APM.

Objetivos e etapas

O projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais,* que ora se apresenta, tem como objetivos:

- Higienizar e acondicionar os documentos, com o intuito de desacelerar o seu processo de degradação.
- Identificar os documentos quanto à sua proveniência.
- Definir um quadro de arranjo para sistematização da guarda dos mesmos.
- Elaborar instrumentos de pesquisa que possibilitem o acesso aos fundos documentais.
- Acessar o conjunto de fundos à consulta pública.

São cinco as etapas em que as atividades se desenrolam, a saber:

1ª - Higienização do acervo.
2ª - Identificação dos fundos documentais. Esta fase, mais demorada e complexa, inicia-se pelo levantamento das estruturas administrativas, das funções e da dinâmica de funcionamento dos órgãos integrantes da administração pública do Estado no período compreendido pelas datas-limite do projeto. Para levar a efeito essa fase dos trabalhos, cabe, primeiramente, identificar e analisar a legislação relacionada às atividades de cada secretaria, o que não é tarefa de fácil execução, dada a escassez de repertórios legislativos concernentes ao funcionamento e à evolução das estruturas administrativas. Em seguida, busca-se conhecer os processos de produção dos documentos, bem como a forma de sua acumulação e a tramitação dos mesmos. Essa análise é condição indispensável para definir a estrutura de arranjo dos documentos.
3ª - Arranjo e acondicionamento. Essa etapa consiste em organizar fisicamente os documentos, obedecendo à estrutura de arranjo definida na etapa anterior. O acondicionamento segue as normas de preservação.
4ª - Elaboração de instrumentos de pesquisa. Equivale dizer que é desenvolvido um banco de dados específico, que permite aos pesquisadores o acesso aos instrumentos de pesquisa por intermédio de meios eletrônicos.
5ª - Acesso dos documentos a consulta pública.

A estrutura de arranjo do fundo da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, *Terras, Viação e Obras Públicas*, ficou definida em seis séries:

Série 1: Expediente
Série 2: Contabilidade
Série 3: Agricultura, comércio, indústria e mineração
Subsérie 3.1: Institutos de aprendizagem
Subsérie 3.2: Agricultura
Subsérie 3.3: Meteorologia
Subsérie 3.4: Estatística
Subsérie 3.5: Indústria e comércio
Série 4: Obras Públicas
Subsérie 4.1: Comissão de Melhoramentos Municipais
Subsérie 4.2: Comissão Construtora da Nova Capital
Subsérie 4.3: Edificações públicas
Subsérie 4.4: Construção de pontes
Subsérie 4.5: Inspetoria de Estradas de Rodagem
Série 5: Viação, estradas de ferro, navegação e linhas telegráficas
Série 6: Imigração, terras e colonização
Por seu turno, o fundo *Secretaria de Viação e Obras Públicas* compreende três séries:
Série 1: Administração
Série 2: Estradas de Rodagem e Pontes
Série 3: Edificações Públicas

Consulta pública

Como resultado material dos trabalhos, foi elaborado, em caráter preliminar, um instrumento de pesquisa dos fundos, já disponível para consulta na Sala de

O estado da estrada de Augustura em 12 de Dezembro de 1923.

A estrada de Augustura em 1929.

A estrada de Augustura em 1929.

Fotografias anexas ao processo de construção da estrada entre Porto Novo e Angustura, 1912-1931. APM - (SA), subsérie 4.5, cx. 17, pc. 01. Fundo Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Projeto Memória da Administração do Estado de Minas Gerais, 1891-1945.

Referência do APM. Essa documentação inédita, que a partir de agora passará à consulta pública, é extremamente rica e diversificada.

Com relação ao fundo *Secretaria da Agricultura*, ressaltam-se os documentos referentes aos Institutos de Aprendizagem Agrícola, que a partir do período republicano assumem grande importância devido à necessidade de racionalização do trabalho agrícola e por propiciarem ocupação a menores infratores e órfãos. Destaca-se também a subsérie 4.5 – Inspetoria de Estradas de Rodagem, que abriga, além dos documentos textuais, um expressivo número de plantas e fotografias. Na subsérie 4.2 – Comissão Construtora da Nova Capital, encontram-se documentos de 1891 a 1901 que tratam de obras realizadas na capital pela comissão mesmo depois da inauguração oficial. Outra série de destaque é a de nº 6 – Imigração, terras e colonização, que entre outros assuntos aborda temas como as questões de concessão de terras e correspondências relacionadas à imigração.

No fundo *Secretaria de Viação e Obras Públicas*, encontra-se a continuação da documentação referente a obras no Estado a partir de 1935, com destaque para construção do Barreiro de Araxá, que se inscreve entre os balneários construídos no Brasil entre as décadas de 1920 e 1950, ou seja, num período de renovação de idéias urbanísticas no país.

Na seqüência do cumprimento do projeto, aceleram-se os trabalhos técnicos relativos ao fundo *Secretaria do Interior,* que atinge cerca de 54 metros lineares de documentos. A higienização já foi concluída e a equipe, por ora, ocupa-se com os procedimentos de definição do sistema de arranjo. O cronograma de execução, felizmente, tem sido obedecido, permitindo prever o término das atividades deste fundo para 2009.

Findos esses trabalhos, os fundos restantes, dentre eles o do *Departamento da Administração Municipal,* o da *Chefia de Polícia* e o da Secretaria de Segurança e Assistência Pública, que totalizam em torno de mil pacotes, passarão por todas as etapas aqui descritas.

O projeto vem sendo executado sob a coordenação colegiada de Renato Pinto Venâncio (APM), Marta Eloísa Melgaço Neves (APM), Pedro de Brito Soares (APM) e Caio César Boschi (PUC Minas), tendo como consultora Ana Maria de Souza, ex-funcionária do APM. O projeto conta com a participação, desde o seu início, de 19 alunos estagiários oriundos de cursos de graduação em História, sendo 13 da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), quatro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e dois do Centro Universitário Newton Paiva, que trabalham sob a coordenação técnica das licenciadas em História e estagiárias no APM Marina Mesquita Camisasca (maio/2006 – fevereiro/2008) e Daniela Flávia Martins Fonseca (a partir de março de 2008).

Para além dos notórios ganhos e da relevância social do projeto, no que diz respeito à conservação e organização dos documentos e à sua difusão e facilitação para consulta, importa realçar o fato de que ele tem revelado ser espaço privilegiado para um maior e mais sólido intercâmbio acadêmico-científico do APM com instituições de ensino superior.

Notas |

1 . GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2006. 166p.

Caio César Boschi é professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), onde dirige o Centro de Pesquisa Histórica, e autor de *O barroco mineiro: artes e trabalho* (Brasiliense), *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais* (Ática), entre outros trabalhos.

Ana Maria de Souza é historiadora. Foi diretora de Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro e atualmente é técnica em gestão documental e analista do ICMS Patrimônio Cultural no Iepha/MG, além de consultora do projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais, 1889-1945.*

Estante

Renovação historiográfica

Flávio Marcus da Silva. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Numa perspectiva historiográfica inovadora, o autor analisa o abastecimento alimentar da capitania de Minas Gerais, examinando os denominados *motins de fome*. Dessa forma, procura demonstrar que a preocupação das autoridades metropolitanas concentrava-se mais na repressão às revoltas, nascidas das crises de subsistência, do que propriamente no provimento de alimentos aos mineiros.

Marcio Achtschin. A *Filadélfia não sonhada: escravidão no Mucuri do século XIX.* Teófilo Otoni: [s.n.], 2008.

O livro explora registros paroquiais e cartoriais com o objetivo de avaliar a presença de mão-de-obra escrava na região do Mucuri, a partir da época em que Teófilo Ottoni empreende seu famoso projeto de colonização. Trata-se de um paradoxo da época: embora liberal e valorizadora do trabalho livre de imigrantes europeus, a Companhia do Mucuri não pôde prescindir da aquisição de cativos africanos ou nascidos em Minas Gerais.

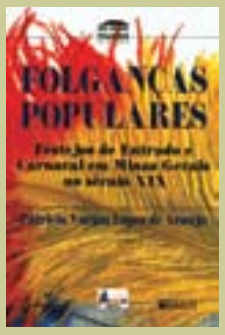
Maria do Carmo Pires. *Juízes e infratores: o Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume, 2008.

A religiosidade mineira setecentista foi marcada pela experiência urbana, proibição de ordens religiosas na capitania e grande presença de associações religiosas leigas: irmandades, ordens terceiras e confrarias. Esse livro analisa como a Igreja utilizou o Tribunal Eclesiástico para controlar essas esferas de vivência do catolicismo, bem como para disciplinar o clero mineiro segundo os ditames do Concílio de Trento.

Nas últimas décadas, a publicação de dissertações de mestrado e teses de doutorado tem sido um dos principais fatores de renovação da historiografia mineira.

Mirian Moura Lott. *Na forma do ritual romano: casamento e família, Vila Rica (1804-1839).* São Paulo: Annablume, 2008.

A autora analisa a sociedade de Vila Rica (Imperial Cidade de Ouro Preto, a partir de 1823) no período compreendido entre 1804 e 1839, tendo como fonte documental os registros paroquiais de casamentos. O estudo procura compreender a importância da constituição e da vivência familiar entre livres, escravos e forros.



Patrícia Vargas Lopes de Araújo. *Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX.* São Paulo: Annablume, 2008.

Nessa obra se discute um festejo bastante popular em Minas Gerais e no Brasil do século XIX: o "entrudo" – divertimento singular, que fazia uso sobretudo de água e farinha, jogadas sobre as pessoas. Tal folgança chegou em terras brasileiras trazida pelos colonizadores portugueses, sendo considerada um autêntico antecedente do atual carnaval.

Rafael de Freitas e Souza. *O Tiradentes leitor.* Viçosa: Suprema, 2008.

Quais eram as leituras de Tiradentes? Eis a principal indagação desse livro. Na conclusão, o autor propõe e responde a outra pergunta: "Era Tiradentes um intelectual?". "Nossa resposta é negativa", conclui. Isso, contudo, não desmerece nosso herói nacional. Aliás, cabe mais um questionamento: no mundo contemporâneo, quantos heróis nacionais podem ser considerados "intelectuais", no sentido tradicional do termo?

Revista do Arquivo Público Mineiro

Estante Antiga

Meninos cidadãos e cidadãos meninos

Rosana Areal de Carvalho
Lívia Carolina Vieira

As práticas escolares descritas no relatório de 1911 do diretor do Grupo Escolar de Mariana, em Minas Gerais, sugerem uma adequação entre legislação e política, tendo em vista a formação dos cidadãos segundo modelo inspirado nos ideais do regime republicano brasileiro.

> Neste artigo tratamos do *Relatório do Grupo Escolar de Marianna de 1911*.[1] Nele, o diretor da instituição, José Ignácio de Sousa, emite juízos de valor acerca das práticas educacionais então em voga, o que nos instigou a investigar a realidade daquela escola no contexto da república e da cidade de Mariana, nas duas primeiras décadas do século XX. Para tal, utilizamos um conjunto de documentos escolares existentes no acervo da escola e do Arquivo Público Mineiro (APM).

O relatório consta de sete páginas manuscritas, encaminhadas a Delfim Moreira da Costa Ribeiro, então secretário de Estado dos Negócios do Interior. É datado de 28 de dezembro de 1911 e contém a assinatura do diretor e do inspetor escolar, que o assinaram em 29 de dezembro. Contém os seguintes subtítulos: *Dos trabalhos*; *Dos professores*; *Alunos*; *Exames e promoções*; *Matricula e freqüência*; *Quadro sinoptico do movimento do grupo*; Festas *escolares*; *Material didactico e escolar*; *Prédio*; *Campo pratico*; *Entrega de certificados*; *Caixa escolar*.

Nele estão descritas as "ocorrências verificadas" no grupo como também, claramente expressa, a posição de José Ignácio quanto à política educacional:

> Começo-o solicitando vênia para congratular-me com V. Excia. por motivo da Reforma da Instrucção primaria, que baixou com o decreto 3191, a qual satisfaz o fim altamente patriotico e humanitario de crear cidadãos dignos, não só pela obrigatoriedade do ensino fazendo desapparecer o analphabetismo, cujo grande factor tem sido, em grande parte, o egoismo feroz de pais atrazados que, para explorar o serviço dos filhos, os privam da escola; como também, pela efectiva fiscalisação das escolas particulares, onde, com raras excepções, a criança se atrophia por falta de hygiene e o seu caráter se abastarda com os castigos corporaes.[2]

Observa-se a importância dada à educação na construção de "cidadãos dignos", bem como a valorização da escola pública em detrimento das iniciativas particulares. Tais posições refletem os ideais republicanos e as expectativas quanto ao papel da escola na formação desse novo cidadão, afeito à república.

Procurou-se investigar no relatório outras marcas que denunciassem as influências recebidas por José Ignácio. Por exemplo:

> A geração actual creada e educada sob o influxo da referida Reforma não temerá enfrentar a "lucta portentosa da vida hodierna" a que se refere Th. Roosevelt no seu livro "Vida Intensa", da qual cada um de seus membros saberá "tirar explendido triumpho final".[3]

Theodore Roosevelt, presidente norte-americano (1901-1909), também escritor,[4] visitou o Brasil em 1914, numa expedição organizada por marechal Rondon. A expedição tinha o objetivo de identificar a nascente de um rio até então conhecido como Rio da Dúvida. Para além de revelar a grandiosidade da natureza, a expedição quase custou a vida dos seus integrantes, que passaram privações e enfrentaram condições muito precárias diante da violência das doenças infecciosas provocadas pelos mosquitos.

Outra influência notada no relatório revela os estudos de ciências naturais,[5] lançando mão de imagens próprias desse campo:

> A fiscalisação do ensino moldada, como se acha, em principios de justiça, pela selecção natural entre os mais competentes, dará, na pratica, excellentes resultados.
>
> A presente Reforma da Instrucção primaria é o cadinho no qual será fundida a futura

> grandeza de Minas e por isso honra e glorifica a superintendência de V. Excia. na pasta dos Negócios Interior do Estado de Minas e é motivo de nobre orgulho para a Pátria Mineira.[6]

Quanto aos trabalhos próprios ao grupo escolar, elogia esse modelo[7] demonstrando que os resultados obtidos eram superiores aos das escolas isoladas, comprovando o acerto da medida tomada pelo governo republicano.

O exemplo docente

Sobre os docentes, já na introdução o diretor adianta sua concepção: "sublime missão de ensinar e praticar o bem, fazendo do magistério sacerdócio de trabalho, carinho e tolerância, amor e justiça".[8] Percebe-se que José Ignácio concebe o trabalho docente mais como vocação do que como profissão. Acrescente-se a isso a valorização da conduta para além da competência profissional, em nada destoando da legislação vigente e das práticas, ainda vigentes no século XIX, relativas à conduta moral do professor, vendo neste, muito mais do que um agente da instrução, um exemplo a ser seguido.

Esse conceito do professor coincide com a imagem formada no âmbito da legislação, conforme indica Mourão:[9] o professor deveria ser

> [...] exemplo vivo de altivez, independência, coragem, amor ao trabalho, prudência, ordem, sobriedade, temperança, economia, decoro, dignidade, moralidade, civismo, abnegação, verdade, humanidade e justiça.

Consoante a tudo isso, José Ignácio elogia as professoras que cumpriram as normas emanadas da diretoria, com destaque para aquelas que realizaram otimamente seus deveres. Em contrapartida, denuncia as professoras que não souberam conduzir seus trabalhos conforme o esperado:

> A professora D. Leonydia de Castro Queiroz, consentiu que sua classe se mantivesse, durante o anno em permanente algazarra e qualquer ordem ou observação da directoria ou mesmo do Inspector era, por ella, discutida, dentro e fora do estabelecimento [...].
>
> A professora Albertina Guedes teve egual procedimento de sua collega Leonydia e é alem de tudo muito violenta e descortês para com os collegas, director e alumnos, aos quais trata com pouco carinho antipathizando-se, de vez em quando com determinado alumno aponto de ser necessário a intervenção da directoria. E nos dias dos exames manteve-se inconvenientemente irritada, sendo a causa de seu procedimento o facto de ter sido, no 4º. anno, approvada simplesmente uma sua protegida.[10]

Não menos rigoroso era o senhor diretor para com os alunos:

> A disciplina manteve-se regularmente durante o anno em todas as classes, com excepção dos 3º. e 4º. anos regidos pelas professoras D. Albertina Guedes e D. Leonydia de Castro Queiroz, aos quaes appliquei as penas do artigo 414 de I até VI, que nenhum resultado deram e por isso appliquei a VII aos meninos do 4º. ano Francisco Queiroz de Almeida e Alberto Abdon Rodrigues. Os únicos alumnos que procederam bem no 4º. anno, são Luiz França de Almeida, Pedro Muzzi do Espírito Santo e Manoel Ferreira Carneiro.[11]

Nos artigos do Cap. VI – Da disciplina nas escolas, do Título VII, constam as determinações disciplinares

a serem cumpridas por alunos e professores. O Título XX, cap. 1, do Regulamento de 1911 estava dedicado ao "Código disciplinar". As penas estabelecidas pelo código – Art. 414 – eram:

I. admoestação;
II. repreensão;
III. más notas nos boletins mensais;
IV. exclusão dos prêmios escolares;
V. privação parcial do recreio, por 15 minutos no máximo;
VI. reclusão na escola, depois de concluídos os trabalhos escolares, sob a vigilância dos professores, pelo espaço máximo de meia hora;
suspensão de freqüência, até três dias, com aviso aos VII. pais, tutores e pró-tutores;
VIII. eliminação da matrícula;
IX. censura por edital;
X. multa de até dois contos de réis;
XI. suspensão até três meses;
XII. remoção;
XIII. desclassificação;
XIV. exoneração.[12]

Normas e disciplina

O modelo do grupo escolar exigia que se garantisse a ordem e, assim, a relação entre professores e alunos assentou-se sobre uma rigorosa disciplina, que, quando necessário, resultava em castigos, como vimos acima, e que premiava o merecimento, conforme veremos no decorrer do relatório.

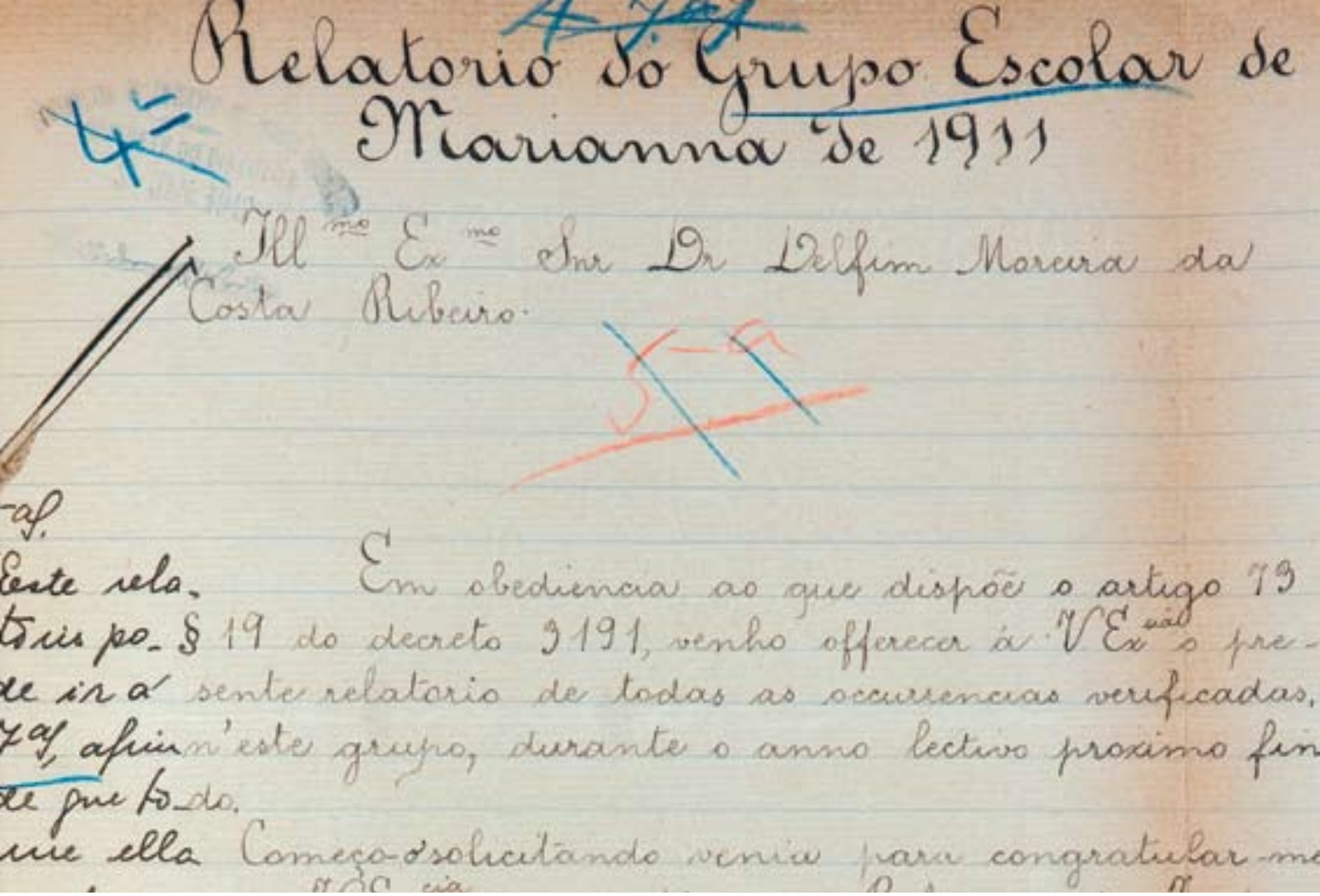
O "Quadro sinóptico do movimento do grupo" reúne informações sobre matrícula, freqüência e promoções, indicando as turmas e seus regentes. O corpo discente, formado por 352 matriculados em janeiro, finalizou o ano com 239 alunos. Ainda que a freqüência tenha sido prejudicada, na avaliação do diretor, por conta do "sarampo e coqueluche, principalmente nos primeiros anos", nada se pode afirmar sobre evasão escolar ao longo das séries, pois ainda não se havia formado a primeira turma de alunos que ingressaram na primeira série em 1909.

Por outro lado, é possível perceber a grande demanda por matrículas ao verificarmos a composição da primeira série, com um quantitativo de alunos que justificaria a formação de duas turmas. Por conta disso, o horário de funcionamento do grupo escolar estabelecido no Regulamento de 1906 – das 10h às 14h – e no Regulamento de 1911 – das 11h às 15h – em pouco tempo se mostrou insuficiente, passando o grupo a oferecer aulas em dois turnos.

Pelo "Quadro Sinóptico", comprova-se a existência de duas turmas para cada série, atendendo ao prescrito pela legislação que determinava que no grupo escolar o curso primário fosse ministrado a cada sexo separadamente.[13] Ainda no tocante à questão de gênero, destaca-se a predominância feminina no corpo docente.

As festas escolares eram momentos de evidência local para os grupos escolares, com a divulgação das ações republicanas e dos símbolos da república (bandeira, escudo e hino)[14]. Previstas no regulamento, aconteciam com certa freqüência, e por reunirem a comunidade escolar, tornaram-se palco para a formação do cidadão republicano e uma oportunidade de exaltação à escola. As solenidades eram realizadas com toda a pompa e contavam com a presença de autoridades.

O Grupo Escolar de Mariana, como consta no relatório, se preocupou em garantir o sucesso das celebrações, e para tanto o diretor se queixa de faltarem os recursos necessários, muito especialmente para a organização de uma orquestra, e solicita o envio de um piano. Têm-se indícios de que esse pedido foi atendido: partituras musicais foram encontradas no acervo, e nos relatos de ex-alunos e professores houve referência a isso. Outra


Relatorio do Grupo Escolar de Marianna de 1911

Ill.mo Ex.mo Snr Dr Delfim Moreira da Costa Ribeiro.

Em obediencia ao que dispõe o artigo 73 § 19 do decreto 3191, venho offerecer á V. Ex.cia o presente relatorio de todas as occurrencias verificadas, afim n'este grupo, durante o anno lectivo proximo findo.

Começo solicitando venia para congratular-me

Detalhe do *Relatório do Grupo Escolar de Marianna de 1911,* de José Ignácio de Sousa. APM – SI – 3407.

sugestão do diretor era que o Estado se comprometesse a enviar instrumentos para a formação de uma banda que seria mantida sem maiores ônus.

O ensino de canto coral e música vocal constava do "Programa de Ensino" para todas as séries. E no Regulamento de 1906 vinha assim expresso: "Art. 42. Nas escolas públicas primárias haverá sempre canto coral de hinos patrióticos, fazendo-se com esmero o ensino da música vocal." Vê-se que estava presente em todas as disciplinas a preocupação com a formação do cidadão. Nas primeiras séries essa preocupação se concretizava nas atividades de estímulo à formação do sentimento patriótico.

Consta do relatório uma lista do material didático e escolar que foi gasto durante o ano de 1911: cartilhas, livros de leitura, lousas, papel, lápis etc. Comenta o diretor que a maior parte dos livros – mais de 150 exemplares – já teriam vindo estragados das escolas isoladas.

No subtítulo "Campo prático", expressa o diretor:

> Seria de grande vantagem a creação de um campo prático de agricultura, anexo ao grupo, que viria ensinar os meninos a amar a terra, as arvores e o trabalho, rompendo, deste modo, com preconceitos mal entendidos de muitos, para os quaes o trabalho é humilhante.[15]

No art. 28 do Regulamento de 1906, estava prescrito o funcionamento das "aulas anexas", que o governo organizaria assim que fosse possível.

> Nessas aulas os alunos executarão trabalhos práticos apropriados à sua idade e relativos aos ofícios de hortelão, arboricultor e jardineiro; receberão também noções práticas de construção de habitações e outras que sejam julgadas convenientes. As alunas, em compartimentos separados, executarão trabalhos de costura, sob suas diversas formas e nos seus variados destinos, e corte sob medida, habilitando-se ao mesmo tempo na fabricação de objetos de fantasia e de ornamentação.[16]

O trabalho enobrecedor

Ao prescrever as aulas anexas no Grupo Escolar de Mariana, José Ignácio revelava uma preocupação de valorização do trabalho, rompendo a concepção que vinculava este à escravidão, além de propiciar o aprendizado de um ofício para aqueles que dele necessitassem. Interessante registrar que para essas aulas práticas haveria uma sustentação teórica nas aulas de geometria – desenho linear – e aritmética.

Conforme estabelecido no Regulamento de 1906 – Capítulo VIII – Regime escolar, exames, prêmios, férias –, os exames seriam de suficiência e finais, podendo o aluno que tivesse obtido a nota "ótima" em aproveitamento e aplicação durante o primeiro semestre ser promovido para o ano seguinte. José Ignácio relata que foram aprovados nos exames finais da quarta série 32 alunos, e promovidos nas outras seis classes (de primeira a terceira séries, uma classe para cada sexo), 108 alunos.

A legislação trazia uma prescrição que estimulava a realização de cerimônia para a entrega de prêmios aos alunos que mais se destacassem. Assim, na solenidade da entrega de certificados era feita tal premiação. O objetivo era demonstrar à sociedade os resultados dos trabalhos e a importância das atividades desenvolvidas pelo grupo, reafirmando sua identidade e seu valor social. A sessão era acompanhada por pais e pela população, tornando-se uma oportunidade proveitosa para a publicidade do grupo e de seus personagens. Ao final de 1911, o Grupo Escolar de Mariana assim o fez:

> No dia 10 do corrente fiz, solemnemente, a entrega de certificados aos meninos que terminaram o curso primário. E, com o fim de estimular os meninos que ficaram no grupo e patetear à sociedade de Marianna o adiantamento que terminaram o curso, organisei, com elementos estranhos ao estabelecimento, jury ao qual submetti os alunos do 4º. anno com o fim de distribuir prêmios.[17]

E o momento não poderia ser mais oportuno para a prática política, como se lê: "Paraninfando o ato, por parte dos meninos, o Exmo. Sr. Senador Gomes Freire e por parte das meninas a Exma. Sra. D. Maria do Carmo Freire".[18]

A Caixa Escolar, que obedece ao Regulamento 3191 de 1911, foi criada num momento cívico – a Festa da Bandeira. No relatório final de sua primeira administração, consta que ela possui "o fim de estimular a maior freqüência de alunos do nosso Grupo escolar".[19] Seus recursos provinham de seus sócios, das gratificações não recebidas pelos professores e funcionários da escola e de algumas atividades culturais desenvolvidas no grupo, tais como teatro, filmes, apresentações diversificadas, quermesses etc.

A existência da Caixa Escolar denuncia outra realidade: a presença de alunos oriundos de camadas populares. Daí também as atividades direcionadas ao aprendizado

de um ofício, como o já mencionado treinamento nos trabalhos agrícolas. Para as escolas isoladas do sexo feminino, estava prevista a aprendizagem das "prendas domésticas, com o conhecimento dos trabalhos de agulha, corte e confecção de peças de vestuário", que também se estendia aos grupos escolares, como se verifica no Programa de Ensino.

Uma situação pitoresca acerca desse aprendizado ocorreu em 1913, quando a Caixa Escolar pagou tecido para a confecção de uniformes a 60 alunos pobres e comprou "218 ½ metros de azulina para uniformes para alunas pobres".[20] Ou seja, contava-se com a confecção das peças durante o aprendizado das meninas.

O relatório elaborado por José Ignácio ressalta aspectos disciplinares e as vantagens do grupo escolar frente às escolas isoladas. O texto indica uma concepção de educação bem adequada aos moldes republicanos, conferindo ao Estado a responsabilidade de ministrá-la, desqualificando a iniciativa particular nesse campo. Por outro lado, confere à ação docente um caráter de missão, relacionando magistério a vocação. Até o momento, a pesquisa indica que os conceitos que nortearam a prática pedagógica do diretor e do corpo docente não destoam dos resultados já apresentados por outros pesquisadores, o que sugere certa eficácia por parte das ações fiscalizadoras, ao cumprirem o objetivo do Estado de homogeneizar as ações educativas.

Notas |

1. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (doravante APM). Fundo da Secretaria do Interior, subsérie 2, Correspondências referentes aos Grupos Escolares, SI 3407. *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

2. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

3. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

4. Possivelmente, José Ignácio faz referência ao livro *The estrenous life,* 1909. Disponível em: <http://wikisource.or/wiki/author:theodore_roosevelt>.

5. Formado pela Escola de Farmácia de Ouro Preto em 1898. Cf. DIAS, José Ramos. *Apontamentos históricos do Sesquicentenário da Escola de Farmácia de Ouro Preto.* 3. ed. rev. Ouro Preto: UFOP/Escola de Farmácia, 1989.

6. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

7. Para mais informações sobre os grupos escolares em Minas Gerais, ver FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

8. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

9. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da república*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962. p.190.

10. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

11. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

12. MINAS GERAIS. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes*. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1911. Regulamento a que se refere o Dec. n. 3.191 de 9 de junho de 1911. p. 156-206.

13. MINAS GERAIS. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes*. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1906. Regulamento a que se refere o Dec. n. 1.960 de 16 de dezembro de 1906. p.156-206. Título I, Cap. III, Art. 21.

14. Encontramos uma discussão mais profunda acerca da função das festas cívicas escolares no projeto republicano em SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização*: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

15. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

16. MINAS GERAIS. Regulamento de 1906, Título I, Cap. III, Art. 28.

17. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

18. APM, SI 3407, *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*.

19. APM. Fundo da Secretaria do Interior, subsérie 2, Correspondências referentes aos Grupos Escolares, SI 3440.

20. APM. Fundo da Secretaria do Interior, subsérie 2, Correspondências referentes aos Grupos Escolares, SI 3440.

Rosana Areal de Carvalho é doutora em história pela Universidade de São Paulo e professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Coordena o projeto de pesquisa *Grupo Escolar de Mariana: política, educação, cotidiano*. **Lívia Carolina Vieira** é bacharelanda em história pela Ufop e integrante do mesmo projeto.

Folha de rosto, contra capa e aberturas dossiê
Cândido Portinari (Brodowski, SP, 1903 – Rio de Janeiro, 1962). Painel *Civilização Mineira.* Pintura a óleo sobre madeira, 1959. 234 x 814 cm. Projeto Segredo de Estado/Superintendência de Museus – Coleção Palácio dos Despachos, Belo Horizonte.

Expediente
Diploma de medalha de bronze conferido a Mario de Lima (Ouro Preto, MG, 1886 – Belo Horizonte, MG, 1936) pelos serviços prestados no recenseamento de 1920 como diretor da Imprensa Oficial. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Diretoria-Geral de Estatística. Rio de Janeiro, 1922, ano comemorativo da Independência do Brasil. APM – DPL-020.

Sumário
Diploma de medalha de prata conferido à Ouro Preto Mine Limited Co. pelo júri internacional da *Exposição Universal de Paris* de 1889. Desenhos alegóricos de P.V.Galland e Ch. Waltner. Impresso por Chardon-Wittmann, Paris, França. APM – DPL-013(01).

Editorial
Objeto comemorativo da visita de Campos Sales a Ouro Preto em 24 de março de 1899. Confeccionado pelo pintor Honório Esteves (Santo Antônio do Leite, MG, 1860 – Mariana, MG, 1933) com madeira do assoalho da casa de Tiradentes. 4,0 x 4,5 x 1,2 cm. Acervo Museu Mineiro – Coleção Arquivo Público Mineiro – MMI 990.0787.

Capa dossiê
Capa da primeira *Constituição do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto, MG, 1891. Manuscrito encadernado com capa de veludo verde com fecho e decorações em metal amarelo. APM – CD-178.

Páginas 68 e 69
Página da revista *Perspectiva*. Belo Horizonte, ano I, n. 1, julho de 1946. Foto-montagem de Francisco Fernandes vendo-se o Edifício Acaiaca, o Edifício Sulacap-Sulamérica e o anteprojeto do Edifício Portugal, localizados na avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, MG.

Página 129
Detalhe de foto-montagem da capa interna do álbum duplo *Clube da Esquina,* de Milton Nascimento e Lô Borges. Mostra vários participantes do grupo e a placa da rua Divinópolis, ponto de encontro do Clube da Esquina no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte. EMI/ Odeon, 1972. Coleção particular.

Página 134
Folha de rosto da primeira *Constituição do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto, MG, 1891. APM – CD-178.

Páginas 136 e 137
Projeto de uma linha férrea entre Pouso Alegre e Divisão de Minas. Desenho colorido sobre seda, 1891-1896. APM - (SA) – série 5, cx. 01, pc. 02. Fundo Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Projeto Memória da Administração do Estado de Minas Gerais, 1891-1945.

Páginas 144 e 145
Manifestação dos alunos do 1º Grupo Escolar de Belo Horizonte ao Dr. João Pinheiro. Belo Horizonte, na escadaria da Secretaria de Finanças, 7 de setembro de 1908. Fotografia de Aristides Junqueira. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – Acervo Museu da Escola – ME 0007/99.

Agradecimentos
- Arquivo Nacional
- Biblioteca Guita e José Mindlin
- Conservatório de Música da Universidade Federal de Minas Gerais
- Elisa Heilbuth Verçoza
- Fundação Biblioteca Nacional
- Livraria Quixote
- Loteria do Estado de Minas Gerais
- Museu da Escola da Secretaria de Educação de Minas Gerais
- Museu da Inconfidência
- Museu de Ciências e Técnicas da Universidade Federal de Ouro Preto
- Museu Histórico Abílio Barreto
- Museu Mineiro
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
- Superintendência de Administração de Palácios
- Flávio de Paula do Espírito Santo
- Lúcia Mara Barbosa de Oliveira Paoliello
- Maria José Timburibá Guimarães

Azulejo com a versão do triângulo vazado na bandeira de Minas Gerais e as datas da Inconfidência, Independência e Proclamação da República. Mandado fazer em Portugal pelo historiador Augusto de Lima Junior em 1940. 6,5 x 6,5 cm. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima.

Patrocínio

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

GOVERNO DE MINAS
Construindo um novo tempo
CULTURA